



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 123

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 28 e 30 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 28:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.755-B-61, na Câmara e nº 58, de 1962, no Senado, que aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho das 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.223-C-57, na Câmara e nº 63, de 1962, no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 1.224, de 4 de no-

vembro de 1950, que dispõe sobre os bens dos súditos do Eixo e dá outras providências;

Dia 30:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.179 B-60, na Câmara e nº 86, de 1962, no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em autarquia e cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de agosto de 1962.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PIB.
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro-Suplente — Mathias Olimpio — PTB.
Segundo-Suplente — Guido Mondim — PSD.
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

LÍDER

Wilton Müller (PSD).

VICE-LÍDERES

Lima Teixeira (PIB).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Guido Mondim (PSD).
Jorge Maynard (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

DA MINORIA

João Vilasboas (UDN).

DOS PARTIDOS

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Velloso.
Victorino Freire.

SENADO FEDERAL

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.
Afrânio Lages.
Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍDERES

Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.
Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Matos.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Padre Fender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.
Alô Guimarães.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

- 1 Paulo Coelho — Amazonas.
- 2 Lobão da Silveira — Pará.
- 3 Victorino Freire — Maranhão.
- 4 Sebastião Archer — Maranhão.
- 5 Eugênio Barros — Maranhão.
- 6 Menezes Pimentel — Ceará.
- 7 Ruy Carneiro — Paraíba.
- 8 Jarbas Maranhão — Pernambuco.
- 9 Silvestre Péricles — Alagoas.
- 10 Ary Vianna — Espírito Santo.
- 11 Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
- 12 Gilberto Marinho — Guanabara.
- 13 Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
- 14 Moura Andrade — São Paulo.
- 15 Gaspar Velloso — Paraná.
- 16 Alô Guimarães — Paraná.
- 17 Guido Mondim — Rio Grande do Sul.
- 18 Benedito Valladares — Minas Gerais.
- 19 Filinto Müller — Mato Grosso.
- 20 Juscelino Kubitschek (Licenciado Em exercício o Sr. José Feliciano) — Goiás.
- 21 Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

- 1 Mourão Vieira — Amazonas.
- 2 Zacarias de Assunção — Pará.
- 3 Joaquim Parente — Piauí.
- 4 Fernandes Távora — Ceará.
- 5 Reginaldo Fernandes — Rio.
- 6 Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
- 7 João Arruda — Paraíba.
- 8 Afrânio Lages — Alagoas.
- 9 Rui Palmeira — Alagoas.
- 10 Heribaldo Vieira — Sergipe.
- 11 Ovídio Teixeira — Bahia.
- 12 Del Caro — Espírito Santo.
- 13 Afonso Arinos — (Licenciado Em exercício o suplente Venâncio Iregui) — Guanabara.
- 14 Padre Calazans — São Paulo.

- 15 Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- 16 Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- 17 Milton Campos — Minas Gerais.
- 18 João Vilasboas — Mato Grosso.
- 19 Lopes da Costa — Mato Grosso.
- 20 Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- 1 Vivaldo Lima — Amazonas.
- 2 Mathias Olimpio — Piauí.
- 3 Fausto Cabral — Ceará.
- 4 Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- 5 Barros Carvalho — Pernambuco.
- 6 Lourival Fontes — Sergipe.
- 7 Lima Teixeira — Bahia.
- 8 Caiado de Castro — Guanabara.
- 9 Arlindo Rodrigues — Rio.
- 10 Miguel Couto — Rio de Janeiro.
- 11 Nelson Maculan — Paraná.
- 12 Saulo Ramos — Santa Catarina.
- 13 Nogueira da Gama — Minas Gerais.

Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (PR).

PARTIDO LIBERTADOR

- 1 Novaes Filho — Pernambuco.
- 2 Aloísio de Carvalho — Bahia.
- 3 Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

- 1 José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

- 1 Lino de Matos — São Paulo.

**MOVIMENTO TRABALHISTA
RENOVADOR**

1 Paulo Fender — Pará.
PARTIDO REPUBLICANO

1 Mendonça Clark — Piauí.
SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

Moura Andrade — Presidente
Argemiro de Figueiredo
Gilberto Marinho
Mourão Vieira
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondim
Joaquim Parente (9)
Rui Palmeira

**Comissão de Constituição e
Justiça**

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente
UDN — Milton Campos — Vice-Presidente
PSD — Sylvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Lobão da Silveira
UDN — Heribaldo Vieira
UDN — Afonso Arinos
UDN — Afrânio Lages
PTB — Lourival Fontes
PTB — Nogueira da Gama
PL — Aloysio de Carvalho (11)

SUPLENTE

PSD — 1 Ary Vianna
PSD — 2 Benedicto Valladares
PSD — 3 Gaspar Velloso
PSD — 4 Menezes Pimentel
UDN — 1 João Villasboas
UDN — 2 Daniel Krieger
UDN — 3 Sérgio Marinho
UDN — 4 Lopes da Costa
PTB — 1 Barros Carvalho
PTB — 2 Lima Teixeira
PL — 1 Mem de Sá

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD — Gaspar Velloso — Presidente
PTB — Fausto Cabral — Vice-Presidente
UDN — Sérgio Marinho
UDN — Fernandes Távora
UDN — Del Caro
UDN — João Arruda
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fender
PTB — Nogueira da Gama (9)

SUPLENTE

PSD — 1 Eugênio Barros
PSD — 2 Sebastião Archer

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 54,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

PSD — 3 Alô Guimarães
UDN — 2 Ovidio Teixeira
UDN — 1 Irineu Bornhausen
UDN — 3 Zacarias Assumpção
UDN — 4 Sérgio Marinho
PTB — 1 Lima Teixeira
PTB — 2 Saulo Ramos
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente
PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fernando
UDN — Lopes da Costa
UDN — Ovidio Teixeira
PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Sebastião Archer
UDN — Del Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

**Comissão de Educação e
Cultura**

PSD — Menezes Pimentel — Presidente
PL — Mem de Sá — Vice-Presidente
PSD — Jarbas Maranhão
PTB — Saulo Ramos
PTB — Arlindo Rodrigues
UDN — Reginaldo Fernando
UDN — Padre Calazans

SUPLENTE

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Alô Guimarães
UDN — Lino de Matos (do PTN)
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira

PL — Aloysio de Carvalho
Reuniões às quartas-feiras, às 16,00 horas — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente
PSD — Eugênio Barros
PSD — Paulo Coelho
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Victorino Freire
UDN — Irineu Bornhausen
UDN — Fernandes Távora

UDN — Lopes da Costa
PTN — Lino de Mattos
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PTB — Saulo Ramos
— Dix-Huit Rosado
PL — Mem de Sá (17)

SUPLENTE

PSD — Sylvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jorbas Maranhão

PSD — Menezes Pimentel
PSD — Pedro Ludovico
PSD — Filinto Müller

UDN — Coimbra Bueno
UDN — Zacharias de Assumpção
UDN — João Arruda
UDN — Milton Campos
UDN — João Villasboas
UDN — Del Caro
PTB — Fausto Cabral
PTB — Vivaldo Lima
PTB — Arlindo Rodrigues
PTB — Calado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

PTB — Lima Teixeira — Presidente
PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Menezes Pimentel
UDN — Afonso Arinos
UDN — Lopes da Costa
UDN — Afrânio Lages
PTB — Calado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (9)

SUPLENTE

PSD — 1 Sebastião Archer
PSD — 2 Sylvestre Péricles
PSD — 3 Eugênio Barros
UDN — 1 Dix Huit Rosado
UDN — 2 Padre Calazans
UDN — 3 Heribaldo Vieira
PTB — 1 Barros Carvalho
PTB — 2 Lourival Fontes
PTB — 3 Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Relações Exteriores

PTB — Vivaldo Lima — Presidente
UDN — João Villasboas — Vice-Presidente
UDN — Afrânio Lages
UDN — Heribaldo Vieira
PSD — Benedicto Valladares
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Filinto Müller
PTB — Lourival Fontes
PL — Aloysio de Carvalho (9)

SUPLENTE

UDN — Milton Campos
UDN — João Arruda
UDN — Sérgio Marinho
PSD — Menezes Pimentel
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Alô Guimarães
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PL — Mem de Sá

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Eurico Gory Auler.

Comissão de Redação

Sérgio Marinho — Presidente (UDN)
Ary Vianna — Vice Presidente (PSD)
Alô Guimarães (PSD)
Affonso Arinos (UDN)

Lourival Fontes (PTB)

- 1 Padre Calazans (UDN)
- 2 Heribaldo Vieira (UDN)
- 1 Calado de Castro (PTB)
- 2 Lobão da Silveira (PSD)

Secretário — Sara Abraão — União Legislativa.

Reunião — Terças-feiras, às 16 horas

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente.
PSD — Alô Guimarães — Vice-Presidente.

UDN — Fernandes Távora
PSD — Pedro Ludovico
PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTE

PSD — Eugênio Barros
PSD — Jarbas Maranhão
UDN — Lopes da Costa
UDN — Sérgio Marinho
PTB — Arlindo Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias Assumpção — Presidente.
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Silvestre Péricles
UDN — Sérgio Marinho
PTB — Calado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (7)

SUPLENTE

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jorge Maynard
PSD — Victorino Freire
UDN — João Arruda
UDN — Afrânio Lages
PTB — Saulo Ramos
PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

PSD — Jorge Maynard — Presidente.
UDN — Coimbra Bueno — Vice-Presidente.
PSD — Victorino Freire
UDN — João Arruda
PTB — Fausto Cabral (5)

SUPLENTE

PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Paulo Coelho
UDN — Sérgio Marinho
UDN — Lino de Mattos
PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

Comissão de Serviço Público Civil

Presidente: PL.
Senador Aloysio de Carvalho
Vice-Presidente: PSD.
Senador Jarbas Maranhão
Senador Silvestre Péricles — PSD.
Senador Padre Calazans — UDN.
Senador Coimbra Bueno — UDN.
Senador Calado de Castro — PTB.
Senador Fausto Cabral — PTB.
SUPLENTE: PSD.
Senador Ruy Carneiro — PSD.
Senador Benedito Valladares — PSD.
Senador Sérgio Marinho — UDN.
Senador Reginaldo Fernandes — UDN.
Senador Nelson Maculan — PTB.
Senador Lourival Fontes — PTB.
Senador Mem de Sá — PL.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias — Oficial Legislativo — PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Educação e Cultura

6ª REUNIAO (ORDINARIA), REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1962.

As 15 horas e 30 minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, presentes os Srs. Senadores Saulo Ramos, Arlindo Rodrigues e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura, deixando de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mem de Sá, Jarbas Maranhão, Reginaldo Fernandes e Padre Calazans.

E' lida e sem alteração aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente procede à leitura da pauta, dando conhecimento aos Srs. Senadores das matérias sujeitas à apreciação.

Em seguida, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Senador Arlindo Rodrigues que passa a ler o parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 14-62, que Federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas. O parecer refere-se às duas emendas apresentadas em reunião anterior pelo Relator e que foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça. O parecer favorável é aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente concede, então, a palavra ao Sr. Senador Saulo Ramos relator do Projeto de Lei do Senado nº 13-61, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências, que solicitou o adiamento da discussão do projeto, visto estar terminando

seus estudos a respeito do mesmo. O adiamento foi concedido por unanimidade.

Continuando com a palavra o Senhor Senador Saulo Ramos passa a ler o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 11-62, que dá nova redação ao artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. O relator profere parecer contrário que é unanimemente aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, secretária da Comissão, esta ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Saúde Pública

6ª REUNIAO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1962.

Aos oito dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e dois, sob a presidência do Sr. Senador Fernandes Távora, presentes os Srs. Senadores Eugênio de Barros e Sérgio Marinho, na Sala das Comissões do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Saúde Pública, deixando de comparecer, com causa justificada os Senhores Senadores Pedro Ludovico, Saulo Ramos e Alô Guimarães.

O Sr. Senador Fernandes Távora, no exercício da Presidência, avoca e relata, favoravelmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1962, que transfere à União a responsabilidade da dívida de Cr\$ 110.000.000,00, e respectivos juros, do Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, de São Paulo. O parecer é aprovado pela Comissão, por unanimidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, para constar, eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário substituto, no impedimento legal do Secretário efetivo, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

Comissão de Relações Exteriores
REUNIAO, EM 15 DE AGOSTO DE 1962

As 21,30 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Vivaldo Lima, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Benedito Valladares, Lourival Fontes e Gaspar Velloso, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lourival Fontes que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1962, que aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Uruguai; bem como o respectivo Protocolo de Assinatura, firmado em Montevideu, em 28 de dezembro de 1956.

— Sem objeções, é o parecer aprovado.

Em seguida, o Sr. Senador Vivaldo Lima relata o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1962, que aprova o texto da Resolução WHA 1.243, adotado pela XII Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, modificando os artigos 24 e 25 da Constituição daquela Agência especializada das Nações Unidas; emitindo parecer favorável ao mesmo.

— O parecer é aprovado sem restrições.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, secretário "ad hoc", a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 115ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 15 DE AGOSTO DE 1962

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE — GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Victorino Freire — Remy Archer — Eugênio Barros — Mendonça Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Dix-Huit Rosado — João Arruda — Ruy Carneiro — Barros Carvalho — Ruy Palmeira — Afrânio Lages — Nelson T. de Oliveira — Lourival Fontes — Heribaldo Vieira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Luterback Nunes — Arlindo Rodrigues — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Nogueira da Gama — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Frederico Nunes — Lopes da Costa — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Daniel Krieger — Mem de Sá e Guido Mondin — (40).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Diploma de Suplente de Senador Federal

Extrato da ata-geral dos trabalhos sobre a apuração das eleições para Suplente de Senador Federal, realizadas no Estado de Alagoas em 3 de outubro de 1958, que servirá de Diploma ao candidato eleito Dr. Nelson Tenório de Oliveira.

TOTAL DE VOTOS VALIDOS
• APURADOS

Em toda a Circunscrição do Estado de Alagoas foram apurados 87.889 (oitenta e sete mil seiscientos e oitenta e nove) votos para Suplente de Senador Federal nas eleições de 3 de outubro de 1958.

VOTAÇÃO OBTIDA PELO DIPLOMADO

Foi considerado suplente de Senador Federal Silvestre Péricles de Góis Monteiro, para as legislaturas de 1959-1966, o cidadão Dr. Nelson Tenório de Oliveira, candidato do Partido Social Trabalhista, por haver obtido 42.222 (quarenta e dois mil duzentos e vinte dois) votos.

Assim, tendo em vista o disposto no art. 118 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), e para que produza os devidos efeitos legais, é expedido o presente extrato, que servirá de Diploma de Suplente de Senador Federal pelo Estado de Alagoas, ao Dr. Nelson Tenório de Oliveira, eleito pelo Partido Social Trabalhista.

A ata-geral, lavrada em 11 do corrente, e de cujo original foi extraído

aproveu, com modificações, o projeto governamental, dando-lhe a forma com que ora se apresenta ao nosso estudo.

IV — Vindo ao Senado, foi a matéria examinada e aprovada e, posteriormente, cada uma das Comissões de Constituição e Justiça, que concluiu pelo oferecimento de um substitutivo ao projeto, buscando atualizá-lo, colocando-o em maior conformidade com os reclames atuais do nosso sistema de navegação.

V — O substitutivo da referida Comissão contém, em síntese, as seguintes inovações:

a) da estabilidade do valor do imposto dentro da variação do valor da mercadoria, fixando-o em vinte mil cruzados, mas permitindo a sua reajustamento mensal, com base na valorização ou desvalorização da moeda nacional, inferidas através da fixação da taxa de conversão do valor externo, na forma da lei;

b) correção, com maior precisão, o que rejam virem de diroitura e torra-vagem;

c) da uma destinação específica ao imposto do farol, evitando-se o produto dele recorrente empregado em fins não relacionados com a melhoria das condições da navegação.

VI — No tocante ao ponto do problema, cabe registrar que o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça melhor atende aos interesses nacionais, pois a matéria em exame foi, não, devidamente atualizada.

VII — Do exame das peças do processo, concluímos, do ponto de vista financeiro, que nenhuma objeção se pode fazer à proposição.

VIII — Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1962. — *Dagiel Krigger*, Presidente. — *Gaspar Veloso*, Relator. — *Barros Corrêa*. — *Fausto Cabral*. — *Fernandes Távora*. — *Aru Vianna*. — *Lopes da Costa*. — *Irineu Bornhausen*.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente (Pausa).

Acha-se presente o Sr. Nelson Tenório de Oliveira, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Silveira Pêças durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado de Alagoas.

Deslana para a Comissão que deverá introduzir S. Exa. no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental, na forma do disposto no art. 69 do Regimento Interno dos Srs. Senadores: Afonso de Albuquerque, Jefferson de Aguiar e Fausto Cabral.

Acompanhado da Comissão, entra no recinto, presta o compromisso e ocupa lugar nas bancadas o Sr. Nelson Tenório de Oliveira (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Há orações inscritas. Tem a palavra o nobre Senador Afonso de Albuquerque, por cessar o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. HERÁSTO LAGES:

(Não foi recebido pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, encaminho à mesa um requerimento de informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, a fim de que ele, por meio do Senado, esclareça pontos em relação ao projeto de lei que vem sendo discutido na qual o Instituto, não obstante a proibição constante do decreto, aprovado pelo Presidente do Conselho de Ministros Sr. Tancredino Neves.

Os senhores notaram que cerca de quatro mil homocênios foram feitos na

quele Instituto, e grande número delas, para o Estado de Pernambuco. É fato de cada senhores que as Delegacias regionais do I.A.P.I. recebem cada dia novos funcionários e em número excessivo, designados muitas vezes para funções e cargos que são ali inócuos, embora, posteriormente, se procure acomodá-los numa outra situação geral.

Torna-se imperioso um paralelo, a esse desdobramento que vem ocorrendo nos Institutos de Previdência Social no País. Não é admissível que continuem desassistidos esses trabalhadores brasileiros, enquanto as despesas e recursos desses Institutos de Previdência Social continuam a ser pagados pelo Estado, e os salários ao mesmo tempo de novos funcionários que vão ingressar nos quadros do pessoal.

Há dois nobres Senadores Jefferson de Aguiar e Tancredino Neves, em discussão aqui pronunciado, que em nome da previdência social no Brasil. Na ocasião S. Exa. afirmou, e com razão, que é necessário tomar providências antes, providências para evitar que a Previdência Social do Brasil não continue no mesmo caminho em que vai parando, desassistido como está o trabalhador brasileiro, o futuro da indústria e não é nada promissor.

Nesta ocasião, vimos debates se travaram. Em aparte ao nobre Senador Jefferson de Aguiar afirmou, que o Congresso Nacional devia o quanto antes, se a esta Casa não chegasse Mensagem do Poder Executivo a respeito, elaborar projeto de lei tratando normas para a Previdência Social, estruturando-lhe os Institutos e discutindo aplicação de recursos dos diversos e recursos coligados pelos próprios Institutos. Com certo desenganço verificamos que não consta, em relação a isso, arroladas pelo Sr. Primeiro-Ministro como medidas de emergência a serem tomadas pelo Governo, parte referente à Previdência Social. Quer dizer, continuaremos na mesma situação, sob esse respeito. A Previdência Social continuará a ser fonte de emprego e nada mais. O trabalhador brasileiro será induzido a não mais acreditar nos seus serviços, nem nos benefícios ou vantagens que ela poderia oferecer.

Encaminharei à Mesa, Sr. Presidente, dentro de alguns instantes terá, como declarei, requerimento que terá o efeito de exigir do Ministro do Trabalho e Previdência Social informações seguras quanto às nomeações feitas. Segundo informam os jornais, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários em número de aproximadamente quatro mil, excluindo os recursos da Instituição e impossibilitando-a de dar ao trabalhador a necessária assistência.

Não só quanto a nomeações o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários merece censura. Também quanto à execução do plano habilitação para atender aos associados, ele tem claudicando.

Acabo de receber a seguinte telegrafia da Assembleia Legislativa do meu Estado:

Senador Afonso Lopes

Senado Federal — Brasília, D.F.

27 de 4-8-62 — Conquanto os termos do requerimento do Deputado Walter Maranhão, o Poder Legislativo de Alagoas vem trazer ao conhecimento de V. Exa. seu voto contrário contra a injusta prática de nomeação de Rio Largo em não ter sido observado, ditada a regra do Fundo Trabalhador. A referência que se faz é a nomeação de uma pessoa para esse benefício. A análise feita pelo Sr. Márcio Antônio de Aguiar, Presidente da Assembleia Legislativa.

O I. A. P. T. abriu inscrição para a construção de habitação para os associados e a financeira para a construção de moradias em Alagoas. Apenas o número insignificante de cerca de cinquenta associados foram contemplados.

e — segundo informações que recebi de Alagoas — todos esses exerciam seu trabalho na Capital. No interior do Município de Rio Largo, onde existem duas fábricas de tecidos com número avultado de operários, um só associado do Instituto mereceu a consideração de poder habilitar-se ao financiamento de lhe assegurasse adquirir, ou construir a casa própria.

Protestando contra a injusta prática contra o operariado do Município de Rio Largo, em Alagoas, desta forma, dirijo este apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, que S. Exa. procure informar-se do que, na realidade, ocorre em relação ao plano de financiamento para moradia própria aos associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e que se for possível corrigir a injustiça, determine que os operários do Município de Rio Largo associados desse Instituto, para ter seu lugar ao sol, possam também habilitar-se ao financiamento para aquisição de moradias próprias.

Estou a meu apelo ao Sr. Ministro do Trabalho. Espero que S. Exa. tome as providências devidas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

S. Exa. desiste da palavra. Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Lê o seguinte discurso).

Srs. Presidente, Srs. Senadores, o "Correio Brasiliense", edição de 4 de mês corrente, publica entrevista concedida à reportagem associada pelo Professor Cláudio Pacheco, Diretor da Carteira de Colonização do Banco do Brasil.

As declarações em aprêço são de grande oportunidade, uma vez que abordam o tema da reforma agrária e a eventual participação daquele importante setor do Banco do Brasil nas soluções de tão momentoso problema. Este é abordado com visão objetiva e o Professor Cláudio Pacheco, servindo-se de sua experiência no exercício do cargo, oferece sugestões capazes de contribuir para o equacionamento e solução de uma das mais atuais e delicadas questões do momento político e econômico do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, no instante em que o Senado volta ao exame do assunto através da apresentação do projeto Milton Campos, da presença do Estado do Trabalhador Rural e outras iniciativas dessa natureza, julgo oportuno trazer ao seu conhecimento a lei para que conste dos Anais desta Casa, as declarações do Diretor da Carteira de Colonização de nosso principal estabelecimento de crédito e uma das figuras mais representativas do meu Estado.

Em termos de brevidade.

CARTEIRA DE COLONIZAÇÃO COOPERA NO SENADO DE UMA REFORMA AGRÁRIA. RIO (Mandorah) — Em declarações proferidas à reportagem associada, o Sr. Cláudio Pacheco, Diretor da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, prestou esclarecimentos sobre as atividades que a mesma vem desenvolvendo, bem como os pontos de vista que se poderia denominar de reforma agrária.

Acentuou, inicialmente, o Sr. Cláudio Pacheco, que ocorre uma divergência natural e um tanto forçada sobre e um tanto cada sobre a reforma agrária que devem ser consideradas prioritárias e predominantes para a consecução de uma reforma agrária no Brasil.

DISCORDÂNCIAS

"Temos, de um lado — disse — aqueles que entendem que o mais urgente e necessário e desapropriar, mesmo confiscar, ou captar por outros meios adequados, principalmente desmembrar, latifúndios improdutivos, para contribuir, antes, aos camponeses, ainda não estabelecidos no domínio rural. Também se destacam aqueles que entendem que o retinhamento de propriedades e a entrega de terras a camponeses ainda em grande parte incapazes pela ignorância, pelo baixo nível de vida e pelo processo do rotineiro, são facilmente prejudiciais aos nossos vitais interesses de produtividade e que, além do mais importante e a mais verdadeiramente benéfico seria, em primeiro lugar, promover a valorização do nosso campo de medidas efetivas de reforma agrária, principalmente educando, e também capacitando, através da associação, econômica, e também em as garantias dos direitos sociais.

Digo que a divergência é meramente política, e mesmo assim, porque, para se resume à questão da autoridade, porquanto, no campo, por ser evidente e até de óbvias constatações, não é possível negar que uma verdadeira reforma da estrutura agrária não se limitará a uma redistribuição de terras. Ninguém ignora e muitos têm dito reiteradamente que o verdadeiro apoio ao nosso camponês exigirá um conjunto de medidas convergentes, além de elevadíssimo, entre as quais, enquanto logo se der e dar terras aos que tenham capacidade para subsistir na atual condição de proprietários, ao mesmo tempo se deve promover a humanização do trabalho rural e assegurar ao nosso camponês todos os benefícios de uma reforma de que ele tanto precisa.

É indispensável, portanto, até obviamente, uma convergência de variadas atitudes, ou uma convergência de esforços de múltiplas direções.

PAPEL DA CARTEIRA DE COLONIZAÇÃO

Passando a falar diretamente o papel da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, no complexo e amplo que podem levar a uma reforma agrária, disse o Sr. Cláudio Pacheco.

A Carteira de Colonização do Banco do Brasil, desde a criação do mesmo, tem se dedicado para o desenvolvimento e divergências e de caráter social, com grande antecipação, a aplicação efetiva das medidas concretas que pertencem a esta capacidade legal. Com efeito, em o ano passado, após a criação da Carteira, iniciou-se o trabalho de financiamento do campo de atividade no meio rural. Desde o meu acesso ao cargo, Sr. Cláudio Pacheco, o Sr. Senador Afonso de Albuquerque, dar a partir de então, o trabalho de promoção prioritária do trabalho inicial. Desde o 31 de julho, mês em que se iniciou para começar a atividade, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, e depois de uma rápida e profunda análise dos pontos de vista e opiniões dos senhores, a Carteira de Colonização

mova empréstimos fundiários, no valor de Cr\$ 2.200.000,00 e já tinha em estudos 22 operações no valor de Cr\$ 62.980.000,00. Depois, o fluxo de operações da Carteira vem se avolumando com tremenda intensidade e acerração, de modo que já em 31 de maio próximo passado o número de empréstimos fundiários liquidados, desistidos ou indeferidos chegava a 224, no valor de 128.223 milhares de cruzeiros, dos realizados, chegava a 1.238, no importe de 294.171 milhares de cruzeiros e o das propostas em estudos já era de 4.040, no importe de 1.335.802 milhares de cruzeiros. Assim, o movimento bruto, quanto a empréstimos fundiários, já registrava 5.522 propostas, no importe total de 1.778.197 milhares de cruzeiros.

Por outro lado os pedidos de financiamento para implantação ou ampliação de núcleos coloniais, em número de dez, dividiu-se em 3 indeferidos, no importe de 13.300 milhares de cruzeiros e 7 em estudos, no importe de 538.088 milhares de cruzeiros, perfazendo um total de... 557.338 milhares de cruzeiros. E, conseqüentemente, o movimento bruto total da Carteira já chegava a 2.335.586 milhares de cruzeiros. Pode-se medir a força extraordinária de expansão deste movimento total pela verificação de que, entre 30 de abril e 31 de maio, no intervalo de um mês, portanto, o incremento foi de 447.897 milhares de cruzeiros.

Prosseguindo, o Sr. Claudio Pacheco adverte que se está procurando manter um caráter experimental, de ingável importância, nas operações de sua Carteira:

— Estes índices de movimento não são tão importantes, pelos totais a que já atingiram, porque afinal são bem modestos se comparados aos mesmos totais atingidos, pelas outras Carteira do Banco do Brasil. A sua maior significação está na tremenda força de aceleração, que bem revela necessidades e apêlos impetuosos em todo o País, dos quais podemos inferir, embora moderadamente, que existe uma necessidade de distribuição de terras, cujo poder não é possível avaliar, porque afinal a expansão daquele movimento ainda está longe de chegar a uma fase culminante e também porque a atitude a que chegou ainda é pequena em face da envergadura de nossa economia rural. Mas o que considero mais importante é dar, como está sendo dado, às operações da Carteira, um decisivo caráter experimental.

Uma das nossas maiores carências é a de desconhecimento do nosso País. Estamos precisando, em tudo e por toda a vastidão do território nacional, de muita, de muitíssima experiência e intensa pesquisa. Deixe que o movimento da Carteira se expandisse, inicialmente, para não estancá-lo na fonte. Mas agora sinto que é tempo de avaliar, observar, apurar e tirar conclusões. Por isto já vai começando, na Carteira, ao lado do esforço operacional, o trabalho de inspeção, não só para manter a lisura e a legitimidade dos financiamentos, como para saber até onde eles estão sendo frutuosos, benéficos ou adequados à nossa conjuntura agrária. Sem dúvida, os financiamentos da Carteira não estão sendo providos em completa paridade com toda a necessária assistência aos

financiados, como era de desejar e de maior acerto. As informações que tenho recebido assinalam bons efeitos, em maior número, mas também já mencionam algumas distorções. Mas estes são dados de repercussão indireta, de modo que só a inspeção direta e minuciosa é que pode fornecer informes dignos de confiança.

Há poucos dias, respondendo a uma pergunta sobre qual era a modalidade de financiamentos da Carteira que eu julgava preferível, respondi cautelosamente: "Dado o pouco tempo decorrido desde o encetamento das operações da Carteira, ainda é cedo para ter um resultado bem fundado em elementos precisos de experimentação sobre qual o tipo de financiamento o que se esteja revelando mais assimilável pela nossa conjuntura agrária. Já está verificado que o empréstimo fundiário é que se vem difundindo com maior velocidade. Mas esse empréstimo, que a essencialmente individualista, cujo receptor, ascendendo por ele a uma posição dominical, apresentando-se selado e, não raro, com poucas possibilidades de receber uma adequada assistência afrente riscos de frustração. O seu caráter individualista pode estar em contradição com as tendências cooperativistas ou coletivistas do nosso tempo. Apontam-se casos de sua suposta frustração em outros países que o experimentaram. Então, pelo menos, teoricamente, devem ser considerados preferíveis os financiamentos que levam à formação de comunidades agrárias bem assistidas e dotadas de instalações e serviços coletivos".

Assim, claramente percebe-se quanto é necessário e importante o caráter experimental e a verificação de resultados das operações da Carteira.

CONVENIO COM O IAA

Respondendo a outras perguntas, acrescentou o Sr. Claudio Pacheco:

— Uma iniciativa relevante, representando esforço definido em prol de uma reforma agrária, foi tomada com a recente assinatura de um convênio entre o Instituto do Açúcar e do Alcool, e o Banco do Brasil, por intermédio da Carteira de Colonização, com o qual se visa alcançar uma realização duplamente benéfica. Estipula o convênio a formulação de projetos integrados de consolidação e fomento da agroindústria canavieira do Nordeste, pelos quais ela possa alcançar, entre outros benefícios, índices mais avançados de reequipamento e de produtividade. E de prever, então, que as empresas canavieiras possam dispor de terras que darão em pagamento dos recursos necessários ao custeio daqueles projetos e que, por intermédio da Carteira de Colonização, serão destinadas a vendas, em glebas menores, sob regime de prazos longos e juros módicos, a lavradores que assim terão acesso à propriedade territorial e concorrão para diversificar, crescer e baratear a produção de gêneros alimentícios, tão necessária na região.

Esse programa, cujas dificuldades de execução deverão ser, prontas e aceleradamente enfrentadas, pelo IAA e pela Carteira, com a colaboração dos demais órgãos e serviços interessados, poderá concorrer com

um grande rendimento para uma pacífica estabilização social no Nordeste, por vias largas de assistência, acesso à propriedade e abastecimento.

ESCASSEZ DE RECURSOS

A indagação sobre quais os recursos de que dispõe a Carteira para suas operações, respondeu:

— Por lei e regulamento, foram atribuídos à Carteira recursos de duas classes: "comuns", os provenientes de verba anual que a Diretoria do Banco do Brasil cabe consignar e específicos, assim discriminados: capital inicial de Cr\$ 1 bilhão, a ser fornecido pelo Tesouro Nacional, em parcelas anuais de Cr\$ 200 milhões; produto da colocação de letras hipotecárias que o Banco do Brasil foi autorizado a emitir; produto da alienação de terras ou bens que a União, os Estados ou Municípios viessem a doar; verbas de que a União viesse a dispor em virtude de acordos internacionais ou de outra origem e valor dos empréstimos que o Banco do Brasil realizasse, no país ou no estrangeiro, para aplicação pela Carteira. Estas fontes de recursos vêm se revelando estéreis ou improdutivas. Nada produziu a colocação de letras hipotecárias, não só devido à desvalorização da moeda, como porque foi revogada a obrigatoriedade legal de sua utilização pela Loteria Federal. Não ocorreram doações de bens, a União não dispôs de verbas em virtude de acordos internacionais ou de outra origem e só agora se torna viável a obtenção de empréstimo no estrangeiro, pelo que a Carteira está procurando habilitar-se a pleiteá-lo.

Quanto ao capital inicial a ser fornecido pelo Tesouro Nacional, foi entregue apenas a primeira parcela do importe de Cr\$ 200 milhões. E assim a Carteira vem precisando, urgentemente, de consideráveis recursos, que não podem correr exclusivamente, a conta de dotações a serem atribuídas pela Diretoria do Banco do Brasil. Dada a expansão das operações da Carteira, a que já me referi, a situação dos seus recursos já seria de completo esgotamento. Isto ainda não ocorre graças à acolhida que a Carteira merece de outros diretores do Banco do Brasil e também ao decisivo apoio que lhe vem dando o presidente Ney Gueiros Góes.

SITUAÇÃO EMERGENCIAL

Prosseguindo nas suas declarações, o Sr. Claudio Pacheco fez questão de explicar a situação emergencial da Carteira de Colonização:

— A Carteira de Colonização considera que justamente pode se tornar mais útil na atual emergência de transformação da estrutura agrária do país, se reservar, rigorosamente, a sua assistência para o agricultor que seja considerado mais "necessitado". Mas, justamente porque existem numerosíssimos "necessitados", qualquer alternativa para o seu completo atendimento, em extensão e suficiência, levará à necessidade de um vulto enorme de recursos que ainda pode não estar nem mesmo nas possibilidades totais do nosso país.

Logo, ocorre primeira e fundamentalmente, o caráter impositivo ou mesmo de força maior de uma seleção que só poderá ser fortemente limitativa. Por isto a Carteira teve de adotar diversos critérios de seleção, a saber: a) — de

signação de zonas prioritárias, para as quais esboçou maior acessibilidade de seus financiamentos e que são e só podem ser as zonas verdadeiramente subdesenvolvidas, de maior pobreza, de maior pressão e agitação agrárias, ou, menos desenvolvidas, em que estejam atuando perigosamente os impulsos de pressão e agitação; b) — limitação, em regra, do valor dos financiamentos, para o que foi rigorosamente calculado que, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, ainda não podem exceder de Cr\$ 350.000,00 para aquisição de terras e de mais de Cr\$ 150.000,00 para instalações e melhoramentos; c) — rigorosa preferência por proponentes que sejam realmente agricultores, que se obriguem a residir no imóvel a ser financiado e que não possuam bens capazes de facilitar a aquisição de terras com recursos próprios; d) — recusa de financiamento a projetos que apresentem, claro ou dissimulado, o caráter de rendosas especulações imobiliárias, ou seja a loteamentos de propriedades para vendas com larga margem de ágio, servindo, exclusiva ou predominantemente, à cobiça ou ao agudo interesse de proprietários, ainda com o resultado de onerar em grau insuportável a parte economicamente mais débil, que é a dos adquirentes.

CONTRIBUICAO DOS PROPRIETARIOS

E assim concluiu o Dr. Pacheco as suas declarações:

— "Os custos elevadíssimos de qualquer programa de reforma agrária, quando se considera a sua execução à luz da nossa atual estipulação constitucional de desapropriação mediante prévia e justa indenização em dinheiro, levam a prestimosas cogitações de uma cooperação espontânea, até dádiosa, ou de uma contribuição compulsória dos proprietários de terras. É bem verdade que essa colaboração ou contribuição poderia parecer desnecessária, quando se considere a extensão de terras devolutas ou mesmo inexploradas que ainda compõe enorme parte da área territorial do Brasil. Entretanto, se estão ocorrendo pressões agrárias em regiões de densidade demográfica e de plena captação dominical das terras, é porque o pioneirismo colonizador, ou a penetração territorial pode ceder lugar, nas etapas iniciais de desenvolvimento sempre imprevedíveis de tendência à segurança e à comodidade, ao sedentarismo reivindicante, que é sempre a fonte de onde rompem aquelas pressões.

Mas a cooperação espontânea nunca se mantém fluente e fecunda, deixando atuentes as cogitações de contribuição compulsória, que se mantêm presentes e pressionantes nas propostas e insistências por uma reforma constitucional visando converter a indenização expropriatória em títulos da dívida pública e outras modalidades de pagamento parcelado. Essa última modalidade não seria de todo inaceitável, dado que a respectiva fluência de juros poderia ser até mais vantajosa do que a baixa rentabilidade de indigentes "latifúndios improdutivos", se o ritmo inflacionário de desvalorização da moeda atualmente em movimento não acelerado não lhe desse um caráter realmente confiscatório.

Parce-me que a cooperação espontânea ou contribuição compulsória dos proprietários poderia ser concedida em termos de justiça que a tornariam suportável se os títulos indenizatórios contivessem cláusulas contra a desvalorização da moeda, de modo que não revertissem em confisco e se conser-

vassem realmente como pagamento parcelado ou se estes títulos contivessem uma prestação imobiliária que desse direito a um aposentamento, embora de área maior, mas de valor equivalente, em terras devolutas ou inexploradas, ou ainda se a cada proprietário desse entregar uma determinada proporção, da sua área de domínio com a equidade divisória de um destaque no bom e no ruim de suas terras.

Durante o discurso do Sr. Joaquim Parente, o Sr. Moura Andrade deu a Presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação assiste ao processo a que se chama sumiço das forças políticas do País, para uma das crises institucionais em que se debate.

Assistimos, igualmente, então, na Câmara dos Deputados ao pronunciamento do Sr. Ministro Brochado da Rocha a respeito dos projetos de Lei que trouxe a lume, desajustado, para torná-los realidade, delegação legislativa do Congresso Nacional.

E, Sr. Presidente, comentarior verificar que o nobre Sr. Primeiro Ministro está animado dos mais altos propósitos de respaldar a lei, de apoiar, em toda a sua inteireza, a Constituição Federal e de não obter senão o que lhe possa dar, legalmente, o Congresso, de acordo com a conjuntura político-social deste País, nesta hora, por todos reconhecida, muito grave para a vida nacional, no que respeita às dificuldades do povo brasileiro, a abraços com problemas de toda a ordem, entre os quais avulta o da falta de gêneros alimentícios sequer para comprar, ou da existência deste a preço proibitivo a qualquer bolsa de pobre.

Sr. Presidente, não temos, como Senadores, nenhum direito de recusar ou de conceder as delegações solicitadas: privativamente cabe à Câmara dos Deputados dizer sim, ou não, às pretensões do honrado Sr. Primeiro Ministro.

Como trabalhista não posso, todavia, deixar de concorrer desta tribuna com o meu apelo aos Srs. Deputados, para que não neguem no Gabinete aquelas medidas indispensáveis de que necessita para combater o poder econômico, o capital espoliador, através de soluções que assegurem ao povo brasileiro uma existência mais elevada nesta hora terrível em que vivemos.

Um dos pontos mais importantes da Mensagem do Sr. 1º Ministro, Sr. Presidente, é, evidentemente, o que se refere à questão do arrendamento de terras a lavradores necessitados.

Se a Reforma Agrária é complexa e implica vários processos de análise e de estudos em busca de soluções que sequer se vislumbram, o aspecto objeto do problema, na Mensagem do Sr. Primeiro Ministro, com relação aos chamados arrendamentos de terras não pode ser relegado a plano secundário e deve ser objeto da meditação patriótica dos Srs. Deputados.

Estou informado, Sr. Presidente de que a Câmara dos Deputados, através das Comissões, a esta hora reunidas para estudar um a um os anteprojetos apresentados pelo Primeiro Ministro, já se traçou a orientação, segundo a qual só fará concessões para matéria que não constitua projeto já em fase adiantada de tramitação no Parlamento Nacional.

E sem dúvida um critério respeitável, Sr. Presidente, esse que adotará a Câmara dos Deputados. Nesse particular estaria o caso dos arrendamentos se não pudessem constituir-se por si só um projeto a parte como realmente constitui, por isso que arrendamentos de terra são necessá-

mente assuntos pertinentes à reforma agrária de modo geral e todos sabemos que o projeto de reforma agrária se encontra em fase adiantadíssima de encaminhamento para solução no Congresso Nacional.

Não pode, entretanto, a Câmara dos Deputados negar ao Sr. Primeiro Ministro o decreto legislativo referente ao problema crucial da espoliação dos lavradores brasileiros pelos detentores de latifúndios improdutivos que arrendam serviços sob as formas aviltantes do cambão, da meação, da terga, adotando processos medievais de exploração do solo.

Não é possível, Sr. Presidente, deixar de outorgar ao Gabinete atual a facilidade de legislar de acordo com a conjuntura nacional neste importante particular de política agrária.

Sabem os Srs. Senadores que a tese comumente apresentada na imprensa e em todos os meios de divulgação perante a opinião pública e mesmo no Parlamento Nacional é a de que um País como o nosso, de uma extensão territorial não pode poder atender-se a questões de terra perante quem não a tem, por isso que o problema de colonização ali está e há casos em que Governadores dos Estados oferecem terras a colonizar e não encontram agricultores para nelas trabalhar.

Não proceder esta tese, Sr. Presidente, é preciso que se repense uma, duas, dez, cem vezes, tantas quanto se torne necessário para esclarecer a opinião pública no assunto. Não digo esclarecer os meus colegas desta Casa — não teria essa veleidade — cuos meus colegas do Parlamento Nacional, mas esclarecer a opinião pública através de nossa tribuna para que o povo saiba o que estamos fazendo aqui, com que sinceridade de propósitos estamos representando o interesse nacional, desempenhando o mandato que para aqui trouxemos, correspondendo à confiança dos que nos elegeram.

E' preciso repisar que o problema não é o de agricultar os latifúndios improdutivos por si só.

Não, Sr. Presidente! Sabemos que há imensas áreas de terra neste País, pertencentes ao Estado, pertencentes a particulares, que nunca foram agricultadas? Por que são generosas, por que são férteis? Não, Sr. Presidente! Porque não são férteis e porque não são generosas é que não despertaram a atenção dos atentos açambarcadores das riquezas deste País, dos perspicazes monopolizadores de quaisquer utilidades que possa o País oferecer, a longo ou a curto prazo, à sua coíba.

Conhecemos os processos pelos quais se requerem terras por doação às Secretarias de Agricultura, em todos os Estados do Brasil.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Há muito se fala em reforma agrária e, como disse V. Ex.ª, há no Parlamento um projeto de lei nesse sentido. O Governador de Goiás prometeu fazer uma reforma no meu Estado e já a está realizando. A colonização está sendo feita sob moldes os mais racionais. Para isso, um emissário do Governo goiano realizou pesquisas em Israel, verificando os métodos adotados, não só ali como em outros países. Assim, a colonização de terras do Estado de Goiás servirá de modelo para todo o País. O colono fixado em povoações satélites de uma cidade-sede, dispõe de assistência médica, farmacêutica e dentológica. Para a criação de gado e a lavoura, foi adotado o sistema cooperativista, muito bem estudado e organizado. Ainda antes, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek esteve em Goiânia e, visitando a exposição que ali se realiza, confessou-se maravilhado — uso suas próprias palavras — com o novo sistema de colonização adotado pelo Go-

vêrno goiano. Esta é uma pequena contribuição que trago ao discurso que V. Ex.ª está proferindo.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado ao nobre Senador Pedro Ludovico pela contribuição que trouxe ao meu discurso.

Há pouco, ouvimos nesta Casa o brilhante discurso do nobre Senador Joaquim Parente, que pediu a transcrição, em nossos Anais, de pronunciamento notável, feito acerca de colonização neste País.

Acredito que a Carteira específica para cuidar do assunto, há paralisada, que é a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, desde que passe a funcionar, contribuirá realmente, e muito para a solução de certos aspectos do problema chamado de revisão ou reforma agrária.

Não me deterei na colonização porque esta não consulta, no momento, as origens da crise agrária que o País atravessa. O que consulta essas origens, a causa da falta de produção dos gêneros alimentícios, é a existência de monopólios latifundiários de terras férteis, que se conservam improdutivos; não são terras férteis, mas terras bem localizadas quanto à possibilidade da circulação dos produtos. Isto é, terras além de férteis com fáceis vias de acesso aos rios, às ferrovias, às rodovias e ao mar.

Essas terras, Sr. Presidente, existem em poder de senhores rurais que apenas as exploram numa percentagem, como em outra feita disse aqui, não superior a 2% de sua extensão. A despeito disso, entretanto, conservam nas suas cercanias de trabalho, massas humanas desejosas de cultivá-las; não massas humanas deslocáveis, mas residentes, fixadas, que não se poderiam mesmo deslocar porque o problema de deslocamento de massas — as chamadas migrações internas — há de fazer apelo a aspectos de assistência social, a que não poderia fugir o Governo.

Devemos, então, deter nossas atenções sobre os estabelecimentos agropecuários existentes; estabelecimentos que são monopólios e que adotam condenáveis sistemas a que me referi de utilização do braço do trabalhador para o trato para o amanho da terra, e para a produção usurpada.

Está, aliada, aos nossos olhos, a crise da produção e circulação de arroz, no Rio Grande do Sul, e a complexidade dessa questão é evidente, tendo recentemente ocupado os dignos representantes desta Casa, nossos colegas, na Comissão que constituíram e ainda constituem para saber o que se passa, com relação à negação de gêneros alimentícios às nossas cidades. Essa Comissão, no Rio de Janeiro, tem trabalhado exaustivamente e ainda há pouco, nossos colegas ouviram o depoimento do Governador Leonel Brizola nesse particular. Ouviram, também outros depoimentos, e não de estar esclarecidos, suficientemente, sobre a crise de produção de cereais, os chamados gêneros verdes, pela qual, irrecorriavelmente, são responsáveis os latifundiários rizeriais insensíveis à realidade nacional.

Mas, voltando ao início do meu discurso, Sr. Presidente, me desejaria deter particularmente, como venho fazendo, naquelas medidas de revisão agrária que constituem um importante capítulo da Mensagem remetida ao Congresso pelo Presidente do Conselho de Ministros, medidas de revisão agrária que incluem quatro proposições das mais alta importância e para as quais solicite a meditação dos Senhores Deputados.

Essas medidas são as seguintes: a que autoriza o Poder Executivo a decretar leis dispondo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural; a que autoriza o Poder Executivo a decretar leis sobre os arrendamentos rurais; aquela que autoriza o Poder Executivo a decretar leis, dispondo sobre a

desapropriação de interesse social; e, finalmente, aquela autorizando o Poder Executivo a criar um órgão executor da política de reforma agrária.

Acredito que pelo menos uma — a que autoriza o Poder Executivo a decretar leis dispondo sobre os arrendamentos rurais — não possa ser negada ao Sr. Primeiro Ministro.

O Sr. Afrânio Lages — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com muito prazer.

O Sr. Afrânio Lages — Considero, efetivamente, o problema de arrendamentos rurais um dos mais sérios na modificação da estrutura agrária brasileira. Não é, entretanto, tão simples como S. Ex.ª, o Sr. Primeiro Ministro está anunciando, ao propor resolvê-lo prolongando o prazo de arrendamento até dez anos. Se observarmos, por exemplo, na França, onde a agricultura é executada com muito cuidado, com todo o carinho, verificaremos que não foi necessária apenas uma lei, mas várias leis, regulando os arrendamentos rurais. E ainda hoje esse problema não está resolvido. Ontem, quando viajava para esta Capital, li um livro de Sabatier sobre a Metamorfose do Direito Privado. Nessa obra, aborda o escritor o problema do arrendamento rural e chama a atenção para uma lei francesa que simplesmente determinou a prorrogação dos arrendamentos rurais por um determinado prazo, criando problema muito mais sério, impedindo que a mocidade francesa tivesse acesso à agricultura. Quer dizer, ficou a agricultura nas mãos desses velhos que passaram a cobrar uma taxa a que chamava de *par de porte* para transferirem as terras aos novos, que passariam a explorá-las. Isso criou uma situação séria, porque a fim de ue os antigos exploradores das terras lhes permitissem exercer a profissão, iniciavam já arcando com o pesado ônus das lutas. Não é um problema tão simples. Acho que não podemos deixar de enfrentá-lo, tratando de fazer as leis pertinentes. Embora o Sr. Primeiro Ministro proponha um projeto tão simples, prorrogando o arrendamento por dez anos, talvez estejamos criando uma situação mais séria do que a já existente. De maneira que, na iminência de ser constituída hoje a comissão especial incumbida de elaborar o projeto de reforma agrária e como já temos um substitutivo apresentado pelo nobre Senador Milton Campos, fruto de um grupo de trabalho, entendo que poderemos resolver o assunto nesta Casa. Não são trinta nem sessenta dias a mais que farão com que a estrutura agrária brasileira não possa ser modificada. Poderemos tratar da matéria com todo cuidado, observando o que a respeito houve em outros países, para elaborar estudos que possibilitem a criação de uma boa lei, a fim de que não fique para as calendas gregas. Medida tão simples, entretanto, como a que pede o Sr. Primeiro Ministro resolverá a situação dos arrendamentos rurais criando um problema. S. Ex.ª está olhando apenas para o Rio Grande do Sul e não para o País inteiro. Se apoiarmos S. Ex.ª, criaremos situação mais séria do que aquela que realmente existe. Não lhe sou contrário; apenas quero frisar que o problema não será resolvido. Sou partidário, quando da elaboração do estatuto da terra, de que se deva ter muito cuidado na parte referente ao arrendamentos rurais, como também à da parceria agrícola. Entendo que devemos modernizar, atualizar esse estatuto para que os que exploram a terra, sob o regime de arrendamento ou de parceria, não sejam explorados mas que possam contribuir realmente para o progresso e maior produtividade da agricultura brasileira.

O SR. PAULO FENDER — Agradeço o aparte de V. Ex.ª e respeito-lhe a opinião. Mas, V. Ex.ª, mesmo complementou que o arrendamento não dá a solução, isoladamente. Realmente, quem examinar a Mensagem do Sr. Primeiro Ministro verificará

O SR. PAULO FENDER -- V.
xa. dondera muito bem. Ressaltei

isto quando assinala que as terras objeto da concessão, de exploração obtinida, com prazo, e condições, inalteráveis das latifundiárias, não são, sobretudo, apanhação de terra, mas de acesso fácil para milhares de famílias.

As terras do Norte no Brasil, e a Amazônia — como todo o Brasil — a maneira infeliz do direito social brasileiro para seus fins de desenvolvimento da sociedade, serão vítimas da mesma exploração desde que essa estrada que ali está, não considerada, a Belém-Brasília, — digam o que quiserem — possibilita a ligação direta do "interior" ao continente.

O Sr. Pedro Ludovico — A única vital para o progresso.

O SR. PAULO FENDER — A única vital para o progresso, como diz V. Exa. Assim é que assistimos à produção do arroz da cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão multiplicar. Por aí chegamos à previsão do progresso do Norte em razão desse melhoramento em tão boa hora concebido e realizado pelo grande Presidente Juscelino Kubaschek de Oliveira.

Sr. Presidente, assinalava, na questão de arrendamento de terras, que o Sr. Primeiro Ministro declarou que cerca de 31% da produção das terras nos Estados sulinos que são pagos em espécie. Diz mesmo que são comuns os casos de arrendamento que se elevam a cinquenta por cento de pagamento em espécie.

Sr. Presidente, é a menção da Idade Média — até coincidente na homonímia — porque arrendar terras com a obrigação do agricultor pagar em espécie cinquenta por cento, é francamente explorar demais.

Que façam esses latifundiários de mercadorias produzidas pelo braço humano e de maneira tão barata por ele adquirida?

O Sr. Pedro Ludovico — Uma verdadeira espoliação.

O SR. PAULO FENDER — Este caso merece meditação, Sr. Presidente. Quando o Sr. 1º Ministro diz que a regulamentação observará contratos de arrendamento, tanto para o pagamento em espécie como para o pagamento em dinheiro, S. Exa. tem em vista corrigir esta iniquidade, essa crueldade contra o trabalhador brasileiro, contra o agricultor, contra o homem que tira da terra seu sustento e vê o seu produto vendido por aqueles que nada fazem e têm a sorte de dispor de capital para comprá-lo, vendendo a pelo preço que quiser, fazendo sua riqueza, enquanto o outro, o desventurado rurícola assiste apenas à sua miséria.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Concedo com tudo que V. Exa. está dizendo.

O SR. PAULO FENDER — Se V. Exa. concorda com tudo, estou satisfeito porque o que virá depois não merecerá de minha parte contradição alguma.

O Sr. Guido Mondin — Quero apenas, que V. Exa. saiba que o que eu agora é velho. No meu Estado, muito velho.

O SR. PAULO FENDER — Quer dizer, a exploração é antiga!

O Sr. Guido Mondin — Antiquíssima. De quantos congressos rurais participei em que as questões eram debatidas e nunca solucionadas. Não apenas sobre o arroz, mas também sobre o trigo. Verificamos que uma das grandes causas do encarecimento da nossa produção agrícola está precisamente nos preços, extorsivos dos arrendamentos. Não se concebe mais em nossa época, esta situação. De sorte que até aí estamos de acordo. No prosseguimento do discurso de V. Exa. verificarei se poderemos continuar concordando. É possível.

O SR. PAULO FENDER — Obrigado pela contribuição de V. Exa. parlamentar de muita sensibilidade. Esperava fosse contribuído por V. Exa. e o foi.

... Sr. Presidente, é evidente que a legislação desse assunto em mente na do Congresso tendo-se em vista o melhor o nível de seus princípios. Haverá a possibilidade de pagamento em dinheiro, e não de arrendamento, inclusive através do banco do Estado, a fim de que o produtor não venha a pagar o arrendamento em dinheiro aos latifundiários, mas apenas razoáveis, enquanto Deus quiser.

... Sr. Presidente, a honra de comunicar a V. Exa. a honra da comunicação dos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regulamento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado de Alagoas, em substituição ao Senhor Senador Silvestre Péricles, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e apresentarei a bancada do P.S.P.

Alagoas saudáveis. — Nelson Tenório de Oliveira.

Nome parlamentar: Nelson Tenório.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa está inteirada da comunicação do nobre Senador Nelson Tenório, e a Secretaria procederá na forma do Regulamento.

Sobre a mesa moção de protesto do Governador Carlos Lacerda, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício PG nº

Em 13 de agosto de 1962.

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar seja interpretado perante o Senado Federal do nosso protesto, como Governador do Estado da Guanabara, contra procedimento do Senhor Ministro da Justiça submetendo a censura prévia pronunciamentos de natureza política através do rádio e da televisão.

2. Entendeu o Senhor Ministro da Justiça, através de medida de ordem geral, expedir instruções à Comissão Técnica de Rádio para que só permitisse a divulgação, pelo rádio e pela televisão, de palestras de conteúdo político, depois de submetidas, previamente, à censura das autoridades federais. Esse procedimento deveria ser adotado, indistintamente, sem qualquer exceção, compreendendo, inclusive, parlamentares e governadores de Estado.

3. É o que afirmou o Senhor Ministro da Justiça em nota publicada no "Correio da Manhã" do dia 8 do corrente, na qual esclarece que nada mais falta que dar cumprimento a um decreto do ex-Presidente Jânio Quadros.

4. Em vista desta determinação fui obrigado a gravar, em "video-tape", pronunciamento que pretendia fazer, pela televisão, na noite de 7, analisando o momento político nacional e as verdadeiras razões da crise artificial que mantém o país paralisado há cerca de dez dias.

5. Submeti-me, é certo, à censura, embora proclamasse, nas minhas declarações, que considerava a atitude do Sr. Ministro da Justiça um atentado às liberdades republicanas. E, no caso de um Governador de Estado, um acinte e uma provocação intoleráveis, um desrespeito à liberdade de quem estava investido das responsabilidades do mandatário do povo, cujo dever, testes dias sonoros, é o de alertar o povo contra as manobras dos que procuram ferir as instituições começando por intimidar o Congresso Nacional.

6. Agradeço que os representantes do povo, no Congresso, também atingidos pela medida arbitrária do Se-

nhor Ministro da Justiça, tomassem a iniciativa da sua interpeação, o que, de fato, sucedeu.

7. Desejo, agora, acrescentar meu protesto e meu inconformismo. O ato do Sr. Ministro da Justiça, confesadamente responsável pela arbitrariedade, é de inconstitucionalidade e ilegalidade brandantes.

8. O encarceramento da liberdade de expressão começa por vulnerar a garantia essencialíssima inscrita no artigo 141, § 3º da Constituição Federal que assegura, em termos amplos, a livre manifestação do pensamento, vedando-se qualquer modalidade de censura prévia. Esta franquia foi inserida sem qualquer limitação quanto ao seu gozo. Assérgua, assim, a liberdade de expressão através de qualquer instrumento de divulgação do pensamento, inclusive, portanto, pela televisão e pelo rádio.

9. Sentente estão sujeitos à censura prévia, diz ainda o mesmo artigo 141, § 3º, o espetáculo e as diversões públicas, a fim de serem escomadas as expressões que atentem contra a moral e os bons costumes.

10. Exatamente porque se trata de censurar diversões públicas o art. 18, § 1º da Constituição Federal determina que aos Estados cabe exercê-la, pois se trata de problema eminentemente local, restrita à preservação dos bons costumes.

11. Assim sendo, ao submeter pronunciamento de um Governador de Estado à censura prévia, o Sr. Ministro da Justiça violou, duas vezes, a Constituição: a primeira, atentando contra a garantia inscrita no § 3º do art. 141; a segunda, ao justificar o ato, usurpando confesadamente competência que a Constituição atribui aos Estados.

12. Há mais: o procedimento do titular da pasta da Justiça constitui flagrante desrespeito à memorável decisão do Tribunal Superior Eleitoral através da qual se assegurou, nos 90 dias anteriores aos pleitos, ampla liberdade de acesso ao rádio e à televisão. O ato ministerial atentou, pois, contra uma decisão da Justiça, contra o princípio da independência e harmonia entre os poderes e contra o Código Eleitoral vigente.

13. Finalmente, buscando justificá-lo, o Sr. Ministro da Justiça afirma que apenas deu execução a um decreto do ex-Presidente Jânio Quadros. De duas uma: ou o Senhor Ministro não conhece o decreto a que se refere e, neste caso, não devia tê-lo mencionado, ou, se conhece os seus exatos termos, citou-o em falso.

14. Com efeito, o decreto do Senhor Jânio Quadros tem o nº 51.134 e foi baixado no dia 3 de agosto de 1961.

Diz em sua ementa:

"Regula os programas de teatro e diversões públicas através do rádio e a televisão e funcionamento de alto-falantes, e dá outras providências".

15. O decreto, restrito aos programas de teatro e diversões públicas pelo rádio e televisão, limitava-se, assim, a tornar obrigatória a censura prévia para aqueles casos expressamente permitidos pelo art. 141, § 3º da Constituição Federal.

16. E como não podia deixar de ser, atribui a competência para o exercício da censura às autoridades estaduais, como está expresso neste considerando do mesmo decreto:

"Considerando que essa censura é da competência dos Estados na forma do art. 18, § 1º da Lei Básica da República".

17. O decreto invocado pelo Senhor Ministro da Justiça demonstra, duplamente, a arbitrariedade com que agiu: disciplina, apenas, a censura prévia dos espetáculos e diversões públicas e proclama a competência dos Estados para exercer tal censura.

18. I nenhuma palavra diz o de-creto sobre censura prévia de pro-gramas de natureza política na tele-visão e no rádio. E, ao que se saiba, nenhum outro ato sobre o assunto expediu o Sr. Jânio Quadros du-rante o período em que exerceu a Presidência da República.

19. Pelas razões que aqui deixo expostas à consideração dos ilustres representantes do povo, fica eviden-ciado que o Sr. Ministro da Justiça e culpado por diversos atentados à Consciência da República não mere-cendo a confiança dos verdadeiros democratas, transformado em instru-mento dos que tramam contra o re-gime.

Anciosas saudações. — Carlos La-cerda, Governador.

O SR. PRESIDENTE:

O protesto enviado pelo ilustre Go-vernador Carlos Lacerda, contra pro-cedimento do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, será remetido à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que a mesma informe quais as providên-cias cabíveis a serem adotadas pelo Senado Federal, no caso narrado pelo Governador do Estado da Guanabara.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento nº 470, de 1962

Nos termos dos arts. 171, nº I, e 212, alínea 2-1, do Regimento Inter-no, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 1961, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.579, de 10 de julho de 1959, cujo prazo, na Comissão de Segurança Nacional já se acha esgo-tado.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Art. 236 do Regi-mento Interno, o requerimento que acaba de ser apoiado, será votado no final da Ordem do Dia.

Sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 471, de 1962

Nos termos do art. 211, letra "n", do Regimento Interno, requero dis-pensa de interstício e prévia distri-buição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1962, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Fausto Cabral — Afrânio Lages — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação do Plenário, o projeto figurará na Or-dem do Dia da próxima sessão.

Sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 472, de 1962

Nos termos do art. 211, letra "n", do Regimento Interno, requero dis-pensa de interstício e prévia distri-buição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1962, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Saulo Ramos — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria para a qual foi conce-dida dispensa de interstício, fig-urará na próxima Ordem do Dia.

Sobre a mesa a Redação Final do Projeto de Lei nº 126-61, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, e que será lida pelo 1º Secre-tário.

E' lido o seguinte

Parecer nº 367, de 1962

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara nº 126, de 1961 (nº 1.741-E-56, da Casa de origem) que dispõe sobre o Estatuto da Or-dem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de advogado.

Relator: Sr. Lourival Fontes.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Pro-jeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.751-E/56, na Casa de ori-gem) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de advogado.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1962. — Sérgio Marinho, Presidente — Lourival Fontes, Relator — Ruy Carneiro — Alô Guimarães — Ary Vianna.

ANEXO AO PARECER Nº 367, DE 1962

Projeto de Lei da Câmara nú-mero 126, de 1961, (nº 1.751-E/56), na Casa de origem) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1-CCJ)
Ao § 1º do art. 14.

Dê-se ao § 1º do art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14."

§ 1º Só poderão ser membros do Conselho Federal os advogados que exerçam a profissão ininterruptamen-te, há mais de 5 (cinco) anos, salvo se, na vigência de inscrição anterior, tenham desempenhado funções no mesmo Conselho; bem como os que não ocuparem cargos públicos de que possam ser demitidos *ad nutum* ou não tenham sido condenados por infração disciplinar".

EMENDA Nº 2

(Corresponde à emenda nº 2-CCJ).
Ao § 3º do Art. 21

Dê-se ao § 3º do art. 21 a seguinte redação:

"Art. 21."

§ 3º — Só poderão ser membros do Conselho Seccional os advogados que exerçam a profissão, ininterruptamente há mais de cinco anos, salvo se, na vigência de inscrição anterior, houverem desempenhado funções no mesmo Conselho, bem como os que não ocuparem cargos públicos de que possam ser demitidos *ad nutum*, ou não tenham sido condenados por infração disciplinar.

Emenda Nº 36-CCJ

(Corresponde à emenda nº 36-CCJ).

Ao inciso X do art. 27

Substitua-se o inciso X do artigo 27 por disposição autônoma, com os seguintes redação:

Art. . . . — Ao Conselho Seccional cumpre exercer, na falta de Tribunal de Ética, as atribuições a este con-fereidas no artigo . . .

EMENDA Nº 4

(Corresponde à emenda nº 17-CCJ).
Ao Capítulo VII.

Acrescente-se, como última dispo-sição do capítulo:

Art. . . . O advogado, quando in-dicado para defender réu pobre, em

processo criminal terá os honorários fixados pelo juiz, no ato de sua no-meação, segundo tabela organizada bienalmente pelos Conselhos Seccio-nais, e pagos pela forma que as leis da organização judiciária estabelece-rem.

EMENDA Nº 5

(Corresponde à emenda nº 3-CCJ).

Ao parágrafo único do art. 42.

Dê-se ao parágrafo único do artigo 42 a seguinte redação:

"Art. 42"

— Parágrafo único — Ao advogado que faltar sem causa justificada, a uma reunião da assembleia-geral será aplicada a pena de multa no valor mínimo, dobrado em caso de reincidência".

EMENDA Nº 6

(Corresponde à emenda nº 4-CCJ).

Ao inciso IV do art. 44.

Dê-se ao inciso IV do art. 44 a se-guinte redação:

"Art. 44"

IV — quitação eleitoral e quitação do serviço militar, se for brasileiro".

EMENDA Nº 7

(Corresponde à emenda nº 5-CCJ).

Ao § 2º, do art. 53.

Onde se diz:

"... na alínea anterior";

diga-se:

"... no parágrafo anterior"

EMENDA Nº 8

(Corresponde à emenda nº 7-CCJ).

Ao § 1º do art. 66.

Dê-se ao § 1º do art. 66 a seguinte redação:

"Art. 66"

§ 1º Afirmando urgência ou razão instantânea pode o advogado apresenta-se sem procuração do cliente, obrigando-se, independentemente de criação, a exibi-la no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze por despacho do Juiz ou autoridade competente".

EMENDA Nº 9

(Corresponde à emenda nº 8-CCJ).

Ao art. 67.

Acrescente-se ao artigo 67 mais um parágrafo que tomará o número 4, com a seguinte redação:

"Art. 67"

§ 4º Os contratos, atos constituti-vos e estatutos das sociedades civis e comerciais só serão admitidos a re-gistro e arquivamento no Departamen-to Nacional da Indústria e Co-mércio ou nas juntas Comerciais com sede no Distrito Federal e nas capi-tais dos Estados, quando elaborados e visados por advogado devidamente inscritos na Ordem dos Advogados.

EMENDA Nº 10

(Corresponde à emenda nº 9-CCJ).
Ao art. 67.

Acrescentem-se dois parágrafos ao artigo 67 que tomarão os números 5º e 6º, com a seguinte redação:

"Art. 67"

§ 5º Perante a administração públi-ca o próprio interessado poderá re-querer e defender-se.

§ 6º Além do próprio interessado, são privativos de advogados a inter-posição e o acompanhamento de re-cursos perante:

a) O Presidente da República, os Ministros de Estado, os Governado-res e Secretários dos Estados e Ter-ritórios e os Prefeitos das Capitais.

b) O Conselho de Segurança Nacio-nal.

c) O Tribunal de Contas da União.

d) o Departamento Nacional de In-dústria e Comércio.

e) o Departamento Nacional de Propriedade Industrial.

f) O Serviço do Patrimônio da União.

g) o Conselho de Terras da União.

h) o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

i) o Departamento Nacional de Produção Mineral.

j) O Conselho Nacional do Petróleo.

k) os Conselhos de Contribuintes.

l) o Conselho Superior de Tarifa.

m) o Conselho da Superintendên-cia da Moeda e do Crédito.

n) o Departamento Federal de Se-gurança Pública.

o) os órgãos similares ou equiva-lentes aos constantes dos incisos an-teriores, da própria União, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Mu-nicípios.

EMENDA Nº 11

(Corresponde à emenda nº 11-CCJ).

Ao inciso V do artigo 79.

Dê-se ao inciso V do artigo 79 a se-guinte redação:

"Art. 79."

V — Procuradores-Gerais e Sub-procuradores Gerais, sem distinção das entidades de Direito ou dos ó-gãos a que sirvam.

EMENDA Nº 12

(Corresponde à emenda nº 43 de Plenário).

Ao inciso VIII do artigo 79.

Dê-se ao inciso VIII do artigo 79 a seguinte redação:

"Art. 79."

VIII — tabeliões, escrivães, escre-ventes, oficiais dos registros públicos e quaisquer funcionários e serventes da Justiça.

EMENDA Nº 13

(Corresponde à emenda nº 45 de Plenário).

Ao Parágrafo único do artigo 79.

Dê-se ao parágrafo único do arti-go 79 a seguinte redação:

"Art. 79."

Parágrafo único. Excetuam-se da incompatibilidade referida no inciso III os Juizes suplentes não remun-erados, os Juizes eleitorais e os que não façam parte dos quadros da ma-gistratura ou não tenham as prerro-gativas desta".

EMENDA Nº 14

(Corresponde à emenda nº 44 de Plenário).

Ao inciso II do artigo 80.

Acrescente-se ao inciso II do artigo 80 o seguinte:

"... bem como juizes e suplentes nomeados nos termos do artigo 122, parágrafo 5º, in fine, da Constituição Federal, em matéria trabalhista".

EMENDA Nº 15

(Corresponde à emenda nº 12-CCJ).

Ao artigo 80 (entre os incisos IV e V).

Inclua-se um inciso, entre os incisos IV e V, com o seguinte texto, reordenando-se em consequência, a numeração dos demais incisos:

"Art. 80.

V — Procuradores e Sub-Procuradores do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, nos mesmos termos do inciso anterior".

EMENDA Nº 16

(Corresponde à emenda nº 10-CCJ).

Ao inciso V do artigo 80.

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do artigo 80:

"Art. 80.

V — servidores públicos, inclusive do magistério, de autarquias e entidades para-estatais e empregados de sociedade de economia mista, contra as pessoas de direito público em geral.

EMENDA Nº 17

(Corresponde à emenda nº 46 de Plenário).

Ao art. 82.

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 18

(Corresponde à emenda nº 6-CCJ).

Ao art. 83.

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 19

(Corresponde à emenda nº 48 de Plenário e à subemenda da CCJ).

Ao inciso XIV do art. 84.

Acrescente-se ao inciso XIV do artigo 84 mais uma alínea com a seguinte redação:

"Art. 84.

XIV —

d) — para medidas judiciais urgentes ou inadiáveis cuja execução possa acarretar prejuízo irreparável no caso de ausência ou recusa do advogado anterior ao requerimento das mesmas".

EMENDA Nº 20

(Corresponde à emenda nº 13-CCJ).

Ao inciso IV do art. 86.

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do art. 86:

"Art. 86.

IV — reclamar, quando preso em flagrante, por motivo de exercício da

profissão, a presença do Presidente da seção local, para a lavratura do auto respectivo.

EMENDA Nº 21

(Corresponde à emenda nº 49 de Plenário).

Ao inciso XX do art. 86.

Dê-se ao inciso XX do art. 86 a seguinte redação:

"Art. 86.

XX — ter assistência social, nos termos da legislação própria".

EMENDA Nº 22

(Corresponde à emenda nº 14-CCJ).

Ao Capítulo V do Título II (artigos 87 a 93).

Suprima-se este Capítulo.

EMENDA Nº 23

(Corresponde à emenda nº 16-CCJ).

Ao art. 102.

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 24

(Corresponde à emenda nº 51 de Plenário).

Ao parágrafo único do art. 104.

Substitua-se o parágrafo único do art. 104 pelos seguintes:

Art. 104.

"§ 1º Tratando-se de honorários fixados na condenação, tem o advogado direito autônomo para executar a sentença, nessa parte, podendo requerer que o precatório, quando este for necessário, seja expedido em seu favor.

§ 2º Salvo aquiescência do advogado, o acordo feito pelo seu cliente e a parte contrária não lhe prejudica os honorários, quer os concencionais quer os concedidos pela sentença.

EMENDA Nº 25

(Corresponde à emenda nº 53 de Plenário).

Ao parágrafo único do art. 105.

Dê-se ao parágrafo único do art. 105 a seguinte redação:

"Art. 105.

Parágrafo único. A ação de cobrança de honorários pelos advogados guardará a forma executiva prevista no art. 298 do Código do Processo Civil desde que ajustados mediante contrato escrito ou arbitrados judicialmente em processo preparatório com a observância do disposto no art. 101 devendo a petição inicial ser instruída com o instrumento do mandato como presunção da prestação do serviço contratado.

EMENDA Nº 26

(Corresponde à emenda nº 23-CCJ).

Ao inciso VIII do art. 108.

Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII do art. 108:

"Art. 108.

VIII — violar, sem justa causa, sigilo profissional".

EMENDA Nº 27

(Corresponde à emenda nº 22-CCJ).

Ao inciso XXVI do art. 108.

Dê-se ao inciso XXVI do art. 108 a seguinte redação:

"Art. 108.

XXVI — praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção".

EMENDA Nº 28-CCJ

(Corresponde à emenda nº 24-CCJ).

Ao parágrafo único do art. 108.

Transforme-se o parágrafo único do art. 108 em disposição autônoma, com a mesma redação.

EMENDA Nº 29

(Corresponde às emendas ns. 20 e 21 da CCJ).

Ao caput do art. 110.

Dê-se ao caput do art. 110 a seguinte redação:

"Art. 110. A pena de advertência é aplicável nos casos das infrações de finidas no art. 108, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, XVIII, XXIII, XXVII, XXVIII e XXIX".

EMENDA Nº 30

(Corresponde à emenda nº 19-CCJ).

Ao inciso II do art. 111.

Elimi-se, no inciso II do art. 111, a infração do inciso VIII do art. 108.

EMENDA Nº 31

(Corresponde à emenda nº 37-CCJ).

Ao art. 112.

Suprima-se no art. 112 as palavras: "42, parágrafo único".

EMENDA Nº 32

(Corresponde à emenda nº 18-CCJ).

Ao art. 115 e seus incisos.

I — Dê-se ao inciso III do art. 115 a seguinte redação:

"Art. 115.

III — aos que houverem feito falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição nos quadros da Ordem".

II — Inclua-se, como inciso IV, o seguinte texto:

"Art. 115.

IV — aos que perderem o requisito do inciso VII do art. 44".

III — Transforme-se o inciso IV do art. 115 em inciso V.

EMENDA Nº 33

(Corresponde à emenda nº 25-CCJ).

(Ao capítulo XV do título II).

Inclua-se, entre os artigos 119 e 120 do Projeto, uma disposição autônoma com a seguinte redação:

"Art. ... E' circunstância que sempre atenuará a aplicação das penas disciplinares nesta lei, haver sido a falta cometida na defesa de prerrogativa da profissão".

EMENDA Nº 34

(Corresponde à emenda nº 26-CCJ).

(Ao artigo 120).

Dê-se a seguinte redação ao artigo 120:

Art. 120. Na aplicação das penas disciplinares previstas nesta lei serão consideradas, para fim de atenuação, as seguintes circunstâncias:

I — a ausência de qualquer antecedente disciplinar.

II — o exercício assíduo e proficiente do mandato ou encargo em qualquer dos órgãos da Ordem.

III — a prestação de serviços profissionais gratuitos; e

IV — a prestação de bons serviços à classe ou à causa pública".

EMENDA Nº 35

(Corresponde à emenda nº 27-CCJ).

Ao art. 128.

I — Dê-se ao art. 128 a seguinte redação, suprimindo-se seus parágrafos 1º e 2º:

Art. ... E' lícito ao condenado a qualquer pena disciplinar requerer a

revisão do processo, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

II — Acrescente-se, depois do artigo 128 mais um artigo com a seguinte redação:

Art. ... — E' também permitido ao condenado a quaisquer pena disciplinar, requerer, um ano depois de cumprida a pena, a revisão do processo, para o fim de sua reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.

Parágrafo único — No caso de pena disciplinar resultante da prática de crimes aplicam-se as disposições que, no processo comum, regulam a matéria.

EMENDA Nº 36

(Corresponde à emenda nº 28-CCJ).

(Ao artigo 130).

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 37

(Corresponde à emenda nº 29-CCJ).

(Ao artigo 131).

Dê-se ao artigo a seguinte redação:

Art. — Incorrerá nas penas do artigo 47 da Lei das Contravenções Penais aquele que sem estar inscrito na Ordem dos Advogados:

a) usar carteira ou cartão de identidade, vestes, insígnias e títulos privativos de advogado, estagiário ou provisionado.

b) anunciar, por qualquer meio de publicidade, a condição ou a atividade de advogados, inclusive intitulando-se representante ou agente de advocacia no estrangeiro.

EMENDA Nº 38

(Corresponde à emenda nº 30-CCJ).

(Ao artigo 141).

Dê-se ao art. 141 a seguinte redação:

"Art. 141. Salvo disposição em contrário, aplicam-se ao recurso em processo disciplinar (art. 135, letra d) as regras do Código de Processo Penal e aos demais recursos as do Código de Processo Civil, bem como as leis complementares".

EMENDA Nº 39

(Corresponde à emenda nº 33-CCJ).

Ao Capítulo II do Título III.

— Inclua-se, como primeira disposição do capítulo das "Disposições Transitorias", mais um artigo, com a seguinte redação:

Art. — E' ressalvado aos atuais inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil o direito ao exercício da profissão, nos termos da inscrição em vigor.

EMENDA Nº 40

(Corresponde à emenda nº 31-CCJ).

Ao parágrafo único do art. 150.

Substitua-se o parágrafo único do art. 150 pelos seguintes:

"Art. 150.

§ 1º Será considerado como de serviço público, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de exercício em qualquer cargo dos Conselhos e das Diretorias da Ordem, vedada, porém, a contagem cumulativa do tempo de exercício em outro cargo público.

§ 2º Os membros da Ordem dos Advogados do Brasil, quando nomeados para Tribunal Federal contarão como de serviço público, para os efeitos de lei o tempo em que efetivamente exerceram a advocacia, até o máximo de 15 anos.

EMENDA Nº 41

(Corresponde à emenda nº 32-CCJ).

(Ao artigo 152).

Suprima-se este artigo.

EMENDA Nº 42

(Corresponde à emenda nº 34-CCJ).

(Ao artigo 153).

Dê-se ao artigo 152 a seguinte redação:

Art. 153. Durante 3 (três) anos a partir da vigência desta lei, serão facultados os requisitos do estágio profissional e do Exame da Ordem, para efeito de inscrição no quadro dos advogados.

Parágrafo único — Nos dois primeiros anos dêse prazo será permitida, em caráter excepcional, a inscrição na Ordem, como *Soliciador Acadêmico*, aos que comprovarem estar matriculados na 4ª ou 5ª séries da Faculdade de Direito oficiais ou reconhecidas por lei.

EMENDA Nº 43

(Corresponde à emenda nº 35-CC-J).

(Onde couber).

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

Art. ... — Os Conselhos Seccionais poder-se-ão constituir, pela forma determinada nos respectivos regimentos internos, um Tribunal de Ética, com atribuições de orientar e aconselhar sobre ética profissional os inscritos na Ordem, cabendo-lhe conhecer concretamente da imputação feita ou do procedimento suscetível de censura, desde que não constituam falta disciplinar definida em lei.

EMENDA Nº 44

(Corresponde à emenda nº 38-CCJ).

(Onde couber).

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

“Art. ... — A comprovação do efetivo exercício da advocacia, quando exigível para os efeitos desta lei, far-se-á por documento de quitação dos impostos que incidem sobre a profissão bem como por certidão da prática de atos privativos do advogado, dentre os mencionados no artigo...”

EMENDA Nº 45

(Corresponde à emenda nº 55 de Plenário).

(Onde couber).

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

“Art. — A transferência do Conselho Federal para Brasília será efetuada logo ali se achem funcionando todos os Tribunais Superiores e seja posta à disposição do mesmo instalação condigna pelo Poder Executivo a quem caberá também custear o transporte de seus bens e utensílios”.

O SR. PRESIDENTE:

A proposição a que se refere a Redação Final, encontra-se em regime de urgência, devendo, pois, ser colocada, imediatamente, em discussão e votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Designo para acompanhá-lo, naquela Casa do Congresso, o nobre Senador Aloysio de Carvalho,

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80-62.

O Sr. 1º Secretário procede à leitura do seguinte

Parecer nº 368, de 1962

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1962 (nº 2.668-B-61, na Casa de origem).
Relator: Sr. Lourival Fontes.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1962 (nº 2.668-B-61, na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1962. — Ary Vianna, Presidente — Lourival Fontes, Relator — Ruy Carneiro.

ANEXO AO PARECER
Nº 368, DE 1962

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1962 (nº 2.668-B-61, na Casa de origem), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São criadas, na 5ª. Região da Justiça do Trabalho, 11 (onze) Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, nas Comarcas de Salvador, que será a sexta: Feira de Santana, Santo Amaro, Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Maragogipe, Ipiá, Conquista e Joazeiro, no Estado da Bahia e Propriá, no Estado de Sergipe.

Parágrafo único. As Juntas criadas neste artigo terão jurisdição:

I — a de Salvador, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, sobre o Território da Comarca de Salvador, por distribuição;

II — a de Feira de Santana, sobre as comarcas de Feira de Santana, Serinha e Santo Estevão;

III — a de Santo Amaro, sobre os Municípios de Santo Amaro, São Francisco do Conde e Coração de Maria;

IV — a de Ilhéus, sobre o território da Comarca do mesmo nome;

V — a de Jequié, sobre as Comarcas de Jequié, Poções e Ipicui;

VI — a de Alagoinhas, sobre os Municípios de Alagoinhas, Mata de São João, Catu, Pojuca, Inhambupe, Sátiro Dias, Conde, Entre Rios, Esplanada e Acajutiba;

VII — a de Maragogipe, sobre o Território da Comarca do mesmo nome;

VIII — a de Ipiá, sobre os Municípios de Ipiá, Ubatá, Ubaitaba e Camamu;

IX — a de Conquista, sobre os Municípios de Conquista, Itambé e Itapetinga;

X — a de Joazeiro, sobre o território da Comarca do mesmo nome;

XI — a de Propriá, sobre os Municípios de Propriá, Cedro do São João, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Malhada dos Bois e Muribeca.

Artigo 2º. A jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Salvador, se estenderá aos Municípios de Itapetinga, Candeias, São Sebastião do Passé e Camassari.

Artigo 3º. Os mandatos dos Vogais das Juntas criadas por esta lei terminarão, simultaneamente, com os dos titulares das Juntas em funcionamento na 5ª Região.

Artigo 4º. São criadas, para provimento das Juntas a que se refere o artigo 1º desta lei, 11 (onze) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta, 11 (onze) funções de suplente (e Juiz do Trabalho e 22 (vinte e duas) de Vogal, sendo 11 (onze) para a representação dos empregados e 11 (onze) para a dos empregadores.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Artigo 5º. São criados, no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, os cargos constantes da Tabela anexa, para provimento dos serviços administrativos das Juntas de que trata a presente lei.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos a que se refere este artigo serão os fixados em lei para o pessoal administrativo das Regiões da Justiça do Trabalho servidas por Tribunais Regionais de 1ª Categoria.

Artigo 6º. Os vencimentos dos cargos e funções criados pelo artigo 4º desta lei serão os fixados na Lei

número 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes em leis posteriores.

Art. 7º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas, bem como as outras medidas decorrentes da presente lei.

Art. 8º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 5ª Região — Um crédito especial até o limite de Cr\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender às despesas decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

QUINTA REGIAO DA JUSTICA DO TRABALHO

Tabela a que se refere o artigo 5º desta lei

Número de cargos	Cargos	Observação
	I — Cargos isolados de provimento efetivo	
11	Chefe de Secretaria	1 (um) para cada Junta
11	Oficial de Justiça	1 (um) para cada Junta
11	Porteiro de Auditório	1 (um) para cada Junta
	II — Cargos de Carreira (*)	
12	Oficial Judiciário	2 (dois) para a J. C. J. de Salvador e 1 (um) para cada uma das demais.
23	Auxiliar Judiciário	3 (três) para a J. C. J. de Salvador e 2 (dois) para cada uma das demais.
12	Servente	2 (dois) para a J. C. J. de Salvador e 1 (um) para cada uma das demais.

(*) — Os cargos de carreira constantes desta Tabela são de classe inicial.

O SR. PRESIDENTE:

Trata-se de matéria aprovada em regime de urgência. Devo, em consequência, ser imediatamente discutida e votada.

Em discussão a redação final que acaba de ser lida.

(Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1962, queiram permanecer sentados.

(Pausa).

Está aprovada.

O projeto vai à sanção.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 24, de 1958 (nº 1.471-49 na Casa de origem), que regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento

número 420, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 8 do mês em curso), tendo Pareceres (ns. 8 e 9, de 1960), das Comissões: de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo; de Legislação Social, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (com voto em separado do Senhor Senador Caiado de Castro) e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas de Plenário.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas em plenário.

É lido o seguinte:

Parecer nº 369, de 1962

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara número 24, de 1958, que regula o direito de greve, na forma do artigo 158 da Constituição Federal.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

Oriundo da Câmara dos Deputados o Projeto nº 24, de 1958, promove a regulamentação do art. 158 da Cons.

tituição Federal o exercício do direito de greve.

A Comissão de Constituição e Justiça apreciando a proposição, na reunião de 9 de outubro de 1959, aprovou substitutivo ao projeto, também ratificado pela dita Comissão de Legislação Social (pareceres ns. 8, de 1950, e 9, de 1960).

Incluído na ordem do dia, o substitutivo recebeu 35 (trinta e cinco) emendas, visando a modificação parcial da proposição, com a modificação da redação de alguns textos, supressão de artigos, incisos ou parágrafos, como se verifica do teor das proposições subsidiárias apresentadas pelos nobres Senadores Saulo Ramos, Leonidas Melo, Francisco Gallotti, Joaquim Parente, João Villasboas e Sérgio Marinho.

As emendas apresentadas não colidem com qualquer dispositivo constitucional e sob o prisma da juridicidade poderão ter tramitação.

O mérito das emendas deverá ser examinado e decidido pela Comissão de Legislação Social.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1960. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Jefferson de Aguiar*, Relator. — *Daniel Krieger*. — *Ruy Carneiro*. — *João Villasboas*. — *Argemiro Figueiredo*. — *Menezes Pimentel*. — *Atilio Vivacqua*.

O SR. PRESIDENTE:

Solicito do Sr. Senador Ruy Carneiro, Presidente em exercício da Comissão de Legislação Social, que designe relator para emitir parecer, em nome dessa Comissão, sobre as emendas de plenário.

O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente, designo o Sr. Senador Afrânio Lages para relatar a matéria, em nome da Comissão de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Afrânio Lages.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

(Para emitir parecer) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Legislação Social já se havia pronunciado a favor do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar. No plenário, foram-lhe porém oferecidas algumas emendas pelo Senador Venâncio Igrejas. O Projeto voltou, assim, às Comissões e, na de Legislação Social, o nobre Senador Paulo Fender ofereceu subemenda à Emenda nº 1, versando matéria nesta não compreendida.

A Comissão de Legislação Social, examinando as emendas e tendo em vista que elas poderão ser renovadas, quando da discussão suplementar, se aprovou o Substitutivo Jefferson de Aguiar, e de parecer contrário às emendas e à subemenda, reafirmando, assim, seu ponto de vista favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Aberta a discussão suplementar, aquelas emendas e subemenda, oferecidas em plenário e na Comissão de Legislação Social, poderão ser renovadas, sem prejuízo para o andamento do processo legislativo, facilitando dessa forma a tramitação da matéria.

Trata-se de proposição de relevante interesse social, que tramita no Senado já há muito tempo. Assim, acredito que o parecer que estou proferindo, na qualidade de relator da Comissão de Legislação Social, merecerá a acolhida do Senado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Legislação Social é contrário às Emendas de plenário e à subemenda apresentada

na Comissão de Legislação Social pelo nobre Senador Paulo Fender.

Abre-se a discussão especial das Emendas e subemendas.

Em discussão.

O SR. PAULO FENDER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quando integrava a Comissão de Legislação Social tive oportunidade de, como relator de Emendas oferecidas em plenário sobre o Projeto chamado da Lei de Greve, apresentar subemenda substitutiva ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Não encontrei um apoio regimental claro para esse recurso, que era o único de que podia dispor quanto à importante matéria, mas fui informado, na própria Comissão de Legislação Social, de que o precedente existia no Senado. Em muitas proposições legislativas, no passado desta Casa, mesmo prevalecendo dispositivo regimental ainda vigorante, houve este recurso, isto é, de um relator de emendas de plenário, apreciando tais emendas em Comissão, apresentar uma subemenda substitutiva.

Apenas uma inquinação ponderável de ilegitimidade articula o nobre Senador Afrânio Lages, digno relator da Comissão de Legislação Social, quando diz que eu, apreciando as emendas de plenário, ofereço, através de subemenda de minha autoria, matéria nova que deveria ser apresentada em plenário.

Sr. Presidente, não apresentei, propriamente, matéria nova e também não tive oportunidade de apresentar emenda em plenário, porque assumi o mandato parlamentar depois que este importante Projeto foi discutido. Mas apreciando as emendas, não pude deixar de oferecer à consideração do Senado substitutivo que me parece revestido de toda substância que a importância da lei deve corporificar, representando mesmo a mediação entre o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e o Projeto originário da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Aurélio Vianna.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, na Comissão de Legislação Social, tive ocasião de me deter sobre vários aspectos do processo de greve. E, deste modo impugnei dispositivos do Projeto do douto Senador Jefferson de Aguiar, que determinavam tramitação por demais burocratizada do processo de greve.

Lerei, a seguir, tópicos do meu trabalho. Dizia eu, referindo-me particularmente à greve não como um direito mas como um fato social:

A greve não como um direito, e sim, como um movimento ou um fato social, tem sentido trágico e se liga à própria condição humana, hodiernamente transposta à condição operária.

A natureza obscura e o caráter de fatalidade que presidem aos movimentos paredistas, na sua deflagração solidária, profunda e generalizada, levaram a André Billy a comparar a greve a fenômenos meteorológicos, mais do que a empreendimentos humanos.

Dir-se-ia que a greve, dentro dos quadros jurídicos, se comporta como os corpos gasosos nos recipientes toleradamente compressores. Na verdade, o seu caráter de movimento espontâneo e imprevisível, com toda a sua corte de situação de emergência, deveria garantir-lhe tratamento social semelhante, no sentido da solidariedade humana, àquele como que enfrentamos as catástrofes do meio físico, *exempli gratia* os incêndios e as enchentes.

E a greve, sem dúvida, manifestação de liberdade traduzida em atitude coletiva de revolta, como último recurso para melhorar condições desvantajosas de trabalho, a que se vêem obrigados os operários, que alibam seus braços e suas inteligências a um poder via de regra desaparece-

bido de quem lida com seres humanos.

O escravo faz a greve pela fuga, e a parede está nos fastos da história, com seus atributos prefetamente reconhecíveis, quando lembramos Spartacus e sua legião de cativos revoltados contra a antiga Roma ou quando, para não sair da humanidade brasileira, assinalamos a revolta dos quilombos e seu Chefe Zumbi, ao tempo das nossas capitulinas autoritárias e escravocratas.

A história do direito de greve se liga, todavia, na sociedade moderna, à história mesma do direito sindical. Entre o direito e o delito, tem-se debatido o acontecimento da greve, que se ceva paulatinamente de injustiças nas cercanias psicológicas da paz do trabalho e que permanece quase imperscrutável em suas determinantes biológicas e sociais. O protesto e a tentativa de compulsão fazem a atitude inabalável de uma das partes, que recusa o seu concurso à outra cassando, drasticamente, a solidariedade social.

Sr. Presidente, poderia ler outros tópicos do meu trabalho já do conhecimento dos nobres Senadores e que constituem o resultado de estudos aprofundados sobre a questão, pois consultei legislações de vários países, indo mesmo à França buscar, nos sindicatos, os fundamentos da legislação francesa a respeito. E tudo isto levou-me à convicção de que, sendo a greve um movimento de solidariedade que aparece repentinamente, sem atender às ponderações mínimas da ordem social com relação à falta do concurso do trabalhador em greve com as autoridades, no sentido de encontrar pacificamente a solução de seus problemas. Sendo a greve, enfim, uma catástrofe social a incidir no meio operário, da mesma forma que a catástrofe no meio físico, não poderemos encontrar na legislação de greve justificativa para sua burocratização.

Por isto, Sr. Presidente, procurei simplificar meu projeto e não concordei com o nobre Senador Jefferson de Aguiar ao estabelecer *quorum* especial para associações de greve, submetendo o processo da greve a um encaminhamento rigoroso, através de instâncias administrativas, até a Justiça do Trabalho.

Sr. Presidente, por isto, procurei, de certa forma, aproximar-me do projeto oriundo da Câmara dos Deputados, isto é, do Projeto Aurélio Vianna, e, por isto também, procurando dar a mediação que tinha em vista, entre os dois projetos, encontrei a fórmula apresentada no meu substitutivo, segundo a qual a greve é regida pela Justiça do Trabalho.

O grande ponto, o ponto fundamental em que se debate a matéria é a ausência ou a presença da Justiça do Trabalho nos julgamentos da greve.

Pelo meu projeto não dou à Justiça do Trabalho o papel de árbitro, como acontece no projeto Aurélio Vianna. Respeito-a como Instituto Constitucional e a ela é outorgada, pelo meu projeto, o direito de, em *ultima ratio*, para dirimir o conflito da greve.

Estas as razões pelas quais não posso aceitar o parecer proferido pelo Senador Afrânio Lages, apoiando o projeto do nobre Senador Jefferson de Aguiar.

Entendo que deveremos procurar uma inteligência comum desta matéria, a fim de que o Senado não choque, com seu veredito, a grande classe de trabalhadores de fábricas, de oficinas, enfim, de todas as atividades humanas do País, com solução legislativa que, de modo algum, corresponde aos seus anseios.

O próprio Sr. Primeiro Ministro, na sua Mensagem ontem submetida à Câmara dos Deputados, pediu habilitação legal para decretar lei que,

segundo declara S. Exa., seguirá, *quase pari passu*, diretrizes do projeto organizado naquela Casa Legislativa.

Sr. Presidente, por estas e outras razões, pedindo a atenção de meus pares para a importante matéria, discutindo o parecer que V. Exa. ora submete a nosso debate, trago formal oposição a que o parecer seja aprovado. (Muito bem).

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto do Deputado Aurélio Vianna, em virtude de parecer de autoria do Deputado Roger Ferreira, constituiu-se substitutivo a dois outros acolhidos pelas Comissões Permanentes daquela Casa do Congresso Nacional.

Quando da tramitação dos projetos, constituída uma Comissão Especial, foram estes substituídos por um substituto de autoria do Deputado Joaquim Duval consagrando vários direitos, determinando uma diretriz, consubstanciando os trabalhos da Comissão Especial a que me refiro.

O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, além de conter certas disposições desarticuladas, permite greves de simpatia e de solidariedade e quaisquer outras reivindicações formuladas em detrimento do interesse social. O Deputado Aurélio Vianna, ao apresentar seu projeto à consideração da Câmara dos Deputados, declarou peremptoriamente que a proposição constitua apenas uma colaboração, o marco inicial de um trabalho que deveria ser aprimorado por aquela Casa do Congresso, por isso que se conformava, preliminarmente, com sua substituição, alteração ou modificação, para que o proletariado não fosse prejudicado pela aprovação de lei claudicante, amorfa, sem os conteúdos e contornos indispensáveis a vedar qualquer articulação jurisprudencial e capaz de preencher os claros que seriam prejudiciais ao operariado brasileiro.

Chegando o projeto ao Senado Federal o Líder Lameira Bittencourt atribuiu-me a incumbência de apreciá-lo e depois de quarenta dias apresentei o substitutivo inicial. Posteriormente em face dos trabalhos de Atilio Vivacqua e das impropriedades feitas por líderes sindicais e pelo advogado da Confederação, Dr. José Francisco Boselli, permiti-me a apresentação de outro substitutivo que iria atender, como denominador comum, a todas as reivindicações. Mantive, inclusive, no gabinete do Líder Lameira Bittencourt várias palestras e conferências com o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e então Presidente do Senado, modificando em várias partes, os preceitos contidos no substitutivo inicialmente elaborado.

Arnaldo Sussekind foi incumbido pelo Ministro Fernando Nobrega para acompanhar a tramitação do substitutivo e várias disposições foram modificadas por solicitação do Ministério do Trabalho, esboçando-se da redação os defeitos inicialmente encontrados, para que dúvidas não houvessem na acolhida unânime do trabalho do qual fôra encarregado.

O jornal "Última Hora", com a apresentação do substitutivo de minha autoria, dignou-se deferir-me uma homenagem, na coluna "Tirando o Chapéu", declarando que eu acolhera quase todas as reivindicações do operariado brasileiro.

Surpreendentemente, no entanto, poucos dias depois o jornal a que ajudo e vários líderes iniciaram ataque frontal ao substitutivo de minha autoria.

Os Srs. Senadores Souza Naves e Calado de Castro foram incumbidos de apresentar outro substitutivo, feição daquele que eu elaborara, com pouquíssimas modificações, mas que

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

O projeto de lei que trata da greve...

Se estas determinações não forem...

Se estas determinações não forem...

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Jefferson de Aguiar — Com satisfação.

O Sr. Paulo Fender — No meu substitutivo, este aspecto estaria atendido nos artigos em que...

O Sr. Jefferson de Aguiar — V. Exa. permite a aplicação do Fundo Sindical nas greves.

O Sr. Paulo Fender — ...estabelece a duração das paredes, duração das greves nas atividades fundamentais e duração das greves nas atividades acessórias. Ora, no prazo de duração da greve, haverá tempo de encontrar solução inteligente para a divergência.

O Sr. Jefferson de Aguiar — O meu projeto também prevê trinta ou sessenta dias para a duração das greves nas atividades secundárias ou fundamentais.

Brasil, que não conta com os recursos para evitar a proibição das greves nas atividades fundamentais. Não é verdade, porque essas atividades fundamentais são as atividades fundamentais e não as atividades secundárias, em cinco dias.

Na e eve delegada no Estado do Espírito Santo, quando eu dirigia o curso jurídico dos interesses do Sindicato que representava a categoria profissional dos empregados da Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica, esta comissão de prazo constitui uma solução para a divergência.

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

Naquele greve, existia o cumprimento de uma decisão da Justiça do Trabalho...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

Ao Estado não interessa, absolutamente, que o rompimento da greve se faça de surpresa e isto está corrigido no Projeto do nobre Deputado Aurélio Viana...

No Substitutivo apresentado pelo nobre Senador Paulo Fender também se estabelece um prazo para o rompimento da greve. A questão é, portanto, a de se atender o menor lapso de tempo, para que se faça o rompimento e ao mesmo tempo, dar ao operariado uma arma de pressão psicológica...

Ao elaborar o projeto que ora se discute, trouxe, para esta realidade, a experiência que tive de vinte anos de atividade afanosa, em favor do operariado espírito-santense, discutindo e debatendo todas as matérias, não só na Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, como também em Aimorés, no Estado de Minas Gerais, defendendo operários da Central Brasileira, da Cia. Vale do Rio Doce e muitos outros que confiaram seus direitos e interesses ao meu patrocínio profissional. Defendi-os perante o Tribunal Regional do Trabalho e do Superior Tribunal do Trabalho, do antigo Distrito Federal, onde venceu cerca de 98% das causas a mim atribuídas.

O conhecimento que tenho da matéria, possibilita-me a elaboração de um diploma que, atendendo ao operariado, não prejudique ao Estado e à coletividade brasileira.

O substitutivo que apresentei na douta Comissão de Constituição e Justiça, aprovado por aquele órgão permanente e, depois, pela Comissão de Legislação Social, permitirá o reexame da matéria na discussão suplementar.

Os eminentes colegas mais doutos e que mais conhecem a matéria, poderão apreciar várias disposições do substitutivo que se aprova neste momento, para que, integrados no interesse comum de servir à Nação e de atender às justas reivindicações do operariado tenhamos adotado um instrumento de exatidão como se sentiria o acolhimento das reivindicações do operariado brasileiro.

Sr. Presidente, peço que o substitutivo de minha autoria atenda aos reclamos do operariado e não prejudique à Nação brasileira. (Muito bem, muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Para a votação, que se procederá em caráter secreto.

O Sr. Paulo Fender, da Comissão de Constituição e Justiça, tem preferência de relator.

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

...aqui, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça...

A aprovação do projeto Aurélio Vianna iria constituir-se num instrumento de subversão e, no mesmo passo, numa mensagem de desorientação da Justiça do Trabalho, que poderia criar, através de arestos e dos pré-julgados, normas que iriam preencher as lacunas do projeto Aurélio Vianna.

É preciso que o Congresso tenha em mira a elaboração de um instrumento de paz, de harmonia e de entendimento entre capital e trabalho. Devemos dar ao trabalhador uma arma hábil para conquistar direitos e não, para promover subversões e anarquia.

O trabalhador brasileiro é odeiro, mas todos nós conhecemos que minúsculas atitudes no meio operário não promovendo desordem e instabilidade permanente, com o intuito de subverter o regime e atentar contra o sistema de governo vigente.

Por esses motivos, e porque a aprovação do meu substitutivo possibilitará regimentalmente novo exame da matéria, escolhendo-se o substitutivo de quaisquer erros ou dúvidas que possam ser acolhidas como atentado ao direito dos trabalhadores, votarei contra a aprovação da preferência porque, nos termos regimentais, se dá a primazia ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça com pareceres favoráveis das Comissões Permanentes. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tua a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria, antes de usar a palavra que V. Ex.^a me concedeu para encaminhar a votação, de levantar a questão de ordem para saber da Presidência se, com a aprovação da preferência para o projeto, ficam as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE:

Prevalecem, apenas, as emendas feitas ao projeto. Os substitutivos serão considerados prejudicados.

O SR. PAULO FENDER:

Muito obrigado à inteligência que V. Ex.^a traz à minha dúvida.

O SR. PAULO FENDER:

(Para encaminhar a votação. Não foi recebido pelo orador) — Sr. Presidente, respondida como foi a questão de ordem que suscitei, encaminho a votação pronunciando-me favoravelmente à preferência solicitada pelo nobre Senador Barros Carvalho.

Não procedem as afirmativas de que o projeto Aurélio Vianna, por si só, incentiva a desordem, a anarquia, porque o trabalhador brasileiro, mesmo antes de o Congresso lhe outorgar esta tão esperada lei, tem produzido greve, as mais pacíficas, em todo território nacional.

Lembro-me, como homem apercebido da legislação do meu País, mesmo antes de ter a honra de integrar o Senado da República, das discussões dos diálogos, dos debates travados na Assembleia Constituinte que nos outorgou a Carta Magna de 1946.

Esta assunto foi por demais debatido, uma vez que desejava que a Constituição, ao estabelecer, para o primeiro, o direito de greve como uma conquista inalienável do trabalhador nacional, sem qualquer regulamentação.

Quando uns que apenas a Constituição disse: "É assegurado o direito de greve". Alí terminaria o artigo. Mas, no diálogo, encontrou-se outra inteligência; e então, atenuando ao fato de que noutros países, e certos constitucionais que outorgavam esse direito inalienável do trabalhador, não o faziam sem estabelecer a regu-

lamentação do seu exercício, a Constituição de 46 entendeu de dizer assim: no art. 244:

"É assegurado o direito de greve, observados os limites estabelecidos em lei."

Por entender, Sr. Presidente, com toda a meditação com que me compenetro na matéria, que o projeto Aurélio Vianna, por si só, representava uma concessão de certos aspectos regulamentares da regulamentação da greve, foi que me oportunizou de elaborar o substitutivo que não vi anulado, infelizmente, na Comissão de Legislação Social.

Como V. Ex.^a declarou que, ao votar a preferência para o projeto da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto Aurélio Vianna, isto é, o projeto original, seria apreciado, então que as dúvidas do nobre Senador Jefferson de Aguiar estão eliminadas, porque o Projeto Aurélio Vianna renova nesta Casa as emendas apresentadas ao seu aperfeiçoamento e pelo voto de que, retornando à Câmara de origem, a lei de greve será aprovada de acordo não somente com a tranquilidade da ordem pública representada pelos temores das autoridades governamentais — não do Brasil, mas futuras — mas também com os interesses do trabalhador nacional.

Por estes motivos, Sr. Presidente, voto vencido no meu substitutivo, a aprovação do projeto de lei do nobre Senador Barros Carvalho. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento de preferência para o projeto de Lei da Câmara nº 24, seja votado, antes do quórum legal, que não permanecer sentados. *(Voto em...)*

Está rejeitado.

Vai-se passar à votação do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça que tem a preferência regimental. A votação não prejudicará as emendas a ele apresentadas. A votação é secreta.

A esfera branca aprova o substitutivo; a esfera preta o rejeita.

A chamada será feita do Norte para o Sul.

O Sr. 1.^o Secretário vai proceder à chamada.

(Procede-se à chamada).

Respondeu à chamada e votou os seguintes Srs. Senadores:

Vicente Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Romão Archer — Eugênio Barros — Mendonça Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Fátima — Meneses Pimentel — Sérgio Marinho — Djalma Rorato — João Arruda — Rui Carneiro — Barros Carvalho — Rui Palmeira — Nelson Teodoro — Afrânio Jungs — Lourival Farias — Alagôo Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Luizbach Nunes — Adilene Rolim — Gilberto Marinho — Ezequiel Velloso — Manoel Augusto — Paulo Lacerda — Colômbio Bueno — Ivo de Costa — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Itacaré Brilhante — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mendonça.

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 37 Srs. Senadores. Vai-se proceder à aprovação. *(Pausa).*

Votaram a favor 28 Srs. Senadores; votaram contra 9 Srs. Senadores.

O Substitutivo foi aprovado.

Em consequência, ficam prejudicadas as Emendas de ns. 2, 3, 5, 13,

14, 16, 34 e 35, bem como a subemenda de autoria do nobre Senador Paulo Fender.

É o seguinte o Substitutivo aprovado.

SUBSTITUTIVO

TÍTULO I

Do Direito de Greve

Capítulo I

Conceito e Extensão

Art. 1.^o Os dissídios coletivos de trabalho poderão ser dirimidos pelos órgãos da Justiça do Trabalho ou pelo exercício do direito de greve, na forma desta lei.

Art. 2.^o Considerar-se-á exercício legítimo do direito de greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços a empregador, por deliberação da assembleia geral da entidade sindical representativa da categoria profissional, interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa ou empresas correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados, na forma 3 de acordo com as condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. Não se inclui no conceito de greve a diminuição injustificada do ritmo de produção.

Art. 3.^o Só poderão participar do movimento grevista em todas as suas fases as pessoas físicas que prestam serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único. São consideradas ilegais as greves reivindicatórias, de natureza econômica e as vinculadas ao exercício da atividade profissional.

Art. 4.^o É vedada a extensão do movimento grevista a outras empresas, estabelecimentos, seções ou atividades da mesma categoria profissional, sem a prévia deliberação da assembleia geral da entidade sindical que tiver autorizado a greve, originariamente, ou da entidade sindical que representa a categoria profissional interessada na extensão do movimento grevista.

Art. 5.^o O direito de greve não pode ser exercido pelos servidores da União, Territórios, Estados, Municípios e autarquias salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho.

Capítulo II

Condições para o exercício do direito de greve.

Seção I

Das Assembleias Gerais

Art. 6.^o O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembleia geral do Sindicato, que representará a categoria profissional dos associados, por dois terços em primeira convocação e, por um terço, em segunda convocação, em segredo e por maioria de votos.

§ 1.^o A Assembleia Geral instalar-se-á e funcionará na sede do Sindicato ou no local designado pela Federação ou Confederação interessada, podendo, entretanto, reunir-se simultaneamente na sede das delegacias e sedes dos Sindicatos (Consolidação das Leis do Trabalho, art. 517, § 2.^o), se sua base territorial for intermunicipal, estadual ou nacional.

Entre a primeira e a segunda convocação deverá haver o interregno mínimo de 2 (dois) dias.

§ 2.^o O quórum de votação será de 1/3 (um terço) dos associados, em

segunda convocação nas entidades sindicais que representem mais de 5.000 (cinco mil) profissionais da respectiva categoria.

§ 4.^o Sempre que o irrompimento da greve tenha sido autorizado por associados em número inferior a metade dos profissionais da categoria, filiados à entidade sindical e interessados nas reivindicações, o empregador é facultado impetrar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a realização de plebiscito na empresa, fábrica, estabelecimento ou seção afetados pelo movimento grevista, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da notificação (art. 11), de acordo com as formalidades previstas nesta lei.

§ 5.^o O empregador e seus prepostos diretos não poderão do plebiscito, sob pena de nulidade.

§ 6.^o Caso se apure que a maioria dos empregados não deseja participar do movimento grevista, as autoridades competentes garantirão o livre exercício profissional, sem prejuízo da participação da minoria na suspensão do trabalho, nos termos desta lei.

Art. 7.^o A Assembleia-Geral será convocada pela Comissão do Sindicato, com a publicação de editais nos jornais do local de situação da empresa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 1.^o O edital de convocação deverá conter:

a) indicação de local, dia e hora para a realização da Assembleia-Geral;

b) designação da ordem do dia, que será exclusivamente destinada à discussão das reivindicações e deliberação sobre o movimento grevista.

§ 2.^o As decisões da Assembleia-Geral serão adotadas com a utilização das cédulas "sim" e "não".

§ 3.^o A mesa diretora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa de notória idoneidade, designado pelo Procurador-Geral do Trabalho ou Procuradores Regionais.

Art. 8.^o Apurada a votação e lavrada a ata, o Presidente da Assembleia promoverá a remessa de cópia autenticada, do que foi deliberado pela maioria, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ou ao Delegado Regional do Trabalho.

Art. 9.^o É vedado a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer intervenção na Assembleia-Geral, salvo os membros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo Ministro ou por quem o represente.

Art. 10. Não existindo Sindicato, que represente a categoria profissional, a Assembleia-Geral será promovida pela Federação a que se vincula a entidade sindical, ou na hipótese de inexistência desta, pela correspondente Confederação.

Parágrafo único. Quando as reivindicações forem formuladas por empregados, ainda não representados por Sindicato ou entidade Sindical de grau superior, a Assembleia-Geral será promovida pelo Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e pelos Delegados Regionais do Trabalho nos Estados, e requerimento dos interessados.

Seção II

Das Intimações

Art. 11. A entidade sindical, após a autorização do irrompimento da greve, a partir da qual a entidade sindical notificará o empregador, por escrito, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para a votação pleiteada pelos empregados, sob pena de abstenção pacífica no trabalho, a partir de mês, dia e hora que mencionará na notificação, com o interregno mínimo de 5 (cinco) dias, nas atividades

accessórias e de 10 (dez) dias, nas fundamentais.

§ 1º A Diretoria enviará cópias autênticas da legislação às autoridades mencionadas no art. 8º desta lei, a fim de que adotem providências para a manutenção da ordem, garantindo os empregados no exercício do direito de greve e atendendo a empresa de quaisquer danos.

§ 2º Recebendo a comunicação da greve no parágrafo anterior, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a transmittirá ao Ministério Público do Trabalho, que poderá suscitare de ofício, dissídio coletivo para conhecimento e julgamento das reivindicações formuladas pelos empregados, sem prejuízo da paralisação temporária do trabalho.

Art. 12. A greve não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, nas atividades fundamentais, e de 60 (sessenta) dias, nas atividades accessórias, não se computando nestes prazos o período de tramitação do processo para o julgamento.

SEÇÃO III

Da conciliação

Art. 13. O Diretor do Departamento do Trabalho ou o Delegado Regional do Trabalho adotará todas as providências para efetivar a conciliação entre empregados e empregadores com a assistência da Procuradoria da Justiça do Trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da deliberação da Assembleia-Geral, que tiver autorizado o irrompimento da greve

CAPÍTULO III

Das atividades fundamentais

Art. 14. Consideram-se fundamentais as atividades nos serviços de energia, luz, gás, esgotos, comunicações, transportes, energia ou descarga, serviço funerário, hospitais e maternidade, venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade, farmácias e drogarias, hotéis e indústrias básicas ou essenciais a defesa nacional, cuja revisão só será permitida de dois em dois anos.

Art. 15. Na atividade em serviço de transporte terrestre, marítimo e aéreo, a paralisação do trabalho em veículos em trânsito e dos respectivos serviços só será permitida após a conclusão da viagem, nos pontos terminais.

Art. 16. Nas atividades fundamentais, que não possam sofrer paralisação as autoridades competentes poderão fazer garantir a empresa por terceiros e determinar o funcionamento dos respectivos serviços.

Art. 17. A requerimento do empregador e por determinação do Tribunal do Trabalho competente os grevistas organizarão turmas de emergência, com o pessoal estritamente necessário à conservação das máquinas e de tudo que, na empresa, exija assistência permanente, de modo a assegurar o reinício dos trabalhos logo após o término da greve.

Art. 18. Será de 72 (setenta e duas) horas o pré-aviso para a deflagração da greve, nas atividades fundamentais e nas accessórias, quando motivada pela falta de pagamento de salário nos prazos previstos em lei ou pelo não cumprimento de decisão, proferida em dissídio coletivo, que tenha transitado em julgado.

Capítulo IV

Do Irrompimento e do Exercício do Direito de Greve

Art. 19. Decorridos os prazos previstos nesta lei, e sendo impossível a conciliação preconizada pelo artigo 12, os empregados poderão deixar de exercer a sua atividade profissional, desocupando o estabelecimento da empresa.

Parágrafo único. As autoridades garantirão livre acesso ao local de trabalho aos que querem prosseguir na prestação de serviço ao empregador.

Art. 2. Os grevistas não poderão praticar quaisquer atos de violência contra pessoas e bens, agressão, depredação, sabotagem, danos ou esbulhos, insultos, pregar ou ostentar cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador ou outros de igual natureza, sob pena de demissão por falta grave, sem prejuízo da responsabilidade criminal, de acordo com a legislação vigente.

Capítulo V

Das Garantias dos Grevistas

Art. 21. São garantias do direito de greve:

I — o aliciamento e a propaganda por quem pertença a categoria profissional e preste serviços a empresa;

II — a coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda pelos grevistas, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional;

III — se tiver por objeto reivindicação julgada improcedente pela Justiça do Trabalho, em decisão definitiva, há anos de 1 (um) ano;

III — se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade sem qualquer reivindicação que interesse direta e legitimamente a categoria profissional;

IV — se diver por fim alterar condição constante de acordo sindical, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificadas substancialmente as fundamentos em que se apoiam;

V — se o Tribunal Superior do Trabalho, a requerimento da Procuradoria Geral do Trabalho, decidir, por 2/3 (dois terços) dos seus membros, que a greve irrompida não atendeu aos prazos e condições desta lei, determinando o retorno dos grevistas à atividade profissional, no prazo que fixar e sob as condições que prescrever.

TÍTULO II

Da Intervenção da Justiça do Trabalho

Capítulo I

Do dissídio coletivo

Art. 25. Caso se não efetive a conciliação autorizada pelo art. 13, o Procurador designado suscitara dissídio coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho ou Tribunal Superior do Trabalho, se a greve se estender a mais de uma região, no prazo de 5 (cinco) dias.

III — proibição de despedida do empregado, que tenha participado pacificamente de movimento grevista;

IV — proibição ao empregador de admitir novos empregados em substituição aos grevistas.

Parágrafo único. Nos períodos de preparação, declaração e exercício da greve, os empregados que dela participarem não poderão sofrer com tratamento ou coação por parte do empregador ou de autoridades públicas direta ou indiretamente.

Art. 22. A greve licita rescinde o contrato de trabalho nem extingue os direitos e obrigações deles resultantes.

Parágrafo único. A greve suspende o contrato de trabalho, assegurando-se aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da sua duração e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se deferidas pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho as reivindicações

formuladas pelos empregados, total ou parcialmente.

Art. 23. Os membros da Diretoria da entidade sindical, representativa dos grevistas não poderão ser presos ou detidos, salvo em flagrante delito ou em obediência a mandado judicial.

Capítulo VI

Da Illegalidade da Greve

Art. 24. A greve será reputada ilegal:

I — se não atendidos os prazos e desprovidas as condições estabelecidas nesta lei;

Art. 25. O dissídio coletivo decorrente de movimento grevista terá tramitação de acordo com o Capítulo IV do Título X da Consolidação das Leis do Trabalho, com as modificações constantes desta lei.

Art. 27. Recebendo a petição inicial, o Presidente do Tribunal notificará as partes interessadas para a audiência de conciliação, que será realizada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, com a apresentação no mesmo ato, se não houver acordo, das razões e documentos dos litigantes.

Parágrafo único. Os processos de acordo, firmados perante a autoridade administrativa ou decorrentes dos procedimentos indicados neste artigo, serão submetidos à homologação do Tribunal pelo respectivo Presidente.

Art. 28. Os litigantes e o Ministério Público do Trabalho poderão louvar-se em perito para o exame sumário das razões invocadas pelas partes em litígio, no prazo de 3 (três) dias, apresentando relatório e indicando formula conciliatória para pôr termo às divergências entre empregados e empregador.

Art. 29. Na ausência de indicação de peritos ou na hipótese de divergência entre eles, o Presidente do Tribunal do Trabalho competente nomeará perito para os fins previstos no artigo anterior, se entender conveniente a diligência ou julgar indispensável a elucidação da divergência.

Art. 30. Não havendo conciliação na audiência prevista no artigo 27 o Presidente do Tribunal determinará todas as providências, para que o julgamento se realize dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data da audiência, ouvindo, no interregno, o Ministério Público do Trabalho.

Art. 31. Na decisão que dirimir a controvérsia, o Tribunal do Trabalho fixará as condições e normas, que deverão ser observadas pelas partes interessadas.

Art. 32. O acórdão será enviado as partes, por cópia, acompanhado de notificação, e será publicado no órgão oficial no prazo de setenta e duas (72) horas, a partir da data do julgamento.

Art. 33. O prazo para recurso correrá da publicação do acórdão no órgão oficial.

Art. 34. A decisão será imediatamente cumprida, em definitivo, independentemente da interposição de recurso, que terá efeito devolutivo.

Art. 35. O julgamento do recurso ordinário na instância superior obedecerá os prazos e as normas previstas nos arts 30 e 32 desta lei, preferencialmente.

Capítulo II

Das revisões tarifárias e das majorações de preços

Art. 36. Sempre que o atendimento das reivindicações dos assalariados importar em revisões tarifárias e majorações de preços das utilidades, o Ministério Público do Trabalho promoverá a realização de perícia contábil para verificação da aplicação total dos aumentos obtidos nas majorações

salariais contratadas, ou indicará ao Poder Executivo a redução dos aumentos concedidos, segundo o apurado pela perícia.

Parágrafo único. Não devem ser considerados os aumentos deferidos aos Diretores e auxiliares diretos da empresa, os créditos de companhias subsidiárias ou a conversão da dívida em moeda estrangeira, com o propósito de reduzir os lucros e onerar a despesa.

Capítulo III

Da cessação da greve

Art. 37. A greve poderá cessar:

I — por determinação do Tribunal Superior do Trabalho (art. 25, V);

II — pelo atendimento parcial ou total das reivindicações formuladas pelos grevistas;

III — por deliberação da maioria das associados, em assembleia geral;

IV — por acordo dos interessados, diretamente ou perante a Justiça do Trabalho;

V — por decisão adotada pela Justiça do Trabalho, em dissídio coletivo pertinente às reivindicações, que constituam o seu objetivo.

Art. 38. Cessada a greve e com o retorno dos empregados ao serviço normal, nenhuma penalidade poderá ser imposta pelo empregador ao empregado pela participação no movimento coletivo.

TÍTULO III

DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR E DA INFRAÇÃO LEGAL

Capítulo I

Das sanções disciplinares

Art. 39. Pelos excessos praticados, quando devidamente apurados por autoridade competente, os grevistas poderão ser punidos:

- a) advertência,
- b) suspensão, até 30 dias
- c) demissão.

Art. 40. Nenhuma demissão poderá ser imposta, sem que o empregado tenha cumprido anteriormente pena de suspensão, por 30 dias, por falta de igual natureza.

Art. 41. As penas impostas aos grevistas pelos excessos praticados podem ser examinadas e julgadas, pela Justiça do Trabalho.

Capítulo II

Das crimes e das penas

Art. 42. Além dos previstos no Título IV da Parte Especial do Código Penal, constituem crimes contra a organização do trabalho:

I — promover, participar ou instigar greve ou "lock-out", com desrespeito às condições previstas nesta lei;

II — Incitar desrespeito à sentença normativa da Justiça do Trabalho, que puser termo à greve, ou obstar à sua execução;

III — Deixar o empregador maliciosamente, de cumprir decisões normativas da Justiça do Trabalho, ou obstar a sua execução;

IV — Incitar à greve ou "lock-out" ou aliciar participantes quando estranho à profissão ou atividade econômica;

V — Onerar a despesa com dívidas fictícias ou de qualquer modo alterar maliciosamente ou lançamentos contábeis para obter majoração de tarifas ou preços;

VI — Adicionar aos lucros ou fazer investimentos com os rendimentos obtidos com revisões tarifárias, ou aumento de preços, especificamente destinados a aumentos salariais de empregados;

VII — Exercer coação para impedir a greve;

Pena: — Reclusão de seis meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Ao reincidente aplicar-se-á a penalidade em dobro.

§ 1º Os estrangeiros, que infringirem as prescrições desta lei, serão passíveis de expulsão do território nacional, a juízo do Governo.

§ 2º Caberá prisão preventiva nos processos referentes aos crimes contra a organização do trabalho.

Art. 42. A paralisação total ou parcial da atividade da empresa, por iniciativa do empregador, "lock-out", aplicam-se as disposições desta lei.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Toda autoridade policial ou administrativa, que impedir ou tentar impedir o legítimo exercício do direito de greve, será responsabilizada, na forma das leis em vigor.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1950.

Art. 45. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 1959. — *Lourival F. Fontes*, Presidente. — *Jefferson de Aguiar*, Relator. — *Argemiro de Figueiredo*, com restrições. — *Atílio Vivacqua*, vencido em parte. — *Milton Campos*, com restrições. — *Ruy Carneiro*. — *João Vilasbras*. — *Ary Vianna*. — *Benedito Valladares*. — *Francisco Gallotti*.

SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO SENADOR ATÍLIO VIVACQUA, AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 24, DE 1958

Regula o exercício do direito de greve.

O Congresso Nacional decreta

Capítulo I

Conceito, interrupção e duração da greve

Art. 1º Greve é a paralisação coletiva, temporária e pacífica da atividade de uma seção, de um estabelecimento, de uma empresa ou de várias empresas, realizada por deliberação dos trabalhadores com a finalidade de obter reconhecimento de direitos ou novas condições de trabalho.

Art. 2º O direito de greve, previsto no art. 158 da Constituição, é assegurado, na forma desta lei, aos trabalhadores que mantenham relação de emprego em atividades privadas e aos empregados de estabelecimentos ou serviços comerciais ou industriais da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e das Autarquias, não considerados servidores públicos e autárquicos, mas subordinados a preceitos básicos sobre relações de emprego estabelecidos na legislação do trabalho.

Art. 3º O prazo para início da greve não será inferior a cinco (5) dias nas atividades acessórias, e a dez (10) dias, nas atividades fundamentais, contados da data da entrega das notificações referidas no art. 9º.

§ 1º Consideram-se fundamentais as atividades nos serviços de água, energia, gás, luz, esgoto, comunicação, transportes, portuários, hospitais, farmácia, drogarias, na lavoura e na pecuária, nos estabelecimentos de vendas de utilidades ou gêneros essenciais à vida da população, hospitais e nas indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional.

§ 2º Consideram-se acessórias as atividades não classificadas entre as fundamentais.

§ 3º O Presidente da República e ovid... (texto cortado) ...xará, dentro de trinta (30) dias, de-

creto especificando as indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional. Essa especificação será revista bi-anualmente pela forma estabelecida neste parágrafo.

Art. 4º A greve não poderá exceder o prazo de vinte (20) dias, nas atividades fundamentais, e de quarenta (40) dias nas atividades acessórias, não se computando nestes prazos o período de tramitação do processo para julgamento do conflito.

Capítulo II

Forma e condições do exercício do direito de greve.

Art. 5º A greve deverá ser autorizada pela Assembleia Geral do Sindicato que representar a categoria profissional, em votação, por escrutínio secreto por 2/3 dos membros dos associados presentes.

Parágrafo único. O associado para participar da Assembleia Geral, deverá estar em gozo pleno de seus direitos sindicais.

Art. 6º A convocação da Assembleia Geral a que se refere o art. 5º, será feita por edital, publicado com antecedência mínima de 10 dias, pelo menos 2 vezes, no órgão oficial da União, dos Estados ou Territórios respectivos, e em jornal editado no local da sede da entidade, preferindo-se o de circulação diária, onde houver.

Parágrafo único. O edital mencionará a natureza da reivindicação e a proposta de greve.

Art. 7º O quorum para instalação e realização da Assembleia Geral será, em primeira convocação de metade mais um dos associados, e em segunda convocação, de 1/5 no mínimo dos associados.

§ 1º Entre a data designada para a reunião da Assembleia Geral, em primeira convocação e a de que se realizar em segunda convocação, deverá mediar o prazo mínimo de cinco (5) dias.

§ 2º A Assembleia Geral instalar-se-á e funcionará na sede do Sindicato ou o local designado pela Federação ou Confederação de que trata o art. 8º, podendo, entretanto, reunir-se simultaneamente na sede das delegacias ou seções do Sindicato (artigo 517, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho), se sua base territorial for intermunicipal, estadual ou nacional.

§ 3º Orendo a hipótese prevista na última parte do parágrafo anterior, caberá a direção dos trabalhos da Assembleia Geral aos delegados das Delegações ou Seções e a dois (2) Secretários escolhidos pelo Presidente do Sindicato, que preenham os requisitos do art. 529 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 4º No que não contrariar as disposições desta, observar-se-á, no que forem aplicáveis, os Estatutos dos Sindicatos, e, no caso do artigo 8º, os das Federações e Confederações.

Art. 8º As Federações e Confederações, estas na falta daquelas, compete realizar as Assembleias Gerais quando inexistir o Sindicato representativo da atividade interessada no seu grupo ou plano, observado o disposto no art. 6º.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o "quorum" para a realização da Assembleia Geral, previsto no art. 7º, será formado pelos trabalhadores das empresas compreendidas na reivindicação.

Art. 9º Votadas as reivindicações e a greve, compete ao Presidente da entidade notificar:

a) a entidade sindical representativa das atividades econômicas compreendidas na solução da reivindicação;

b) a empresa, quando a empresa tiver emprego fixamente aos seus empregados ou quando não existir sindicato representativo;

c) a autoridade local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A notificação será acompanhada da publicação do edital de convocação e da ata dos trabalhos

da Assembleia Geral, que registrará o teor da reivindicação, a proposta da greve e a data de sua irrupção.

Capítulo III

Conciliação e intervenção da Justiça do Trabalho

Art. 10. Ao receber a notificação, a autoridade local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio diligenciará, dentro de quarenta e oito horas, a reunião das classes interessadas, com o fim de obter a conciliação das partes, lavrando-se atas de seus trabalhos e reuniões.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, será constituída uma comissão mista, e atribuição de função, composta de um representante daquele Ministério e de um representante de cada uma das partes, designado por diretorias das respectivas entidades.

Art. 11. No caso de acordo, a autoridade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio encaminhará, dentro de 48 horas, no máximo, o processo para homologação pelo Tribunal do Trabalho ou para a instauração da instância do dissídio coletivo desde que não solucionado o conflito nos prazos estabelecidos no artigo 4º.

§ 1º A autoridade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao encaminhar processo da greve, fará circular o relatório, remetendo tantas cópias quantas forem as partes interessadas na controvérsia.

§ 2º O dissídio coletivo decorrente do processo de greve obedecerá a esta lei, e no que com ela não conflitar, aos dispositivos aplicáveis do Capítulo IV do Título X da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 12. As partes interessadas poderão, sempre em conjunto, antes de decorrido o prazo estabelecido no art. 4º, requerer o pronunciamento do Tribunal competente para julgar o conflito.

Art. 13. Recebendo o processo para instauração da instância do dissídio, nos termos do art. 11 desta lei, o Presidente do Tribunal notificará as partes interessadas para a audiência de conciliação, que será realizada dentro de setenta e duas (72) horas, enviando, com a notificação, cópia do relatório a que se refere o parágrafo 1º do art. 11.

Parágrafo único. No mesmo ato da audiência de conciliação, se não houver acordo, as partes apresentarão as respectivas razões devidamente instruídas.

Art. 14. Não havendo conciliação na audiência referida no artigo anterior, o Presidente do Tribunal determinará todas as providências para que o julgamento se processa dentro do prazo de dez (10) dias, contados da realização da audiência, ouvida, no interregno, a Procuradoria da Justiça do Trabalho, em 48 horas.

Art. 15. Decidindo a controvérsia, o Tribunal do Trabalho fixará, nos termos do § 2º do art. 123 da Constituição, as normas e condições de trabalho que deverão ser observadas de futuro, pelas partes interessadas.

Art. 16. O acórdão será enviado às partes, por cópia, acompanhado de notificação, e, bem assim, publicado no órgão oficial, no prazo de setenta e duas (72) horas, contado do julgamento.

Art. 17. O prazo para recurso correrá da publicação do acórdão no órgão oficial.

Art. 18. A decisão será imediatamente cumprida, em definitivo, independentemente da interposição de recurso.

Art. 19. O processo de julgamento do recurso ordinário na instância superior obedecerá aos prazos e ao disposto nos arts. 14 e 16.

Capítulo IV

Cessação da greve

Art. 20. A greve cessará:

- por acordo das partes interessadas homologado judicialmente;
- por deliberação da Assembleia Geral da entidade sindical;
- por sentença proferida no dissídio a que se refere o art. 11.

Capítulo V

Garantias dos grevistas e da empresa — Disposições finais

Art. 21. É garantida ao grevista a permanência no emprego, nos seus meses seguintes ao término da greve, salvo ocorrência de justa causa, ou força maior, apurada em inquérito judicial.

Art. 22. É proibido ao empregador admitir, durante a greve, novos empregados para substituir os grevistas.

Art. 23. No período, que será denominado período de greve, compreendido entre o dia da primeira publicação do edital de convocação para a Assembleia Geral (art. 7º) e o da instauração da instância de dissídio coletivo (art. 11), é permitido à entidade sindical e aos trabalhadores, diretamente interessados, fazerem propaganda do movimento grevista, promoverem o alicionamento de seus companheiros e a coleta de donativos.

Art. 24. As entidades sindicais de trabalhadores poderão organizar e manter fundo de greve, com a finalidade de assistência aos grevistas, formado pela livre contribuição dos associados e de outros donativos lícitos de procedência especificada.

§ 1º É facultado às empresas organizarem e manterem fundos especiais para cobertura de encargos e prejuízos oriundos de greve, mediante uma cota máxima de cinco por cento (5%) dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais.

§ 2º As contribuições a que aludem este artigo e seu parágrafo 1º, são dedutíveis nas declarações de imposto de renda das pessoas físicas das pessoas jurídicas.

Art. 25. No caso de decisão favorável, mesmo parcial, proferida na apreciação judicial do dissídio, os salários dos dias de greve serão devidos, integrando-se o respectivo período de afastamento no tempo de serviço do empregado para todos os fins e efeitos, sem compensação com qualquer outro direito.

Art. 26. É garantido o acesso ao trabalho aos que não desejarem participar da greve.

Art. 27. Cumpre à entidade sindical profissional, até 48 horas antes do início da greve, organizar, de acordo com a empresa, asturnas de emergência de trabalhadores, em número estritamente necessário para a preservação da maquinaria e quando o interesse público o exigir.

Parágrafo único. Se as partes não se combinarem para a execução do disposto neste artigo, os empregados requererão a autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, autorização para organizar as referidas turnas, indicando os respectivos componentes.

Art. 28. Quando o aumento concedido ficar condicionado à elevação tarifária, o produto de sua elevação para os encargos decorrentes da reivindicação defendida, será escrutinado em conta a parte, pela empresa beneficiária, sujeito a fiscalização do poder concedente, revertendo o "superavit" anual em favor da entidade sindical profissional correspondente, ate que se atinja a tarifa.

§ 1º O "superavit" será apurado em mês de janeiro de cada ano, e re-

O exercício do direito de greve
será autorizado por decisão do

Assembleia Geral do Sindicato com a presença, em primeira convocação, de dois terços dos associados e, em segunda convocação, de metade dos associados, para deliberar sobre a greve.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 10. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

EMENDA Nº 30

Art. 30. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

EMENDA Nº 31

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Art. 31. Não existindo sindicato que represente a categoria profissional, a greve decorrerá de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

Parágrafo único — Aplica-se a este artigo o disposto no § 5.º do artigo 6.º desta lei.

Na falta de sindicato, só os empregados nas empresas a que se vinculam podem e devem decidir da greve. O órgão federativo, ou confederativo, não está em condições de reu-

nir, sequer de convocar os trabalhadores da categoria não agrupada ainda em sindicato. Impõe-se, neste caso, a convocação do princípio já consagrado no art. 4.º do artigo 6.º, quando se trata de greve decorrente de decisão da maioria absoluta dos empregados das empresas integrantes da categoria econômica correspondente, através de plebiscito processado e aprovado por delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo titular da pasta, ou seus delegados nos Estados.

ta-se de criação de lugares de Professores Catedráticos. Portanto, o provimento desses lugares só poderá ser feito de acordo com a Constituição, isto é, mediante concurso.

Não vejo, *prima facie*, que haja interesse de funcionalismo. Pergunto, portanto, se é necessário a votação secreta.

O SR. PRESIDENTE:

O art. 2.º do Projeto diz:

Art. 2.º Os 7 (sete) cargos de Professor Catedrático, criados pela Lei nº 978 de 16 de dezembro de 1949, para o Curso Odontológico da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife transferidos para a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade pelo Decreto nº 47.540, de 29 de dezembro de 1958, correspondem às seguintes cadeiras: Metalurgia e Química Aplicadas; Técnica Odontológica; Prótese (1ª cadeira); Patologia e Terapêutica Aplicada; Clínica Odontológica (1ª cadeira); Ortodontia; e Prótese Buco-facial.

Entretanto, o Art. 4.º caracteriza interesse de funcionários.

Está assim redigido:

Art. 4.º Os ocupantes dos cargos de Professor Catedrático correspondentes às cadeiras desdobradas por força desta Lei, terão seus títulos apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, respectivamente, para as cadeiras de Prótese (1ª cadeira), Clínica Odontológica (1ª cadeira) e Ortodontia, ressalvando-se, todavia o direito de opção, se for o caso, até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. As cadeiras vagas serão preenchidas de acordo com a legislação em vigor.

Não se trata, exclusivamente, de criação de cargos, pois ao tempo em que se criam cargos, aproveitam-se professores para ocupá-los atribuindo-lhes, assim, cadeiras para as quais não prestaram concurso, e das quais se tornarão catedráticos, por força da lei.

O SR. MEM DE SÁ:

Pela ordem. Não foi revisto pelo orador. — Senhor Presidente, se V. Ex.ª me permite a ponderação, o Art. 2.º, realmente, apenas torna clara e explicita uma situação preexistente. Estes sete cargos de Professores Catedráticos já haviam sido criados em 1949 para o curso de Odontologia da Faculdade de Medicina, que posteriormente passou à Faculdade de Odontologia.

Não se trata, portanto, de atribuir direitos, mas sim de declarar que aqueles professores do curso de Odontologia são os mesmos que figuram agora na Faculdade.

Quanto ao Art. 4.º trata-se de um desdobramento de cadeiras.

Então, de acordo com a legislação em vigor, os catedráticos têm direito à opção, na hipótese de ser o Projeto originário do Poder Executivo, caso não tenham sido introduzidos dispositivos por emenda da Câmara.

Não vejo, porém, inconvenientes, mesmo porque me parece preferível haver rigor no sistema de votação secreta, do que estabelecer, através de uma interpretação liberal, precedentes que amanhã ou depois venham a causar maiores inconvenientes.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Mem de Sá levantou questão de ordem, quanto à forma de votação anunciada pela Presidência. Acha S. Ex.ª que o pro-

Seu Presidente nas várias vezes desta tribuna, sempre ao somplendo dessa riqueza, muito mais poderosa e libertadora que a própria riqueza materialista. Esta é uma explosão de meios econômicos e financeiros para o enriquecimento rápido desta Pátria mas nunca poderá dar a sua emancipação econô-

mica, porque, só através de um trabalho siderúrgico, com o uso do carvão nacional, é que poderemos realizar a industrialização do Brasil. Atingida essa fase, poderemos, então, fazer nossa emancipação econômica. O povo brasileiro sempre foi esclarecido, do Norte a Sul contra os trustes relacionados com a exploração do petróleo, mas não está esclarecido quanto à riqueza carbonífera do Brasil. Nosso País repousa num vasto lençol petrolífero, e posso afirmar desta tribuna, que repousamos também num vasto, num imenso lençol carbonífero. O carvão de pedra aflora no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo, Mato Grosso, Piauí, de um lado e de outro das margens do grande Rio Amazonas e em outras regiões do País como na do Xingu. Se estamos construindo um grande parque siderúrgico, é natural que os Governos tomem providências, não impondo entidades siderúrgicas, mas estabelecendo, como já disse, o monopólio estatal dessa riqueza, porque esta se impõe muito mais do que aquele que resguarda o petróleo.

Sr. Presidente, no momento em que a Câmara dos Deputados analisa o pedido de poderes especiais solicitados pelo Sr. Primeiro Ministro — que a mim merece de minha parte toda crítica, porque dar ao Poder Executivo o direito de legislar e violar tacitamente a soberania do Congresso Nacional — desejo declarar que, se lá estivesse, não daria essa anuência, não daria meu voto favorável porque o Senhor Primeiro-Ministro, com a autoridade que desfruta de Chefe do Governo, tem meios para governar esta Nação, através da simples execução daqueles poderes já existentes em lei e que permitem a intervenção no domínio econômico.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. SAULO RAMOS — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Há poucos anos, estive em Santa Catarina. Percorri a zona carbonífera e verifiquei as dificuldades com que lutam os homens que trabalham na indústria do carvão. Agora, que se manifesta a oportunidade de aproveitar o carvão in loco, é necessário que se aprove o projeto. Eu compreendo, e todos os que conhecem a zona carbonífera catarinense sabem perfeitamente, ele representa a única salvação para aquela indústria, tanto na siderurgia como na própria eletricidade. Por conseguinte, voto conscientemente pela aprovação do projeto, que é a salvaguarda dos interesses econômicos do Estado de Santa Catarina.

O SR. SAULO RAMOS — Agradeço a solidariedade de V. Exa., Sr. Senador.

Continuarei nas minhas considerações, antes porém quero abrir um parêntese para elogiar o Sr. Primeiro Ministro, uma vez que formulei crítica ao pedido de poderes excepcionais. E que Sua Excelência, em relação ao carvão nacional, diz o seguinte:

"Delega, entretanto, poderes para legislar sobre a política do carvão nacional e instituir, quando o julgar conveniente, o monopólio estatal da pesquisa, lavra, produção e comércio de carvão mineral, observados os seguintes limites e condições:

a) Não em 40% o mínimo de utilização de carvão nacional na siderurgia brasileira;

b) Entregar ao Plano de Carvão Nacional a faculdade de determinar a quantidade de administração da Companhia e das demais que vierem a ser constituídas com o concurso de verbas da União";

Prossegue, adiantando outras providências.

Estou plenamente de acordo com Sua Excelência. Só mesmo através de

um monopólio estatal é que poderemos construir verdadeiro parque siderúrgico. Só mesmo o Governo explorando o carvão, sem visar lucros, aproveitando o carvão metalúrgico para a siderurgia e o carvão vapor para a exportação, procurando colocá-lo nos mercados internos e externos, bem assim dispensando maior amparo aos trabalhadores mineiros, porque sabemos que estão expostos a uma infinidade de doenças pulmonares e não têm sequer a menor assistência por parte dos Poderes Públicos.

Há necessidade, Sr. Presidente, de legislação especial para esses trabalhadores, concedendo-lhes aposentadoria aos trinta anos, casas, hospitais, escolas e centros recreativos.

Sr. Presidente, quero, na oportunidade, significar que esse projeto de lei, que levou tantos anos na Câmara dos Senhores Deputados, aqui teve tramitação rápida, pela atuação da bancada catarinense representada por mim e pelo eminente Senador Irineu Bornhausen, e do ilustre Subleite de Deputado Federal, Sr. José Vitorino de Lima.

Assim, Sr. Presidente, estou confiante em que o Senado lhe dará votação unânime e, desde já, endereço o meu apelo ao Sr. Presidente da República, para que não sancione este projeto de lei, que não constitui aspiração dos catarinenses, mas de todo o povo brasileiro. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

E a votação o Projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto irá à sanção

E o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130 — 1962

(Nº 4.820-C, DE 1959, NA CÂMARA)

Autoriza a União a constituir uma Sociedade de Economia Mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC), e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade de economia mista, por ações, que se denominará Siderúrgica de Santa Catarina S.A. (SIDESC).

Art. 2º A Sociedade terá por objeto principal a construção e a operação de uma usina siderúrgica, com base no carvão nacional, a ser localizada no Estado de Santa Catarina, e bem assim, a exploração de indústrias que, direta ou indiretamente, se relacionem com esses objetivos.

Art. 3º A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República e dos Diretores eleitos em Assembleia-Geral por quatro anos, podendo ser renovado o mandato.

Art. 4º O representante da União nos atos constitutivos da sociedade e nas assembleias de acionistas será designado pelo Ministro do Trabalho.

§ 1º A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e os atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

§ 2º A reforma dos estatutos, em pontos que impliquem modificações desta lei, depende de autorização legislativa.

Art. 5º O capital social da Sociedade será de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a ser integralizado durante a construção da Usina, ficando a União desde já autorizada a subscrever a totalidade das ações que o constituem.

§ 1º A União poderá transferir aos Estados, Municípios, Institutos da Previdência Social, Autarquias e

Sociedades de Economia Mista, nos termos desta lei — se a esta interessar — as ações que lhe couberem, desde que não fiquem reduzidas as ações ordinárias de sua propriedade a menos de 51% (cinquenta e um por cento) do capital.

§ 2º A constituição da sociedade se fará por subscrição pública, nos termos do art. 40 do Decreto-lei número 2.627, de 28 de setembro de 1940.

Art. 6º Os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, as Sociedades de Economia Mista e as Caixas Econômicas Federais, bem como as demais entidades autárquicas e os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos residentes no Brasil, se casados com estrangeiros só quando não estejam sob regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquirentes na constância do casamento, poderão ou ficam autorizados a subscrever ações preferenciais.

Art. 7º O capital da Siderúrgica de Santa Catarina S. A. poderá ser aumentado, cabendo sempre à União cinquenta e um por cento (51%), no mínimo, das ações ordinárias.

Art. 8º E' o Ministério da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de financiamento externo, destinadas à execução do empreendimento a que se refere esta lei, até o montante de US\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares), mais os respectivos juros e despesas.

§ 1º No exercício desta autorização, poderá o Ministério da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, a praticar todos os atos julgados necessários ao referido fim.

§ 2º O Ministério da Fazenda, contratando diretamente ou por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, poderá acelar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financeiros internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de limitar, por arbitramento, todas as dívidas e controvérsias.

§ 3º A prestação de garantia do Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, na forma do parágrafo anterior, observará as condições previstas nas letras "a" a "e" do artigo 21 da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e do Regimento do referido Banco.

§ 4º Ao serviço de empréstimo contratado na forma da presente lei, são concedidos os mesmos privilégios dos serviços externos federais, estaduais e municipais.

§ 5º Atendidas as necessidades diretas da Siderúrgica de Santa Catarina, considerar-se-ão obras e serviços também vinculados ao empreendimento a que se refere esta lei e amparáveis com a garantia do Tesouro Nacional, respeitado o limite de vinte e cinco milhões de dólares estabelecido, quaisquer iniciativas relativas ao carvão catarinense, sua mineração, transporte, escoamento e beneficiamento que, por proposta da CEPKAN, forem aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 9º E' concedida, pelo prazo de cinco anos, isenção dos impostos de importação e de consumo para os maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais, sem simular nacional, importados para a construção, melhoramento e conservação das instalações da usina a que se refere esta lei.

Parágrafo único. Para tornar efetiva a isenção prevista nesta lei, o Poder Executivo, a medida que se processarem as importações, expedirá decretos, em que serão especificadas as quantidades e a natureza dos bens isentos.

Art. 10 A sociedade fica assegurada o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 11 E' autorizada a abertura de créditos especiais até o limite de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), que o Poder Executivo empregará na integralização das ações subscritas pela União.

§ 1º Os créditos especiais, a que se refere este artigo serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

§ 2º A utilização desses recursos será feita à medida das necessidades, não podendo o seu total exceder de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) em cada ano.

§ 3º A vigência da autorização de que trata este artigo será de cinco (5) exercícios.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1961, de autoria do Sr. Senador Jarbas Maranhão, que dispõe sobre a criação de tempo de serviço prestado à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 421, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 8 do mês em curso), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

A discussão foi encerrada no dia 14 do corrente.

A votação do projeto será em escrutínio secreto nos termos do Art. 218, do Regimento Interno.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à chamada de Norte para o Sul. (Procede-se à chamada)

Respondem à chamada e votam os seguintes Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Paulo Fêder. — Zecharias de Assumpção. — Eugenio Barros. — Mendonça Clark. — Joaquim Parente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Menezes Pimentel. — Sérgio Marinho. — Dix-Huit Rosado. — João Arruda. — Ruy Carneiro. — Barros Carvalho. — Ruy Palmeira. — Nelson Tenório. — Afonso Lopes. — Lourival Fontes. — Abósio Carvalho. — Del Caro. — Ary Vianna. — Jefferson de Aguiar. — Luterback Nunes. — Arlindo Rodrigues. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Nogueira da Gama. — Moura Andrade. — Pedro Ludovico. — Fréderico Nunes. — Lopes da Costa. — Gaspar Velloso. — Saulo Ramos. — Irineu Bornhausen. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — Guido Mondim (37).

O SR. PRESIDENTE:

Votaram 37 Srs. Senadores

Val-se procede à apuração. (Pausa)

19 Srs. Senadores votaram contra. 18 Srs. Senadores votaram a favor. O Projeto foi rejeitado. Será arquivado.

E o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 1961

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Art. 1º Computar-se-á integralmente, de serviço público federal,

Sabidamente, um dos maiores entraves ao desenvolvimento econômico nacional é a descapitalização, a debilidade e a descondição de que se ressamte nosso aparelhamento de crédito, ainda desprovido de banco central e de outros elementos capazes de garantir-lhe a funcionalidade adequada. Assim, medidas que visem a cobertura do risco a que se expõe o de-

"Aproxima-se o fim da actual legislatura e, sendo este um anno eleitoral, não aumentamos captações, passa o Congresso Nacional votar Projecto de Lei que vem a dar aquella commoção de guerra a materia de tão alta transcendencia. Por outro lado, poderamos acontecer que, diante da pressão, falta de quorum no Senado e na Câmara dos Deputados se esgotasse o prazo da vigencia da lei ou, finalmente, arrestando-se os embarcos aos numerosos locatarios que passariam a sofrer pressão de seus locadores para um reajustamento forçado dos alugueiros. Daí a providencia que tomamos com a apresentação do presente projecto de lei dispondo sobre a prorrogação daquelle diploma legal até 30 de junho de 1937."

ará "sérias embaraços aos numerosos locatários que passariam a sofrer pressão de seus locadores para um reajustamento forçado dos alugueiros".

3. A matéria já foi objeto de estudos por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação, tendo o Ilustre Relator do projeto, Senador Lourenço Farias, salientado, com propriedade, tornar-se "necessário, sem dúvida alguma, que se procure um outro caminho, que se regule a matéria de maneira mais correta. O Estado, entretanto, enquanto isto não acontecer, deve continuar dentro da linha até então adotada: a da proteção aos seus recursos que, no caso, são os inquilinos".

4. Realmente, urge seja o problema resolvido e regulado satisfatoriamente não só para os inquilinos como, também, para os proprietários, dentro de um meio termo justo e correto.

A promoção indefinida da Lei do Inquilinato, como vem acontecendo, não resolve tão angustioso problema. Por outro lado, o término puro e simples da vigência da lei ensejaria grandes especulações em torno das locações dos imóveis, com sérios prejuízos para os inquilinos que sofreriam pressão por parte dos locatários — o que o Congresso, evidentemente não pode permitir.

5. Assim, até que seja resolvido definitivamente o problema do inquilinato devemos adotar todas as providências cabíveis, embora protetoras.

6. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Legislação Social é favorável ao projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto voltará à Ordem do Dia para segunda discussão. (Pausa).

Esgotada a matéria da Ordem do Dia, vai ser votado o Requerimento nº 470, anteriormente lido, pelo qual o Sr. Senador Gilberto Marinho solicita a inclusão do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 1961, em Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Aprovado.

O Projeto a que diz respeito o Requerimento, figurará oportunamente em Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, a Presidência, antes de encerrar os trabalhos, convoca os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária às 21 horas de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1962

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1962, de autoria do Sr. Senador Antônio Lages, que prorroga a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 330 letra b,

do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 466, de 1962, aprovado na presente sessão, tendo Pareceres favoráveis, da Comissão de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

MATERIA EM TRAMITAÇÃO NORMAL

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 245, DE 1950

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 348, de 1962, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1950, que dispõe sobre a medição e demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvicultores.

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 1961

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 347, de 1962) das emendas do Senado ao Projeto da Lei da Câmara nº 129, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a agir, pelos Ministérios da Educação e Cultura, da Justiça e Negócios Interiores, da Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, créditos especiais, no montante de Cr\$ 8.000.000,00 destinados às instituições que especifica.

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 1957

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 350, de 1962) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1957, que estende aos proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por cardiopatia grave ou moléstia a isenção determinada no § 2º letra f, do Decreto nº 24.239, de 22 de dezembro de 1947, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre a Renda

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 1961

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 349, de 1962) do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1961, de autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da fundação da Cidade de Altamira, no Estado do Pará.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1962

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1962 (nº 3.723-D-58 na Casa de origem) que altera o imposto de farra fixado no Decreto-lei nº 5.406, de 14 de abril de 1943 (inclusive em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Saulo Ramos), tendo

Pareceres (ns 365 e 366 de 1962): — da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo;

— da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 1962

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1962 (nº 3.744-B-60 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos da União à Presidência do Brasil de Maracanã. Especifica, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão ante-

rior, a requerimento do Sr. Senador Fausto Cabral), tendo:

Parecer favorável, reb nº 359, de 1962, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 18 horas e 50 minutos).

ATA DA 116ª SESSÃO EM 15 DE AGOSTO DE 1962 — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA

(Extraordinária às 21,30 horas)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE, GUIDO MONDIN E JOAQUIM PARENTE.

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Paulo Fender — Benedito de Assumpção — Victorino de Almeida — Remy Archer — Eugênio Barros — Bettonia Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Benedito de Assumpção — Benedito de Assumpção — Sérgio Marinho — Dirceu de Azevedo — João Arruda — Ruy Carneiro — Barros Carneiro — Afrânio Lopes — Ruy Carneiro — Nelson Teodoro — Lourival Fontes — Alcyon de Carvalho — Del Caro — Ary Viana — Jefferson de Aguiar — Luterjack Nunes — Antônio Rodrigues — Alberto Marinho — Benedito Valadães — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Frederico Nunes — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Paspar Velloso — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Daniel Kaege — Mem de Sá — Guido Mondin — (41).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem alterações.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

Expediente

Mensagem nº 157, de 1962

(Nº 191, DE 1962, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Senhor Luis de Souza Bandeira para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Nigéria, nos termos do art. 23, § 3º da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, observado o disposto no art. 37, item 3, da mesma Lei.

Os méritos do Senhor Luis de Souza-Bandeira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, ... de ... de 1962. — João Teichner Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE

Ministro Luis de Souza-Bandeira

1. Nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1908.

2. Ingressou na carreira diplomática, por concurso, em 1938, como Cônsul de Terceira Classe: Cônsul de

Segunda Classe, por antiguidade, em 1943; Segundo Secretário, em 1944; Primeiro Secretário, por merecimento, em 1948; Conselheiro, em 1956; Ministro de Segunda Classe, por antiguidade, em 1961.

3. O Ministro Souza-Bandeira serviu como Vice-Cônsul em Iocara e Miami; Segundo Secretário em Ciudad Trujillo e Caracas; Primeiro Secretário em Assunção e Viena; Consul Adjunto em Kobo; Cônsul em Düsseldorf e Ministro Conselheiro em Bangkok.

4. Além dessas, o Ministro Souza-Bandeira exerceu ainda as seguintes funções: Auxiliar Interino do Secretário-Geral, 19 de janeiro de 1938. Posto à disposição da Comissão Interamericana de Neutralidade, 10 de janeiro de 1940. Segundo Secretário da Missão Especial do Brasil às comemorações do Primeiro Centenário da República Dominicana, 9 de fevereiro de 1944. Encarregado de Negócios em Caracas, de 15 de agosto de 1945 a 2 de novembro de 1945. Membro da Comissão encarregada de proceder ao exame preparatório em vista de uma solução amigável, de arbitragem reclamações britânicas, em 1 de janeiro de 1947. Secretário Assessor da Comissão Central e Sessões Plenárias da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, agosto de 1947. Designado para, em Missão Especial, representar o Governo dos Estados Unidos do Brasil nas solenidades de posse do Presidente da República do Paraguai, em 14 de julho de 1948. Encarregado de Negócios em Assunção, de 13 de outubro de 1948 a 21 de novembro de 1948, de 18 de junho de 1949 a 10 de julho de 1949, de 9 de dezembro de 1949 a 28 de fevereiro de 1950, e de 15 de março de 1950 a 7 de junho de 1950. Conselheiro de Embaixada especial às solenidades de posse do Senhor Frederico Chaves, Presidente eleito do Paraguai, em 1 de agosto de 1950. Encarregado de Negócios em Viena, de 17 de maio de 1951 a 28 de maio de 1951, de 1 de abril de 1952 a 5 de maio de 1952; de 10 de maio de 1952 a 21 de maio de 1952; de 16 de agosto de 1952 a 7 de outubro de 1952; de 20 de abril de 1953 a 18 de junho de 1953; e de 15 de setembro de 1953 a 31 de dezembro de 1953 Substituto do Chefe da Divisão de Fronteiras do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, em 14 de outubro de 1954. A disposição da Delegação Especial do Japão às solenidades de posse do Presidente eleito do Brasil, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955. Encarregado do Consulado Geral em Kobo, de 1 de abril de 1957 a 31 de dezembro de 1957; de 1 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1959. Encarregado de Negócios em Bangkok, em dezembro de 1961.

5. O Ministro Luis de Souza-Bandeira, atualmente Ministro Conselheiro na Embaixada do Brasil em Bangkok, é indicado para exercer, em comissão, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Nigéria.

Mensagem nº 158, de 1962

Nº 192, DE 1962, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Paul Bopp para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Peru, nos termos do artigo 23, da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Raul Bopp que me induziram a escolhê-lo para

o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em de de 1962. —
João Belchior Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR RAUL BOPP

1. Nasceu em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, em 4 de agosto de 1898.

2. Ingressou na carreira de Diplomata, como Cônsul de Terceira Classe, em 1934; Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, em 1935; Primeiro-Secretário, em 1943; Conselheiro, em 1949; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1951; Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1953.

3. Durante sua carreira, o Embaixador Raul Bopp foi designado para exercer as funções de Cônsul em Icoama; Cônsul em Los Angeles; Primeiro-Secretário na Embaixada do Brasil em Lisboa; Cônsul em Zurich; Cônsul-Geral em Barcelona; Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Guatemala; Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo da Suíça; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Austrália.

3. Além dessas, o Embaixador Raul Bopp exerceu ainda as seguintes funções: Designado para a Comissão de recepção à Missão Científica Japonesa, 16 de Janeiro de 1955; Diretor da Secretaria do Conselho Federal do Comércio Exterior, 3 de agosto de 1938; Chefe da Secretaria do Instituto Nob-Branco, em 17 de setembro de 1948; Representante do Instituto Rio Branco no Instituto de Educação, Ciência e Cultura, em outubro de 1949; Encarregado de Negócios na Embaixada em Guatemala, de 1 de abril de 1953 a 31 de dezembro de 1953.

4. O Embaixador Raul Bopp atualmente Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Austrália, é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Peru — (Luiz Parente de Mello). — Chefe da Divisão do Pessoal.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1962

(Nº 944-B, DE 1956 NA CÂMARA)

Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Constituem monopólio da União:

I — A pesquisa e lavra das jazidas de minérios nucleares localizados no território nacional;

II — O comércio dos minérios nucleares e seus concentrados; dos elementos nucleares e seus compostos; dos materiais fisséis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substâncias radioativas das três séries naturais; dos subprodutos nucleares;

III — A produção de materiais nucleares e suas industrializações.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, orientar a Política Nacional de Energia Nuclear.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são adotadas as seguintes definições:

Elemento nuclear: É todo elemento químico que possa ser utilizado na liberação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que possam ser utilizados para esse fim. Periodicamente, o Poder Executivo, por proposta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, especificará os elementos que devem ser considerados nucleares, além do urânio natural e do tório.

Mineral nuclear: É todo mineral que contenha em sua composição um ou mais elementos nucleares.

Minério nuclear: É toda concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou elementos nucleares ocorrem em proporção e condições que permitam sua exploração econômica.

Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233: É o Urânio que contém o isótopo 235, o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural.

Material nuclear: Com esta designação se compreendem os elementos nucleares ou seus subprodutos radioativos transurânicos, U-233, em qualquer forma de associação (i.e. metal, liga ou combinação química).

Material fértil: Com esta designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao que se encontra na natureza; o tório; qualquer dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais anteriormente citados em concentração que venha a ser estabelecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e qualquer outro material que venha a ser subsequentemente considerado como material fértil pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Material fissil especial: Com esta designação se compreendem: o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material fissil que venha a ser subsequentemente classificado como material fissil especial pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A expressão material fissil especial não se aplica porém ao material fértil.

Subproduto nuclear: É todo material (radioativo ou não) resultante de processo destinado à produção ou utilização de material fissil especial, ou todo material (com exceção do material fissil especial), formado por exposição de qualquer elemento químico à radiação liberada nos processos de produção ou de utilização de materiais fissis especiais.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará quando necessário os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.

CAPÍTULO II

Da Comissão Nacional de Energia Nuclear

Seção I

Da Função

Art. 3º Fica criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), como autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira, para

cluída na jurisdição do Ministério das Minas e Energia.

Art. 4º Compete à CNEN:

I — Estudar e propor as medidas necessárias à orientação da Política Nacional de Energia Nuclear;

II — Promover:

a) a pesquisa das jazidas de minerais nucleares e o estudo dos processos de seu aproveitamento e utilização;

b) a lavra das jazidas dos minérios nucleares;

c) o beneficiamento, refino e tratamento químico dos minérios nucleares e seus associados;

d) o levantamento dos recursos, bem como o controle da prospecção e pesquisa das disponibilidades minerais do País que interessem às aplicações da energia nuclear;

e) a produção e o comércio dos minérios nucleares, materiais férteis, materiais fisséis especiais;

f) a produção e o comércio de subprodutos nucleares e radioisótopos, cuja compra, venda, troca, empréstimo, arrendamento, transporte e armazenamento dependam de licença por ela expedida nos termos desta lei.

III — Promover e incentivar a preparação de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores relativos à energia nuclear.

IV — Estabelecer regulamentos e normas de segurança relativas ao uso das radiações e dos materiais nucleares e à instalação e operação dos estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares ou a utilizar a energia nuclear e suas aplicações e fiscalizar o cumprimento dos referidos regulamentos e normas.

V — Realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas nucleares.

VI — Opinar sobre a concessão de patentes e licenças relacionadas com o processo para a utilização da energia nuclear.

VII — Pronunciar-se sobre projetos de acordos, convênios ou compromissos internacionais de qualquer espécie, relativos à energia nuclear.

VIII — Firmar contratos no País ou no estrangeiro para financiamento das atividades previstas nesta lei, mediante autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Para a execução das medidas previstas no artigo anterior, a CNEN operará diretamente, ou através de sociedades anônimas subsidiárias que organizar, mediante prévia autorização, em decreto do Poder Executivo, para as finalidades previstas nos itens II e III do art. 4º desta lei.

§ 1º A CNEN terá, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante das sociedades por ações que vier a organizar.

§ 2º As subsidiárias obedecerão aos princípios gerais desta lei e gozarão de todas as vantagens e isenções de impostos e taxas atribuídos à CNEN.

§ 3º A Diretoria das empresas subsidiárias será nomeada pela CNEN de acordo com os preceitos desta lei.

Art. 6º A Comissão Nacional de Energia Nuclear poderá contratar os serviços de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas para a execução das medidas previstas nos itens II e V do art. 4º desta lei, exceto para a operação de reatores de potência, mantendo em todos os casos a fiscalização e controle de execução.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a garantir, diretamente ou por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os créditos externos obtidos na conformidade do inciso VIII do art. 4º desta lei.

Art. 8º Para realização de seus objetivos, a Comissão é autorizada a

promover a organização de laboratórios, institutos e outros estabelecimentos de pesquisa científica a ela subordinadas técnica e administrativamente, bem como a operar em regime de cooperação com outras instituições existentes no País.

Seção II

Da Constituição da Comissão

Art. 9º A Comissão Nacional de Energia Nuclear será constituída por cinco (5) Membros, dos quais um será o Presidente.

Parágrafo único. O Presidente e os demais Membros da CNEN serão nomeados pelo Poder Executivo, dentre pessoas de reconhecida idoneidade moral e capacidade administrativa em setores científicos ou técnicos.

Art. 10. Os Membros da CNEN serão nomeados por um período de cinco (5) anos, sendo facultada sua recondução.

§ 1º Na composição da CNEN efetuada logo após a promulgação desta lei, as nomeações serão feitas por períodos iniciais diferentes de um, dois, três, quatro e cinco anos. Os decretos de nomeação deverão estabelecer para cada Membro nomeado o período e a data na qual o mesmo terá início.

§ 2º O Membro da CNEN designado para ocupar vaga ocorrida durante os períodos acima estabelecidos, terminará o período de Membro substituído.

§ 3º Mediante representação motivada da CNEN que deliberará por maioria absoluta de seus componentes, o Poder Executivo poderá demitir, por ineficiência, negligência no cumprimento do dever ou malversação, qualquer de seus Membros.

Art. 11. São condições para nomeação de Membro da CNEN:

a) ser brasileiro (art. 129, Itens I e II da Constituição Federal);

b) ter elevada conduta moral e reconhecida capacidade técnica;

c) não ter interesses particulares diretos ou indiretos, na prospecção, pesquisa, lavra, industrialização e comércio de materiais nucleares no uso industrial da energia nuclear e suas aplicações;

d) não ter tido nos últimos três anos, a qualquer título, interesses financeiros — ligados às atividades da CNEN;

e) não possuir, quando de sua posse, ações de quaisquer empresas subsidiárias criadas pela CNEN;

f) deixar de exercer qualquer outro tipo de atividade pública ou particular. Não se inclui nesta proibição o magistério superior (Constituição Federal, art. 185).

Art. 12. O Presidente da CNEN representará-a em todas as suas relações externas e será substituído, em seus impedimentos, por um dos Membros da Comissão por ele designado.

Parágrafo único. Os trabalhos da CNEN serão regulados no Regimento Interno.

Art. 13. As deliberações da CNEN serão tomadas por maioria de votos de seus Membros cabendo ao Presidente, além do voto comum o de desempate.

Art. 14. Os servidores públicos civis e os empregados de autarquias e sociedades de economia mista nomeados Membros da Comissão ou designados para nela servirem, serão licenciados, contando como de efetivo serviço o período que servirem na Comissão para todos os efeitos, exceto a percepção de proventos.

Parágrafo único. Os militares designados para servir na CNEN, serão considerados em função de natureza

ou interesse militar, para os fins dispostos nos arts. 24, letra "e" e 29, letra "f", da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 e o tempo que os mesmos passaram na referida Comissão será considerado de efetivo serviço para efeito do art. 54 da Lei número 2.370, de 9-12-54.

Art. 15. Os membros da CNEN perceberão vencimentos correspondentes ao símbolo 1-C.

Art. 16. Para a elaboração de seus estudos e planos, a CNEN poderá requisitar, na forma da legislação em vigor, ou contratar pessoal científico e técnico especializado, nacional ou estrangeiro, bem como constituir comissões consultivas para assuntos especializados.

Parágrafo único. As requisições a que se refere este artigo serão feitas mediante autorização do Ministro de Minas e Energia.

Seção III

Do Patrimônio e sua utilização

Art. 17. O patrimônio da CNEN será formado:

- a) pelos bens e direitos que lhe foram dados ou por ela adquiridos;
- b) pelo saldo de rendas próprias ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Parágrafo único. Serão transferidos para o patrimônio da CNEN os bens do Conselho Nacional de Pesquisas que de comum acordo entre os dois órgãos, devam sê-lo em razão da atividade anterior da Comissão de Energia Atômica do mesmo Conselho.

Art. 18. A CNEN poderá adquirir os bens necessários à realização de seus fins, mas só poderá vendê-los, mediante autorização do Poder Executivo.

Seção IV

Do Fundo Nacional de Energia Nuclear

Art. 19. É instituído um Fundo Nacional de Energia Nuclear destinado ao desenvolvimento das aplicações da Energia Nuclear, e que será administrado e movimentado pela Comissão.

Art. 20. Constituirão o Fundo Nacional de Energia Nuclear:

- a) doze por cento (12%) do produto da arrecadação do Fundo Federal de Eletricificação criado pela Lei número 2.308, de 31 de agosto de 1954;
- b) os créditos especialmente concedidos para tal fim;
- c) o saldo de dotações orçamentárias da CNEN;
- d) o saldo de créditos especiais abertos por lei;
- e) quaisquer rendas e receitas eventuais.

§ 1º A parcela do Fundo Federal de Eletricificação, de que trata a letra (a) deste artigo, será entregue pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico à CNEN — em quotas trimestrais.

Seção V

Do Regime Financeiro da CNEN

Art. 21. Os recursos destinados às atividades da CNEN serão provenientes de:

- a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pelo União;
- b) arrecadação do Fundo Nacional de Energia Nuclear;
- c) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- d) receita resultante de todas as operações e atividades da Comissão;

e) créditos especiais abertos por Lei;

f) produtos de alienação de bens patrimoniais;

g) legados, doativos e outras rendas, que por natureza ou força de lei, lhe devam competir;

h) quantias provenientes de empréstimos bancários de entidades oficiais ou privadas e de qualquer outra forma de crédito ou financiamento.

Art. 22. A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do orçamento da União, com título próprio, para ser entregue à Comissão em quotas semestrais antecipadas e que serão depositadas, para movimentação, em conta corrente em instituição oficial de crédito.

Art. 23. A CNEN organizará anualmente sua proposta de orçamento, justificando-a com indicação do plano de trabalho correspondente e submetendo-a à aprovação do Poder Executivo.

Art. 24. A CNEN prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. A prestação de contas das despesas efetuadas com atividades que tenham sido consideradas de caráter sigiloso, poderá ser feita sigilosamente, a critério da CNEN, dotando-se um processo especial que o resguarda.

Seção VI

Disposições Gerais

Art. 25. Os serviços da CNEN serão atendidos por funcionários integrantes de quadro próprio e por pessoal contratado e requisitado.

§ 1º Os atuais servidores integrantes o quadro próprio de funcionários.

§ 2º Ao pessoal requisitado, servindo atualmente à CNEN, é concedida opção para aproveitamento no quadro de funcionários, dentro dos limites do cargo ou da função que ocupar.

Art. 26. Competirá à CNEN:

- a) organizar o seu quadro de funcionários, submetendo-o à aprovação do Poder Executivo;
- b) estabelecer normas de contrato de pessoal, fixando prazos, vencimentos e vantagens, mediante aprovação do Poder Executivo.

Parágrafo único. As admissões de pessoal para o quadro de funcionários serão feitas mediante concurso de provas ou de títulos e provas.

Art. 27. O caráter sigiloso das atividades da CNEN será estabelecido pela Comissão, quando julgar necessário, caso não tenha sido determinado previamente por órgão com autoridade para fazê-lo.

Parágrafo único. A desclassificação do caráter sigiloso poderá ser feita pelo órgão que o tiver estabelecido, por sua própria iniciativa ou por solicitação fundamentada pela Comissão.

Art. 28. As atividades da CNEN que não se revistam de caráter sigiloso, poderão ser divulgadas sob a forma que a Comissão julgar mais apropriada a informação e ao ser da opinião pública a que esta se destina.

Parágrafo único. A divulgação de informações que possam afetar a segurança nacional, só será feita após consulta ao Conselho de Segurança Nacional.

Art. 29. Serão isentos de impostos e taxas, os aparelhos, instrumentos, máquinas, instalações, materiais primos, produtos semi-manufaturados ou manufaturados e quaisquer outros materiais importados pela CNEN em

consequência de seu programa de trabalho.

Parágrafo único. A isenção só se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial*, de Portaria do Ministro da Fazenda, discriminando a quantidade, qualidade, valor e procedência dos bens isentos.

Art. 30. A CNEN gozará dos seguintes privilégios:

- a) seus bens e rendas não serão passíveis de penhora, arresto, sequestro ou embargo;
- b) serão extensivos às suas obrigações, dívidas ou encargos passivos os prazos de prescrição de que goza a Fazenda Nacional;
- c) poderá adquirir, por compra ou permuta, bens da União, independentemente de hasta pública;
- d) ser-lhe-á assegurada a via executiva fiscal da União, bem como gozará de quaisquer processos especiais a esse extensivos na cobrança de seus créditos, podendo seus representantes dos privilégios e prazos atribuídos aos procuradores da União, com exclusão, em benefício de qualquer percentagem, e sendo idêntico ao da União o regime de custas;
- e) as certidões, cópias autênticas, oficiais e todos os atos dela emanados terão fé pública;
- f) gozará de isenção tributária.

CAPÍTULO III

Dos Minerais e Minérios Nucleares. Disposições Gerais

Art. 31. As minas e jazidas de substâncias de interesse para a produção de energia atômica constituem reservas nacionais, consideradas essenciais à segurança do País e são mantidas no domínio da União como bens imprescritíveis e inalienáveis.

Art. 32. No caso de ocorrência de elementos nucleares em coexistência com minerais cuja autorização para pesquisa ou lavra tiver sido concedida pelo Ministério das Minas e Energia, o concessionário fica obrigado a notificar imediatamente a respeito à Comissão Nacional de Energia Nuclear e ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em colaboração, exercerão sobre as atividades do concessionário, a fiscalização prevista nesta lei e na Lei nº 1.995, de 20 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 33. No caso dos minerais nucleares e das ocorrências de que trata o artigo anterior, a concessão da lavra será mantida ou concedida pelo Ministério das Minas e Energia, constituindo pressuposto essencial para tal manutenção ou concessão que o plano de aproveitamento da jazida, inclua quando a CNEN o exigir, a separação do rejeito radioativo, que será posto à disposição da Comissão, segundo método previamente aprovado por este órgão.

§ 1º A não observância do disposto neste artigo, implica na revogação da concessão da lavra, declarada por decreto, não cabendo qualquer indenização ao concessionário da lavra.

§ 2º A separação do rejeito radioativo será feita e operada por conta do concessionário da lavra que a entregará à CNEN, sem nenhum ônus para este órgão.

§ 3º Por autorização expressa da CNEN a concessão da lavra poderá ser dada, independentemente da necessidade de separação do rejeito radioativo mencionado neste artigo, desde que o concessionário devolva a

CNEN, por aquisição no mercado internacional, compostos químicos em grau de pureza técnica, contendo uma quantidade de materiais fissíveis ou férteis igual ao existente no material extraído, sem ônus para a CNEN.

CAPÍTULO IV

Do Comércio de Materiais Nucleares

Art. 34. A CNEN terá a exclusividade de todas as operações referentes a compra, venda, empréstimo, arrendamento, exportação e importação de minerais e minérios nucleares, materiais fissíveis, materiais fissionáveis e materiais fissíveis especiais.

Art. 35. Cabe à CNEN estabelecer os preços em moeda nacional dos minérios nucleares, materiais fissíveis, materiais fissíveis e fissionáveis, subprodutos nucleares e radioisótopos para as operações no País.

Art. 36. A CNEN manterá um registro das reservas e estoques de minérios nucleares, materiais fissíveis, materiais fissíveis e fissionáveis e subprodutos nucleares com a previsão das quantidades necessárias à execução do programa Nacional de Energia Nuclear.

Art. 37. Após a determinação prevista no artigo anterior a CNEN poderá negociar, de governo para governo, mediante assentimento do Conselho de Segurança Nacional, quantidades desses materiais, no mais alto grau de benefício possível, à indústria nacional e preferencialmente para a obtenção das compensações específicas, instrumentos e técnica, visando desenvolver a aplicação industrial da energia nuclear no País.

Art. 38. A CNEN é autorizada a adquirir fora do País os materiais ou equipamentos que interessem ao desenvolvimento e utilização da energia nuclear, ou contratar serviços com o mesmo fim, podendo para isso, utilizar os fundos de que disponha ou outros que lhe sejam atribuídos.

Parágrafo único. Para atender às importações de que trata o presente lei, o Conselho de Superintendência da Moeda e do Crédito reservará verba especial nos orçamentos de câmbio.

Art. 39. A exportação ou importação clandestina dos materiais nucleares enumerados no artigo 34, constitui crime contra a Segurança Nacional.

Art. 40. É proibida a posse ou transferência de material nuclear, inclusive subprodutos, sem autorização expressa da CNEN, mesmo no comércio interno; pena de perda das vantagens ou produtos e reclusão de um (1) a quatro (4) anos para os responsáveis.

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias

Art. 41. A CNEN poderá celebrar contratos com órgãos de pesquisa para auxiliar-lhes a atividade.

Art. 42. O Poder Executivo promoverá a revisão dos acordos ou convenios internacionais em vigor e dos contratos existentes com empresas particulares, para adaptá-los aos termos desta lei.

Art. 43. É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, um crédito especial de três bilhões de cruzeiros (R\$ 3.000.000.000) e fim de atender, no corrente exercício, as despesas decorrentes da execução do programa da CNEN.

Art. 44. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

Ofício da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 14 de agosto de 1962.

Em 14 de agosto de 1962.

Prezados Senhores:

Com a publicação do Projeto de Lei nº 1.162, de 27 de julho de 1962, que institui o Conselho de Ministros, o Congresso Nacional, ao assumir a responsabilidade de organizar o Poder Executivo, está cumprindo um dos seus principais deveres: assegurar a continuidade da administração pública e a estabilidade da vida nacional.

É natural que o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limite a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procure, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional. É natural que o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limite a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procure, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional.

Assim sendo, o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limita a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procura, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional. É natural que o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limite a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procure, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional.

Ora, os processos políticos adotados no Brasil para a nomeação dos ministros estão longe de atender aos requisitos que asseguram essa legitimidade de representação.

Basta, para prová-lo, mencionar que o Ministério é escolhido visando a atender a todas as tendências sociopolíticas existentes no Congresso Nacional e não apenas às tendências dos partidos que acompanham a maioria parlamentar. Independentemente de qualquer apreciação, registra-se o fato de integrarem o Conselho de Ministros personalidades de tendências opostas, democratas e defensores da livre empresa uns, socialistas, outros. Ora, é indiscutível que as tendências socialistas representam minoria no Congresso Nacional. No entanto, delegando poderes para legislar ao Conselho de Ministros, não terá o Congresso a segurança de que, na elaboração de tais leis, prevalecerá a orientação compatível com as tendências da maioria parlamentar. É certo que a autorização fixa os limites da delegação, mas estes, na maior parte dos casos, são suficientemente amplos para permitir que se ajustem a qualquer tendência sociopolítica.

Quando o Conselho de Ministros está perfeitamente identificado com a maioria parlamentar, a delegação de poderes não infringe a essência do processo democrático, posto que a maioria representa a vontade da maioria. É óbvio, porém, que não é isso o que ocorre na presente conjuntura política brasileira. As próprias condições em que estão votados alguns membros da mesa-geral, com que se compo-

o Conselho e as da maioria do Congresso.

Além dessas considerações que parecem às entidades que este subscreve de fundamental importância, não sobre a constitucionalidade, evidentemente, mas sobre a legitimidade democrática e a continuidade da administração pública, há a observar que o momento é importante para a história do Brasil e para a estabilidade da vida nacional. É natural que o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limite a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procure, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional.

Assim sendo, o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limita a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procura, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional. É natural que o Congresso Nacional, ao assumir esta responsabilidade, não se limite a cumprir uma tarefa meramente formal, mas que procure, através de suas ações, contribuir para a melhoria da administração pública e para a estabilidade da vida nacional.

Se o Congresso Nacional verificar ser realmente necessária e urgente alguma das providências legislativas solicitadas, poderá promulgar a lei respectiva em curto prazo e dentro de sua missão específica.

As entidades abaixo indicadas, reafirmando a plena confiança que lhe inspira o patriotismo e a sabedoria tantas vezes reveladas pelo Congresso Nacional e solicitando a Vossa Excelência que se digne transmitir ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados o conteúdo deste documento, reiteram a Vossa Excelência as homenagens de sua estima e respeito.

Federação e Centro das Indústrias do

Estado de São Paulo

Antonio Davisate, Presidente

Associação Comercial de Santos

Francisco Luiz da Cunha Bueno

Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Associação Comercial de São Paulo

Paulo de Almeida Barbosa

Bolsa de Mercadorias de São Paulo

Sociedade Rural Brasileira

Luis de Toledo Pisa Sobrinho

Bolsa de Cereais de São Paulo

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 478, de 1962

Urgência

Nos termos do artigo 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 31 de 1962 que introduz alterações na Lei número 1.162, de 27 de julho de 1962 e de outras providências.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1962 — Daniel Neves — Jefferson de Aguiar, líderes da maioria em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado no fim da Ordem do dia, na forma do artigo 330 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de urgência que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 479, de 1962

Urgência

Nos termos do artigo 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 32 de 1962, que regula a relação entre o Estado e o poder econômico.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1962 — Jefferson de Aguiar — Daniel Neves — Líderes da maioria em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

Trata-se de requerimento, na forma do artigo 330 do Regimento Interno, para votar no fim da Ordem do dia.

Na ordem inscrita.

Tem a palavra o nobre Senador Ray Archer.

O SR. RENE ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, há dias, desta tribuna, prestando uma homenagem ao Banco de Crédito da Amazônia, na passagem do seu vigésimo aniversário de fundação, tive oportunidade de focalizar a falta de recursos de que sofre aquele importante estabelecimento de crédito oficial.

Falava eu naquele dia abordando este grave problema, superficialmente, hoje, porém, desejo particularizá-lo sob dois aspectos — um no que se refere à assistência creditícia ao arroz do Maranhão e, outro, à borracha da Amazônia.

A produção de arroz do Maranhão, estimada na presente safra em seis milhões, foi obtida sempre sem qualquer ajuda do Governo Federal, quer na sua cultura através do Ministério da Agricultura quer na sua produção através de assistência creditícia adequada.

Por duas vezes, uma em 1959 e outra agora, neste ano — somente quando a fome e o desespero rondam populações atingidas pelas calamidades da seca ou das inundações — é que o Maranhão é lembrado para suprir mercados instáveis, e só nestes momentos — e ainda mais, tem sido com enorme esforço que as classes produtoras do meu Estado têm conseguido assistência creditícia para a comercialização da safra do arroz. Nestas duas oportunidades acompanhei os produtores de arroz na sua inglória tarefa de pedir aos poderes públicos aquilo que, por incrível que pareça, lhes deveria ter sido oferecido e oferecido com insistência.

Não fosse, Sr. Presidente, o trabalho, realizado pelo Governo do nosso Estado, sem dispor de recursos e também, sem qualquer ajuda do Governo Federal — porque verbas para isso não existem e quando existem não são pagas — não fosse, agora, o empenho pessoal do Governador Newton Beló, dedicando no seu programa de governo toda a atenção ao problema da agricultura e, nela muito especialmente, à do arroz, certamente, essa cultura já teria desaparecido ou sido reduzida a valores inexpressivos.

A verdade porém é que, "usando a prata da casa" portanto com pesados sacrifícios para um Estado pobre como o Maranhão, o Governo do Estado distribuiu sementes pelas principais zonas produtoras e incentivou o plantio, e ainda através da Secretaria de Agricultura e do DEMAR (Fundo de Desenvolvimento do Maranhão) apalhou-se para combater a praga que no ano anterior dizimou metade da produção do arroz maranhense.

Tudo isto, Sr. Presidente, é fácil de dizer, é também fácil de criticar, mas difícil de fazer, e difícil de realizar sem técnicos, sem laboratórios, sem estufas, sem recursos! Mas no Maranhão está sendo feito com sacrifícios e com patriotismo. O Maranhão que, há alguns anos atrás, tinha uma produção de arroz inexpressiva, figura

hoje, nas estatísticas nacionais entre os maiores produtores de arroz do país, e tem suprido a baixos preços o nordeste e a Guanabara deste alimento básico do povo, em hora de crise aguda como esta, em que vivemos agora.

O Banco de Crédito da Amazônia que, por lei, deveria ser o órgão propulsor e orientador da economia da Amazônia legal, tem uma estrutura bancária adequada para fazê-lo, e excelentes técnicos, interessados ao cumprimento da tarefa, mas nada pode fazer porque não tinham os recursos financeiros necessários e lhe são negados pelo Banco Federal os meios de obtenção.

Se lá não fosse a falta de fazer alguma coisa, pelo seu caráter econômico e social, pela importância da vida de milhares e milhares de brasileiros, que nascem e vivem numa sub-vida, sem assistência médica, sem escolas para os filhos, sem meios de comunicação, sem os mais elementares condimentos de vida para seres humanos, em flagrante contraste com os brasileiros do centro e do sul do país — é urgente que o Governo Federal, através do Gabinete que se instalou há poucos dias, dê solução aos angustiosos reclamos dos Governos Estaduais e do povo.

Um dos melhores instrumentos de que dispõe o Governo Federal para realizar esta tarefa de humanidade e de brasilidade é o Banco da Amazônia. Propiciando os recursos de que o Banco necessita, apoiando a sua atual Administração, prestigiando-o com medidas de apoio financeiro, à produção nativa de borracha, de castanha do Pará, de babaçu, de madeiras, e, as insipientes culturas de arroz, de mandioca, de pineta do reino, de juta, de algodão de oleaginosas, dariam um primeiro alento a essas populações trabalhadoras e sofredoras.

E, Sr. Presidente, para que as minhas palavras não sejam apenas uma crítica e não uma crítica construtiva, e, ainda, para que elas não se queiram em nenhum momento, inferir em sentido demagógico, eleitoreiro, dou aqui sugestões objetivas, em largos traços, para que os técnicos do Governo, que os tem de alta competência — deem, talvez, forma melhor e mais acertada, critiquem, aceitem ou recusem, mas que façam alguma coisa! Faço com experiência de quem viveu a sua administração durante quase dois anos.

É urgente, é indispensável que o Governo Federal promova a imediata reestruturação administrativa do Banco de Crédito da Amazônia e as medidas desta reestruturação, nos limites em que as suas, poderão ser feitas através de atos do Poder Executivo.

Consiste ela, em suas linhas mestras, na definição em ato do Poder Executivo dos encargos que a União deve assumir na execução do monopólio estatal da borracha. Os recursos para compra e venda de borracha em território nacional, deverão correr à conta do Tesouro da União e não à conta dos insuficientes recursos do Banco representados por seu capital e reservas. Na estrutura legal do Banco já existe a Carteira de Crédito da Borracha e nos seus estatutos uma completa regulamentação de seu funcionamento onde os problemas assistenciais e técnicos da borracha são previstos em toda a sua gama. Esta Carteira na atual organização legal utiliza parcelas do Capital do Banco, insuficientes ao atendimento do financiamento da produção da borracha e, em constante conflito com a assistência creditícia às outras atividades da região. Minha sugestão é de que esta Carteira — a Carteira de Crédito da Borracha — tenha recursos próprios e que provenham do Tesouro da União. Estes recursos seriam aplicados com exclusividade no financiamento, compra e venda de borracha como estabelece o monopólio estatal e no incentivo ao plantio racional da seringueira.

ra. Funcionaria esta Carteira no Banco da Amazônia em moldes semelhantes aos que, no Banco do Brasil funcionam a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a Carteira de Colonização e outras.

Os recursos para a Carteira de Crédito da Borracha do Banco de Crédito da Amazônia já existem fixados em lei, já existe a lei que estabelece o monopólio estatal da borracha, resta agora definir o funcionamento desta Carteira em termos realistas diante da atual conjuntura da Amazônia, resta agora ampliá-los para que haja mais borracha, racionalizá-los, para que esta produção seja melhor e mais barata.

Esta reforma administrativa atingiria também a Carteira de Fomento do Banco. Teria ela as mesmas características de autonomia. Os recursos desta Carteira, também, já existem e decorrem do imperativo da lei que criou a Valorização Econômica da Amazônia. O funcionamento desta Carteira é defeituoso e por isso mesmo improdutivo. A deficiência não é dos seus executores e sim do decreto que regulou o seu funcionamento de maneira ambígua e sob certos aspectos contraditórios. Obriga este estatuto legal o Banco de Crédito da Amazônia e a Valorização Econômica da Amazônia a assinarem convênios anuais praticamente inexequíveis e fonte de atritos entre estas duas importantes instituições da região Amazônica. Urge que se defina esta situação desabonadora que só traz prejuízos à região já tão sofredora e desassistida. Os recursos do Fundo de Fomento à Produção deverão ser entregues ao Banco de Crédito da Amazônia ou à Valorização Econômica da Amazônia — o que não se pode admitir é que o Governo assista indiferente fazer-se da lei letra morta ou instrumento de dúvidas e discórdia.

E, finalmente, esta reestruturação que proponho permitiria que a Carteira de Crédito manipulasse a capital e reservas do Banco para todas as atividades fixadas na lei e reguladas pelos seus estatutos, exclusive as de borracha que seriam, como disse anteriormente, atribuídas à Carteira própria.

Com estas providências que são na realidade simples como as expus, o Banco de Crédito da Amazônia poderia sair do drama pavoroso em que vive e as suas administrações poderiam receber melhor julgamento da opinião pública — especialmente dos homens da região e também melhor julgamento das autoridades financeiras do Governo — que as julgam muitas vezes responsáveis por pecados que mais lhes cabem do que a elas.

Com estas providências, com esta reestruturação, repito, simples como as expus, certamente, o Banco de Crédito da Amazônia em breve estaria dando o apoio à região amazônica que todos nós tanto reclamamos e pelo qual tanto ansiamos.

Com o aumento de capital como se contém na exposição que tive a honra de encaminhar ao Sr. Presidente da República e satisfação de vê-la aprovada em todos os seus termos e transformada em projeto de lei, agora, não de 1 bilhão e sim de 3 bilhões, o Banco de Crédito da Amazônia estaria aparelhado para cumprir a sua patriótica missão de retirar a Amazônia do subdesenvolvimento e os seus habitantes não brasileiros como os outros, da humilhante condição de "párias da pátria".

Se o Governo Federal deseja livrar a nação de mais encargos na sua balança de pagamentos e se não deseja continuar jogando milhares e milhares de dólares na fornalha da inflação, reformule sua política financeira na Amazônia, reestruture o Banco de Crédito da Amazônia e, ainda que tardiamente, assumam a responsabilidade pela execução do monopólio estatal da borracha, dando recursos em quantidade suficiente para o financiamento e compra da borracha produzida em

território nacional. Dê o indispensável apoio aos heróicos homens da Amazônia que com o sacrifício da própria vida exploram os seringais silvestres, ao mesmo tempo que, ponha em execução uma vigorosa política de plantio racional da seringueira no seu "habitat" natural que é a Amazônia.

O que não é mais possível é jogar sobre ombros dos homens da Amazônia o pesado encargo de continuar extraíndo dos seringais silvestres, sabidamente antieconômico, de há longo tempo, e impor-se a estes homens o ônus tremendo da sua descapitalização, do desgaste e seu consequente esmagamento.

Prosseguir nesta política é a prática do crime premeditado, é não ouvir o clamor e o protesto dos homens da Amazônia, é desrespeito frontal ao artigo 199 da Constituição Federal que exatamente determinou que "na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicasse, durante, pelo menos 20 anos consecutivos, a quantia não inferior a 3% de sua renda tributária".

A cultura de arroz do Maranhão necessita de apoio governamental. Ela chegou até aqui com o inaudito esforço dos homens do interior maranhense e com o sacrifício do governo estadual. É urgente e indispensável que o Governo da República, através do Ministério da Agricultura, dê assistência técnica e material de emergência ao agricultor maranhense. Necessitamos de máquinas, de sementes, de inseticidas, de agrônomos e necessitamos de tudo isso com urgência, sem burocracia e sem planejamento intermináveis. A rizicultura maranhense não pode crescer mais desassistida, desorganizada e sem técnica. O produtor maranhense não poderá ser assistido apenas com crédito para comercialização de safra e, somente, nas horas de crise. Reclamamos assistência técnica e financeira para a cultura do arroz maranhense.

Sentimo-nos com direito a isto.

Sr. Presidente, o calor das minhas palavras não vai além de um dramático apelo. Apelo de homem que como eu vive no interior maranhense e sente o contraste brutal entre a vida do homem do campo, sofredor, porém cheio de entusiasmo pela sua pátria e a insensibilidade dos que lhe traçam em ambientes atapetados e de ar refrigerado, um destino cruel.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. REMY ARCHER — Com satisfação.

O Sr. Paulo Fender — Ouvi com a atenção que me merece a palavra de V. Exa. o discurso que está finalizando sobre problemas da região amazônica.

V. Exa. foi dos mais eficientes, criteriosos administradores que teve o Banco de Crédito da Amazônia...

O SR. REMY ARCHER — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Paulo Fender — ... cuja sede está no meu Estado. Por isso, não poderia ouvir em silêncio o depoimento impressionante de V. Exa. sobre as possibilidades desse instituto de crédito relegado ao abandono pelo Governo. Então, tenho o dever de, como representante da Bancada Paraense, cercar fileiras com V. Exa. no apelo aos Poderes Públicos no sentido, simplesmente, de que se cumpra a lei, de que se cumpra a Constituição Federal, outorgando os três por cento sobre a receita tributária da União, à Valorização Econômica da Amazônia e mais, que essa instituição deposite, realmente, no Banco de Crédito da Amazônia o fundo de fomento à produção. Queira V. Exa., portanto, aceitar minha integral solidariedade e crítica à reformulação dos problemas afetos ao Banco de Crédito da Amazônia e à Valorização Econômica da Amazônia.

O SR. REMY ARCHER — Muito obrigado a V. Exa.

É este, Sr. Presidente o meu dramático apelo para que os problemas

da Amazônia e nela os do Maranhão sejam enfrentados com energia, com humanidade e com patriotismo. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento nº 480, de 1962

Requeremos, nos termos dos artigos 64 e 107 do Regimento Interno, seja constituída uma Comissão Especial, de sete membros, para proceder à revisão do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1958, que define, regula e atualiza a proteção ao direito do autor e sobre a matéria emitir parecer, no prazo de noventa dias.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1962. — Milton Campos — Afrânio Lages — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

Vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 481, de 1962

Nos termos do art. 212, alínea 2-9, do Regimento Interno, requerio seja elevado para 90 dias o prazo da Comissão criada pelo Requerimento número 435, de 1962.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Afrânio Lages.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado ao fim da Ordem do Dia.

Sobre a mesa projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Projeto de Resolução nº 16, de 1962

Concede aposentadoria, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 178, item III, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, do Senado Federal, a José Lopes de Amorim, Motorista, PL-9, da Secretaria do Senado Federal, com os vencimentos integrais do cargo e a gratificação adicional a que tiver direito.

Art. 1º É aposentado, com os vencimentos integrais do cargo e a gratificação adicional a que tiver direito, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 178, item III, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e com o art. 341, item III, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal (Resolução nº 6, de 1960), José Lopes de Amorim, Motorista, PL-9, da mesma Secretaria.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Visa o presente Projeto a conceder aposentadoria a servidor da Casa que, apesar do rigoroso tratamento a que se submeteu, permanece incapacitado para desempenhar suas funções.

Ao servidor, foram concedidas sucessivas licenças para tratamento de saúde, e, tendo em vista que continuou doente e atendendo a gravidade da doença, a Comissão Diretora decidiu submetê-lo a Junta Médica, composta do Professor Senador Alô Guimarães e dos Doutores Evilásio Velloso e Luciano Vieira.

Essa Junta, após examinar o paciente, concluiu pela invalidez do mes-

mo, de acordo com a legislação vigente.

Em face do laudo da Junta Médica, designada, oferecemos à consideração do Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala da Comissão Diretora, em 15 de agosto de 1962. — Moura Anáide. — Ruy Palmeira. — Gilberto Marinho. — Guido Mondin. — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 16, de 1962, de autoria do Sr. Senador Afrânio Lages, que prorroga a vigência da Lei número 1.305, de 23 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra "b", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 466, de 1962, aprovado na presente sessão, tendo Pareceres favoráveis, das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social).

Sobre a mesa emendas, que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas e apoiadas as seguintes.

EMENDA Nº 1

Art. Nas locações para fins comerciais ou industriais, o locador poderá cobrar do locatário, além das contribuições de luz, água e saneamento, as despesas de condomínio, o prêmio de seguro contra fogo e os tributos que incidam sobre o imóvel, mediante comprovação.

Justificação

O art. 8º da lei nº 1.300, de 1950, depois de vedar a cobrança na locação de residências de qualquer outra importância além das ali discriminadas, reza no § 2º que "na locação para fins comerciais ou industriais, o pagamento dos tributos poderá ser convencionado livremente".

A redação dos dispositivos em referência tem dado margens a dúvidas, sustentando alguns que nas locações para fins comerciais ou industriais só se admite a cobrança ao locatário dos tributos e assim mesmo mediante convênio.

Tal interpretação refoge, em verdade, ao espírito da lei, vez que asseguraria tratamento mais vantajoso às locações para fins comerciais ou industriais.

Visando afastar tais dúvidas, vale a pena esclarecer que a permissão concedida ao locador nas locações para fins residenciais também se aplica às locações para fins comerciais e industriais assegurado ainda quando a estas a exigência do pagamento pelo locatário dos tributos e do prêmio do seguro contra fogo é uma decorrência do processo inflacionário em que vivemos e que, em face da artificial valorização dos imóveis, expõe o locador a uma situação vexatória, pois o prêmio do seguro contra fogo absorve em muitos casos o aluguer pago pelo locatário.

Severando o imóvel por um valor abaixo do nível, o locador assume a qualidade de co-segurador e verifica o sinistro, repartilhando a indenização. A emenda encerra, portanto, medida de justiça.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Afrânio Lages.

EMENDA Nº 2

Inclua-se onde couber:

Art. O locador nas locações de imóveis residenciais poderá cobrar do locatário, além das taxas dos serviços municipais, as contribuições referentes ao fornecimento de luz, água e

saneamento, a majoração dos tributos havida posteriormente a 31 de dezembro de 1941 bem como, em se tratando de condomínio, as cotas imputadas ao condomínio nas despesas do condomínio, desde que exibidos os comprovantes.

Justificação

Com a introdução entre nós do sistema da propriedade horizontal, constituindo, nos edifícios de apartamentos, cada um destes uma propriedade autônoma, as despesas realizadas por todos os proprietários com a conservação, limpeza e outros gastos referentes às partes comuns dos mesmos edifícios passaram à designação de despesas de condomínio.

O decreto nº 5.481 de 23 de junho de 1923 art. 8º, conceitua como despesas comuns as decorrentes de serviços que interessam a todos os moradores, exemplificando, entre outros, os seguintes: esgotos, água, iluminação, telefone, elevador, asseio, desinfecção, vigilância interna e portaria.

A lei nº 1.300 de 1950, art. 8º, permitia fossem imputadas ao locatário tais despesas, adotando critério razoável e justo, pois tal como se dá com as taxas de água e de saneamento, as mesmas dizem respeito ao uso do imóvel.

Acontece que a lei nº 1.462 de 26 de outubro de 1951 ao dar nova redação ao art. 8º da lei nº 1.300 eliminou a expressão "despesas de condomínio", circunstância que impediu a partir da data da sua vigência a cobrança daquela parcela.

Tal situação permaneceu até o advento da lei nº 3.844 de 15 de dezembro de 1960 que veio permitir pudessem ser cobradas do locatário as despesas realizadas com o pagamento dos vigias, de limpeza, força e luz.

A disposição contida no art. 2º da citada lei nº 3.844 é, porém, de difícil aplicação nos casos de edifícios de apartamentos, vez que as cotas de condomínio compreendem não só as referidas naquele artigo mas outras relativas à utilização comum do imóvel. O processo inflacionário vem, continuamente, determinando um crescimento de despesas de condomínio sem que ao locador seja possível cobrá-las de quem se acha no uso do imóvel.

A emenda ora apresentada visa sanar essa injustiça.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Afrânio Lages.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto com as emendas.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, há vários anos discute esta Casa a prorrogação da Lei do Inquilinato. Em todas essas ocasiões o resultado é sempre o mesmo, ou seja, a prorrogação é concedida.

Sr. Presidente, no ano passado, após discutir o projeto, o Senado emendou-o de maneira perfeitamente razoável. No entanto, Sr. Presidente, fui testemunha — a Câmara dos Deputados, em apenas cinco minutos, derrubou as emendas do Senado, prevalecendo, então, o projeto da outra Casa legislativa.

Mais uma vez, Sr. Presidente, volta esta Casa a tratar do assunto, e mais uma vez a tendência é conceder-se nova prorrogação à Lei do Inquilinato.

Ouvi, Sr. Presidente, nas várias vezes que o problema foi debatido neste recinto, declarações as mais solenes, de ilustres colegas, de Líderes do Governo, de Líderes da Oposição, comprometendo-se, formalmente, a formular projeto definitivo, para regular com justiça, a questão do Inquilinato no país.

Várias vezes essas promessas ficaram sem efeito, e a situação agradável

para uma boa parcela da população brasileira coicea de certo o Congresso em conjuntura bastante grave perante aqueles que, durante muitos e muitos anos, deram o máximo de seus esforços para terem uma velhice garantida, através da renda de um prédio ou de um apartamento alugado.

Sr. Presidente, neste momento em que se vota mais uma vez a prorrogação da Lei do Inquilinato, não posso deixar de trazer ao conhecimento desta Casa a minha estranheza pelo fato de mais uma vez voltarmos à apreciação desta prorrogação sem que tenhamos oferecido à Nação uma solução para tão relevantes assunto.

O Sr. Fernandes Távora — Dá-me licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Há um projeto, de minha autoria em que procurei resolver, com toda equidade, o problema, sem que fosse prejudicada a classe proprietária. Entretanto já com um parecer favorável, oferecido pelo nobre e ilustre Senador Milton Campos, dorme ele nas Comissões. No entanto, se fosse posto em prática resolveria, pelo menos temporariamente, essa questão do inquilinato. Mas há sempre qualquer coisa que impede mecher esse projeto. Acredito, mesmo, inútil procurar encontrar-se uma solução enquanto não oferecermos uma forma capaz de cortar a exploração dos proprietários.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte. Lamento que o projeto de V. Exa., como os de outros Senadores, não tenham seguido a sua tramitação.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. deve se lembrar de que aqui também apresentei uma emenda ao projeto que aprovada por todas as Comissões, desta Casa, foi fulminada na Câmara dos Deputados.

O SR. MENDONÇA CLARK — Lembro-me da emenda de V. Exa. e aproveito para fazer menção a três outras de minha autoria.

O Sr. Fernandes Távora — Por conseguinte, é inútil todo o nosso esforço no Senado, porque a Câmara, na sua eterna demagogia, anula-o.

O SR. MENDONÇA CLARK — A situação, Sr. Presidente, parece já bem mais grave do que a de meses atrás. Hoje existem proprietários no Rio de Janeiro que se vêem com falta de meios para pagar as taxas e os impostos dos prédios onde vivem. O Governo já não mais querendo ou podendo, esperar, está cobrando imposto predial e taxas de água, saneamento, etac., sobre prédios de aluguel muitas vezes superior à sua própria renda.

Na lei anterior, votamos a possibilidade de receber a diferença de impostos. Mas para aqueles que possuem um ou mais imóveis, com os quais esperam garantir uma vida tranquila, essa diferença recebida não dá absolutamente para pagar as taxas e impostos dos prédios onde vivem. O proprietário — já não digo de imóveis alugados mas de próprio residencial — já se vê obrigado a vender a própria casa, por não mais aguentar os ônus que pesam sobre a mesma.

E' assim expulso da sua própria casa o homem que trabalha, que amalha algumas economias, que as emprega e que não as vê, infelizmente, devolvendo-lhe a renda que espera.

Em face dessa situação lamento profundamente que estejamos votando, hoje, mais uma prorrogação da Lei do Inquilinato, às vésperas de uma eleição. Sei que não temos enfrentado o problema com a devida coragem de hoje ainda com menos coragem porque desta vez receamos enfrentar aqueles a quem poderíamos desgostar momentaneamente, embora saibamos que a lei está tão desmoralizada que proprietários e inquilinos já negociam aluguéis à parte, porque reconhecem sua ineficácia.

No Senado e na Câmara Federal não vemos, infelizmente, possibilidade

de encontrar uma solução para o problema.

Tenho conhecimento de proprietários no Rio de Janeiro sobre cujo imóvel incidem taxas de água no montante de Cr\$ 18.000,00 a Cr\$ 19.000,00 além dos impostos predial, de saneamento e outros.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Há um ângulo sobre o qual nunca ninguém procurou observar o caso do inquilinato: o da construção. A população do Brasil cresce extraordinariamente todos os anos e ninguém, no seu juízo, irá empregar seus capitais em prédio sobre o qual o governo entende de fixar o aluguel. Não conheço coisa mais absurda no mundo. Alguém que conseguiu formar um capital e que o emprega em imóveis para obter deles algum rendimento se vê na contingência de aceitar a fixação do preço do aluguel desses imóveis, imposto autoritariamente, brutalmente pelo Governo. Não conheço — repito — maior absurdo. Só no Brasil há coisas dessa natureza. A demagogia impera em todos os setores.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço mais esse aparte com que V. Exa. me honra.

O Sr. Fernandes Távora — O resultado é que dentro de pouco tempo a maior parte da população do Brasil terá de viver debaixo das árvores, se ainda houver alguma de pé.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Paulo Fender — Pela argumentação desenvolvida por V. Exa. e pelo nobre Senador Fernandes Távora não haverá, como há nas grandes cidades do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, S. Paulo e Belo Horizonte, a febre de construções como que nos defrontamos. Quem quer que passe por essas cidades — não precisa morar nelas — verá que os edifícios se constroem numa velocidade espantosa. E' capital que se investe com receio da desvalorização da moeda e seja qual for o risco, o capitalista quer imobilizar o seu capital. Imobiliza-o com a garantia do imóvel cada vez mais valorizado. Já é uma indústria que não se pode deter, a da construção imobiliária, neste país, para escritórios comerciais ou para residência; os edifícios de apartamento estão sendo construídos, há muito tempo, febrilmente. Logo, não é tão mau emprego de capital esse a que V. Exa. se refere.

O Sr. Fernandes Távora — Têm construído porque precisam dele.

O Sr. Paulo Fender — E' mau emprego de capital para o Brasil, Senhor Senador, porque há diferenças e assinalar. Assinalada, por exemplo, a diferença existente atualmente entre prédios para habitação e prédios para escritórios comerciais. Os capitalistas estão investindo mais em escritórios do que em habitações, quando a crise habitacional estaria a exigir-lhes solidariedade humana e social, e solidariedade com o Governo deste País. V. Exa. não há de negar que é forma de investimento das mais improdutivas o emprego de capital em construções imobiliárias. E' o capital empregado na construção de escritórios comerciais apenas para imobilizar os dinheiros que se desvalorizam dia a dia pela inflação, que esses próprios senhores do poder econômico estimulam através de processos por demais conhecidos e debatidos nas duas Casas do Congresso Nacional. Esse capital, Sr. Senador, deve ser por nós criticado no seu emprego. Por este motivo, ofereço a V. Exa. como trabalhista e como representante do povo a minha mais formal contradição à toda argumentação que está desenvolvendo. Em síntese, penso que, na conjuntura atual brasileira, não podemos aumen-

tar nada — nem aluguéis, nem preço de qualquer utilidade, porque senão o povo perecerá, o povo é que sofrerá com as consequências que V. Exa. dialeticamente advoga com fumaças do sociólogo da direita.

O SR. MENDONÇA CLARK — Senhor Senador, V. Exa. como de hábito, é brilhante na maneira de transmutar a compreensão dos problemas. Parece que falamos idiomas diferentes...

O Sr. Paulo Fender — Isso é uma verdade.

O SR. MENDONÇA CLARK — ...e que somos estrangeiros, um perante o outro. Minha intenção não foi a de desmentir V. Exa. quanto às edificações que se fazem no Rio de Janeiro e em São Paulo. No particular, V. Exa. tem razão.

O Sr. Paulo Fender — Edificações que se fazem, às vezes, à custa da Caixa Econômica Federal e das autarquias.

O SR. MENDONÇA CLARK — Exato, quando há apoio político, se concedem os empréstimos. Mas, dizia eu, que apresento o problema sob um aspecto, e V. Exa. o faz aparecer sob outro. Falo na desigualdade dos aluguéis congelados, e V. Exa. focaliza as novas edificações.

Os aluguéis congelados representam miséria para grande parcela de brasileiros; as novas edificações representam emprego de capital, impeditivo de que os pobres aluguem tais imóveis, dado o alto preço dos alugueres, mas via de regra construídos para venda, a prestações elevadíssimas. Não houvesse a situação criada pela Lei do Inquilinato, e não haveria favelas no Rio de Janeiro. Elas se devem ao fato de ninguém se dispor a construir, para alugar seus imóveis à base dos preços de há vinte ou trinta anos.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com muita honra.

O Sr. Fernandes Távora — Sabi V. Exa. qual é o aluguel de uma casa modesta, em Fortaleza, casa que não é sobrado, nem apartamento, mas uma casinha comum? De doze a quinze mil cruzeiros. Pergunto a Vossa Excelência: quem poderá aguentar esta alta estúpida dos aluguéis, que se vai fazendo sempre mais alta? Os alugueres só decrescerão se houver novas construções. E para o indivíduo se dispor a construir com a finalidade de alugar, é preciso estar seguro de que o aluguel corresponderá ao cabível empregado. Mas se o Governo entende que ele é quem deve estabelecer o preço, ninguém é idiota para empregar capital sobre o qual não terá mando, sobre o qual quem ordena é o Governo.

O SR. MENDONÇA CLARK — Senhor Presidente, falo, neste instante, em defesa daqueles que deveriam ter direito a morar em apartamento, em defesa dos que deveriam ter direito a uma casa para morar. No entanto, o aluguel de qualquer apartamento no Rio de Janeiro, de sala e quarto, é superior a vinte mil cruzeiros. E' esse, nobre Senador Paulo Fender, o crime da Lei do Inquilinato.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. me perdoe, mas eu sufoco.

O SR. MENDONÇA CLARK — Mas, se V. Exa. quiser mais favelas no Rio de Janeiro...

O Sr. Paulo Fender — Este é outro problema.

O SR. MENDONÇA CLARK — ...se quer maior número de brasileiros vivendo a duas ou três horas dos seus centros de trabalho, V. Exa. deve realmente defender a manutenção desse estado de coisas. Porque, não há ninguém no mundo que dispondo de capital, vá empregá-lo com risco de receber aluguéis de oitocentos a novecentos cruzeiros, como é o caso de aluguéis congelados há vinte ou trinta anos, no Brasil agora.

V. Ex.^a também há de ouvir que nunca se deve modificar. Todas as vezes que se fazia cálculo de rendimento, quando os alugueis eram livres eram um empecilho de capital, os imóveis correspondiam a vinte por cento da renda do imóvel.

O Sr. **Fernandes Távora** — Quase sempre eram de dez por cento, mas o Governo achou que era muito.

O Sr. **Mendonça Clark** — O que está acontecendo, nobre Senador, é que a Lei de 1935, a Lei nº 1.330, é hoje das mais ruins que o Congresso aprovou desde 1935. O inquilinato não vive mais graças à aplicação da Lei de 1935, mas graças às decisões do Poder Judiciário.

Vamos a outra Lei, no ano de 1935, permitia o senhor de pagar a diferença de alugueis que fossem pagos sobre o aluguel.

O Sr. **Paulo Fender** — Permite-se saber um aparte?

O Sr. **Mendonça Clark** — Com muita honra.

O Sr. **Paulo Fender** — As favelas de São Paulo e de Rio de Janeiro que estão na orla do V. Ex.^a continuam a crescer. V. Ex.^a precisava de um instrumento para distinguir toda a confusão que está na matéria. Os argumentos de V. Ex.^a são por demais conhecidos. V. Ex.^a adota filosofia capitalista numa contradição que não resolve a mais cruel análise lógica do problema de habitação do Brasil e da exploração dos capitalistas na construção de casas e de edifícios de apartamentos.

V. Ex.^a se refere às favelas. As favelas têm causas muito mais complexas do que está. Não pense V. Ex.^a que se libertarmos, se baixarmos os alugueis, que os favelados vão encontrar casa para morar, eles constituem uma casta de marginalismo social na civilização brasileira que conhece muitas outras coisas...

O Sr. **Mendonça Clark** — Com rádio, televisão, geladeira.

O Sr. **Paulo Fender** — ... pelas quais nós todos, coletivamente, somos responsáveis.

O Sr. **Fernandes Távora** — V. Ex.^a está muito enganado.

O Sr. **Paulo Fender** — V. Ex.^a não lembra que a cobrança de taxas de condomínio, luz, esgoto, conservação do imóvel foram os recursos de que lançaram mão os detentores dos imóveis para burlar a intenção do legislador no congelamento dos alugueis. Realmente, como V. Ex.^a assinala, aconteceu um aumento vertiginoso do aluguel, a cobrança das taxas. E um artifício, um recurso de que lançaram mão os detentores dos imóveis para burlar a intenção do legislador no congelamento dos alugueis. Realmente, como V. Ex.^a assinala, aconteceu um aumento vertiginoso do aluguel, a cobrança das taxas. E um artifício, um recurso de que lançaram mão os detentores dos imóveis para burlar a intenção do legislador no congelamento dos alugueis.

O Sr. **Fernandes Távora** — Permita-me V. Ex.^a nobre orador, apenas uma pequena explicação: nosso illustre colega, Senador Paulo Fender alegou que os favelados são marginais e só por isso formam uma classe à parte a que não merecem ter, realmente, uma habitação decente; no entanto, S. Ex.^a ou não se lembra ou desconhece que grande número de funcionários públicos, de ferroviários, de marítimos recorre às favelas porque não têm dinheiro para pagar um aluguel decente.

O Sr. **Paulo Fender** — O grande número de V. Ex.^a é uma minoria insignificante.

O Sr. **Fernandes Távora** — É o resultado da intervenção indevida do Governo que aumentou todos os alugueis.

O Sr. **Mendonça Clark** — Agradecido aos apurtes dos nobres Se-

nadores Paulo Fender e Fernandes Távora.

Faço concluir, Sr. Presidente, não queria argumentar no sentido de procurar estabelecer a verdadeira posição...

O Sr. **Paulo Fender** — Argumentar a contrário seria...

O Sr. **Mendonça Clark** — ... a situação real do problema. Quando ouvimos o nobre Senador Paulo Fender dizer de que se trata de uma multiplicação do recebimento pelo proprietário, estabelecido por Lei do Congresso em 1935, isso que não dá margem a dúvidas.

Se isso é o caso do proprietário, não dá margem a dúvidas a uma hipótese, a de que a Lei de 1935, depois de estabelecer com o inquilinato, por vezes essas coisas, não possa ser feita de uma vez; e o nobre Senador Paulo Fender tem a coragem de dizer que é injustificação dos proprietários...

O Sr. **Paulo Fender** — É uma maneira óbvia de conseguir os números dos alugueis.

O Sr. **Mendonça Clark** — ... Vossa Ex.^a não tem o desconhecimento a realidade.

O Sr. **Paulo Fender** — Aliás, as realidades do capital explorador neste País são muito ignoradas em grande parte.

O Sr. **Mendonça Clark** — De fato, e a exploração é uma história interessante. Entretanto a Lei do Inquilinato deve marchar para a regulamentação. Faltam tantos anos sem a Lei do Inquilinato, mas tivemos o 13º mês de salário, medida muito justa, a favor da qual me manifestei. Hoje, queremos trabalhar menos para ganhar mais; é outra fórmula mágica, para conseguir o equilíbrio financeiro do País. A continuar assim acabaremos por perder o dinheiro em casa e ainda será favor recebê-lo... Logicamente, quando quisermos adquirir feijão, arroz e outros comestíveis, não o conseguiremos, porque não mais existirem.

Sr. Presidente, respondendo o ponto de vista do nobre Senador Paulo Fender e dando margem a que Sua Excelência combata a emenda que pretendo apresentar, comunico a Vossa Excelência que encaminharei à Mesa uma emenda que nada mais pretendo do que tentar restabelecer, em bases mínimas, a Lei do Inquilinato no Brasil.

Os alugueis estão sendo congelados desde 1935. A essa época, quem construa uma casa, empregava seu capital para pagar impostos até 20% para poder manter o imóvel e permanência com 60% do aluguel como meio de renda.

O Sr. **Paulo Fender** — Desconheço o teor da emenda de V. Ex.^a. Parece-me, entretanto, que se vai apresentar algo semelhante a que se disse: artigo tal — fica prorrogada a Lei do Inquilinato; artigo imediato — não se revogam as disposições em contrário.

O Sr. **Mendonça Clark** — Esta seria, talvez, uma emenda assinada por V. Ex.^a. A emenda que pretendo encaminhar à Mesa, está redigida nos seguintes termos:

Emenda nº 3 à Lei do Inquilinato

Os alugueis de imóveis até 1955 poderão ser majorados até cinco vezes a soma total dos impostos, taxas e despesas de condomínio que incidem sobre a unidade alugada.

Com esta emenda não pretende estipular alugueis exagerados, porque os alugueis de 1935 são de quatrocentos, quinhentos e oitocentos cruzeiros mensais.

Faço-o, como uma reação contra esta Lei, que não deixa de ser uma exploração, que não deixa de ser uma

falta de atitude do Congresso perante um dos mais graves problemas com que ora se debate o País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 482, de 1962

RETIRADA DA EMENDA

Pequeno, nos termos da artigo 212, inciso I, do Regulamento Interno, a redação da emenda nº 3 à Lei do Inquilinato, aprovada em 1935, e a Lei do Inquilinato nº 10, de 1935.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Afonso Lages.

O Sr. Senador Paulo Fender não irá votar a emenda nº 3.

EMENDA Nº 3

Art. As Casas Econômicas Federais, obedecendo a plano organizado pelo Conselho Superior das Casas Econômicas Federais e aprovado pelo Ministério da Fazenda, concederão financiamentos a pessoas físicas ou jurídicas para a construção de habitações populares nos centros urbanos do País, em grupos não inferiores a 20 unidades.

Parágrafo único. Nos contratos de financiamentos arbitrários o aluguel correspondente à locação, que vigorará nos 3 primeiros anos, não excederá os valores no caso de alienação feita no mesmo prazo a quem não seja proprietário.

Justificação

A emenda visa incrementar a construção de habitações populares nos vários centros do País. As Casas Econômicas Federais poderão concorrer para atenuar a crise no setor habitacional.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Afonso Lages.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa emenda de autoria do nobre Senador Mendonça Clark, por S. Ex.^a, justificada da tribuna, e que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida e apoiada a seguinte

EMENDA Nº 3 à Lei do Inquilinato

Adão Cauby:

Os alugueis de imóveis até 1955, poderão ser majorados até cinco vezes a soma total dos impostos, taxas e despesas de Condomínio, que incidem sobre a unidade alugada.

Sala das sessões, 15 de agosto de 1962. — Mendonça Clark.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão do Projeto com as emendas.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, Srs. Senadores, acabei breve porque temos muita matéria a votar na Ordem do Dia e porque o assunto que nos ocupa já está por demais debatido.

Pedi a palavra apenas para opinar, formalmente, a emenda que acaba de ser apresentada pelo nobre Senador Afonso Lages, que apresenta uma emenda de S. Ex.^a.

Temos que ouvir, desta tribuna, as nobres intenções do nobre Senador Projeto de prorrogação, para o stiples, da Lei do Inquilinato, comparando da realidade social brasileira. As emendas de S. Ex.^a são ratificadas do que já existe em matéria de cobrança suplementar de alugueis pelo que mereceu meu apoio de liberalista.

Já a emenda apresentada pelo nobre Senador Mendonça Clark está perfeitamente de conformidade com a ponderação final que há pouco fiz a S. Ex.^a, em aparte, quando, até usando sarcasmo se apresentasse uma emenda de ironia, afirmei que S. Ex.^a estaria da prorrogação a Lei do Inquilinato e outra dizendo que não se revogariam quaisquer disposições em contrário, isto é, que S. Ex.^a não prorrogaria a referida Lei e apenas aumentaria os alugueis, como acaba de revelar, através da emenda que propôs.

Estou certo de que a conclusão do Senado, emitida a hora que tivemos, de angústia para todos os lados, não acolherá esta emenda, que deverá ser rejeitada. Não é possível que a atual proposta elaborada com fins tão realistas pelo nobre Senador Afonso Lages, não acolhida para emenda absolutamente incoerente, incompatível com a realidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão do Projeto com as emendas. (Pausa).

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Solicito do nobre Senador Jefferson de Aguiar, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que designe relator para as emendas, de vez que não se encontra no Plenário o Senador Lourival Fontes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, designo relator o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ — Sr. Presidente, confesso não estar a par da matéria, razão por que solicito que o nobre Senador Jefferson de Aguiar designe outro relator.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, indico o nobre Senador Milton Campos.

O SR. MILTON CAMPOS — Também não estudei a matéria, pelo que sugiro que o nobre Senador Jefferson de Aguiar tome a si a incumbência de relator o Projeto.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, os membros da Comissão de Constituição e Justiça por mim indicados declaram não conhecer a matéria em debate. Assim, na qualidade de Presidente desse órgão técnico e não podendo designar o nobre Senador Afonso Lages, autor da proposição, relatarei o Projeto e as emendas.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 16, de 1962, prorroga até 30 de julho de 1965 a vigência da Lei número 1.330, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Emendas foram apresentadas e, a de nº 1, estabelece que nas locações para fins comerciais ou industriais, o locador poderá cobrar do locatário, além das coisas de luz, água e aquecimento, as despesas de condomínio o prêmio de seguro contra fogo e os tributos que incidam sobre o imóvel, mediante comprovação.

Dono parecer favorável a essa Emenda por se tratar, exclusivamente, de locações para fins comerciais ou industriais. Aliás, o Decreto número 21.150, e leis posteriores, autorizam essa cobrança, em alguns casos sem aplicação do seguro contra fogo e outros tributos que incidam sobre o imóvel, mediante comprovação.

A Emenda nº 2 estabelece que o locatário, na locação de imóvel residencial, poderá cobrar do locatário, além das taxas de serviços municipais, as contribuições referentes ao fornecimento de água, luz e aquecimento, a majoração de tributos havida posteriormente a 31 de dezembro.

bro de 1941, bem como, em se tratando de condomínio, as cotas imputadas ao condomínio, desde que exibidos os comprovantes.

Justificando a Emenda, diz o autor:

Lê:

Com a introdução entre nós do sistema da propriedade horizontal, constituindo, nos edifícios de apartamentos, cada um destes uma propriedade autônoma, as despesas realizadas por todos os proprietários com a conservação, limpeza e outros gastos referentes às partes comuns dos mesmos edifícios passaram à designação de despesas de condomínio.

O Decreto nº 5.481, de 25 de junho de 1928, art. 8º, conceitua como despesas comuns as decorrentes de serviços que interessam a todos os moradores, exemplificando, entre outros, as seguintes: — esgotos, água, iluminação, telefone, elevador, asseio, desinfecção, vigilância interna e portaria.

A Lei nº 1.300, de 1950, artigo 8º, permitia fossem imputadas ao locatário tais despesas, adotando critério razoável e justo, pois tal como se dá com as taxas d'água e de saneamento, as mesmas dizem respeito ao uso do imóvel.

Acontece que a Lei nº 1.462, de 26 de outubro de 1951, ao dar nova redação ao art. 8º da Lei nº 1.300 eliminou a expressão "despesas de condomínio", circunstância que impediu a partir da data da sua vigência a cobrança daquela parcela.

Tal situação permaneceu até o advento da Lei nº 3.844, de 15 de dezembro de 1950, que veio permitir pudessem ser cobradas do locatário as despesas realizadas com o pagamento dos vigias, de limpeza, força e luz.

A disposição contida no artigo 2º da citada Lei nº 3.844 é, porém, de difícil aplicação nos casos de edifícios de apartamentos, vez que as cotas de condomínio compreendem não só as referidas naquele artigo mas outras relativas à utilização comum do imóvel. O processo inflacionário vem, continuamente, determinando um acréscimo das despesas de condomínio sem que ao locador seja possível cobrá-las de quem se acha no uso do imóvel.

O SR. LOPES DA COSTA:

Realmente, como está bem justificado, impedindo-se a majoração dos alugueis o locador se vê na contingência de ter absorvido os rendimentos pela exasperação dos ônus imputados ao proprietário do imóvel pelas despesas sempre crescentes do condomínio. Por conseguinte, não parecer favorável às emendas 1 e 2.

A emenda nº 3 estabelece que os alugueis de imóveis até 1965 poderão ser majorados até 5 vezes a soma total dos impostos, taxas e despesas de condomínio que incidirem sobre a unidade arrendada. Verificou-se que a emenda altera substancialmente a intenção exposta no projeto e nas emendas que relatei favoravelmente, às de ns. 1 e 2, permitindo que até 5 vezes o valor das despesas ocasionais com pagamento de impostos, taxas e despesas de condomínio, possam constituir majoração do rendimento do imóvel arrendado.

A emenda desfigura o projeto, tornando nula qualquer possibilidade de proteção ao locatário pressionado pelas contingências econômico-financeiras que a conjuntura inflacionária lhe impõe. Por conseguinte, sou pela rejeição da emenda nº 3, de autoria do Senador Mendonça Clark.

E' o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável ao projeto às emendas 1 e 2, rejeitando a de nº 3.

Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa para dar parecer em nome da Comissão de Legislação Social.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, são duas as emendas apresentadas pelo Senador Afrânio Lages ao Projeto de Lei número 1.300, que prorroga a Lei do Inquilinato até 30 de junho de 1963.

Como relator do referido projeto e agora dessas emendas, nada tenho a opor às mesmas, pois visam amparar, no mínimo, os locadores, de certas injustiças praticadas contra os proprietários.

A emenda nº 3, apoiando o parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça, também opino desfavoravelmente, embora sabendo que, na grave inflação em que se debate o País essa majoração viria equilibrar em parte, o desajuste entre o aluguel atual e o de 1955.

Deixo, portanto, de dar parecer favorável, transferindo ao Plenário o critério de examinar mais detidamente a matéria. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1962

Prorroga a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950, (Lei do Inquilinato), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de julho de 1963, a vigência da Lei número 1.300 de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1962.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação as Emendas nº 1 e 2, com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Os Senhores Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Estão aprovadas.

Em votação a Emenda nº 3, com parecer contrário das Comissões.

O SR. MENDONÇA CLARK — Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador). — Sr. Presidente desejo fazer uma única observação ao Plenário.

Respeito os pronunciamentos das duas Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, porém ambos os eminentes pareceristas deixaram de mencionar que minha emenda se refere aos alugueis até 1955. S. Exas. em seus pareceres dão a impressão de que minha emenda abrange os alugueis até 1962.

Minha emenda repito, diz respeito a alugueis congelados de 1935 a 1955. (Muito bem).

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, citado pelo nobre colega como parecerista da proposição subsidiária, que-

ro assinalar que li integralmente, a emenda de S. Excelência.

Referindo-me à expressão restritiva "alugueis de 1955", devo assinalar que leis posteriores determinaram reajustamentos dos alugueis antigo.

Penso que cometeremos talvez, injustiça, protegendo aqueles que estão submetidos ao complexo inflacionário na forte pressão da hiperinflação maligna a que nos submetemos, a exacerbar ainda mais as contingências em que nos encontramos através de concessões em favor de muitos que têm o favoritismo da fortuna e que podem, portanto, ter uma vida tranquila e feliz.

Eu mesmo, Sr. Presidente, me submeterei à rejeição da emenda, não me locupletando com a majoração dos alugueis. Assim, muto-me pessoalmente, para atender a uma coletividade que merece essa assistência a fim de que possamos conquistar, também um pouco de paz e tranquilidade sociais. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 3.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

Discussão, em turno único da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 348, de 1962, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1950, que dispõe sobre a medição e demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas.

Em discussão a redação final. Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' a seguinte a redação final aprovada.

Parecer nº 348, de 1962

Redação do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1950 (nº 489-B na Casa de origem).

Relator: Sr. Alô Guimarães.

A Comissão apresenta a redação da Lei da Câmara nº 245, de 1950 (nº 489-B-59, na Casa de origem), que dispõe sobre a medição, demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas.

Sala das Sessões em 7 de agosto de 1962. — Sérgio Marinho, Presidente. — Alô Guimarães, Relator. — Padre Calazans. — Lourival Fontes.

ANEXO AO PARECER Nº 348, DE 1962

Redação final do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1950 (número 489-B-49, na Casa de origem).

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Regula a aplicação do artigo 216 da Constituição Federal que dispõe sobre a posse das terras onde se acham, permanentemente localizados os silvícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A aplicação do art. 216 da Constituição Federal é regulada na forma do disposto na presente lei.

CAPÍTULO I

Terras dos Índios

Art. 2º Consideram-se terras de propriedade dos silvícolas ou índios, cuja posse e domínio são assegurados pela presente lei:

I — aquelas em que vivem atualmente e em que, primariamente, habitavam hordas, nações ou grupos indígenas;

II — aquelas que tenham sido ou venham a ser concedidas, doadas, cedidas ou reservadas, a qualquer título, tanto por particulares como por governos, para o estabelecimento de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, desde que estes ou seus sucessores, se encontrem nessas terras;

III — aquelas em que habitam hordas, tribos, nações ou grupos de indígenas, embora tenham sido adquiridas por particulares, a qualquer título, contanto que a localização dos primitivos indígenas nas mesmas, adicionada à de seus sucessores, tenha sido feita de maneira ininterrupta, por tempo superior, a 20 (vinte) anos.

§ 1º A extensão das áreas a que se refere o item I deste artigo será determinada pelo Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) que procederá em cada caso, de acordo com o estado social, recursos, maneira de prover a subsistência e provável desenvolvimento e expansão da horda, tribo, nação ou grupo indígena.

§ 2º A extensão das áreas a que se refere o item II deste artigo será designada nos documentos dessas concessões, doações, cessões ou reservas com os respectivos limites.

§ 3º A extensão das áreas a que se refere o item III deste artigo será limitada tendo em conta a efetiva ocupação e localização dos indígenas.

Art. 3º O Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) procederá a uma revisão da situação dos índios em relação à propriedade das terras por eles ocupadas ou necessárias a seu estabelecimento definitivo, a fim de tomar as providências que assegurem, a cada grupo indígena local, na forma estatuída por esta lei, um Território Tribal, adequado ao provimento de sua subsistência e provável desenvolvimento.

Art. 4º O Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) poderá declarar "Reservas Indígenas" interditadas à penetração, sob qualquer pretexto, a não ser com autorização expressa do mesmo Serviço, os territórios ocupados ou regiões percorridas por horda, tribo, grupo ou nação indígena arrelia ainda em fase de atração até que, realizada esta, sejam determinadas a localização e extensão do Território Tribal a ser demarcado para estabelecimento desses índios, como seu patrimônio, de acordo com o disposto nesta lei.

Art. 5º O Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) deverá entrar em entendimento com os governos estaduais para que cedam as áreas de terras devolutas de propriedade desses Estados que se tornarem necessárias ao estabelecimento de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, ou para compensações justas e equitativas a particulares que, mediante acordo amigável, tenham cedido terras de seu domínio necessárias ao estabelecimento de índios localizados nas mesmas, excetuadas, porém, as de que trata o item III, do art. 2º desta lei.

Capítulo II

Direito, Gêzo, Administração e Inalienabilidade das Terras dos Índios

Art. 6º Os Territórios Tribais bem como as Reservas Indígenas serão administradas pelo Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) que da pes-

Art. 23. Todos os processos, quer administrativos quer judiciais, promovidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) para a regularização da propriedade territorial indígena, para quais forem, inclusive os relativos títulos, serão isentos de selos, taxas judiciais, emolumentos e custas de qualquer espécie devidas a magistrados e serventuários da Justiça, inclusive os que se fizerem necessários nos respectivos officios e cartórios e, assim, indenizações a testemunhas.

A Comissão apresenta a redação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 189 de 1955, nº 1.664 de 1956, na Casa de origem, que estabelece as proventos de aposentadoria e reforma, motivadas por cardiopatia.

emendas do Senado ao Projeto de Lei

A Comissão apresenta a redação fi-

abilidades pelas autoridades alfandegárias.

degrarias a gozar das regalias atribuídas aos paquetes. Tais navios pagarão o imposto de que se trata unicamente nos dois primeiros portos em que derem entrada, tanto na viagem de direitura, como na de torna-viagem, quando receberão certificado que servirá de prova nos demais portos.

§ 4.º Considera-se viagem de direitura a que a embarcação realizar até dar entrada, por inteiro, no porto de destino; a torna-viagem é o regresso do navio saído do porto onde tinha dado entrada por inteiro.

§ 5.º Se houver alteração na rota e a embarcação for, em primeiro lugar, no porto de destino, a entrada neste porto é considerada o fim da viagem de direitura e a saída será a to torna-viagem.

Art. 2.º O imposto referido nesta lei não incidirá:

§ 1.º Sobre as embarcações estrangeiras arribadas ao Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

§ 2.º Sobre as embarcações estrangeiras que, saídas de um porto haja-m pago o imposto, tocarem ou de-rem entrada em outro do mesmo Estado, ou regressarem ao mesmo porto donde tinham saído por motivo de arribada ou força maior.

§ 3.º Sobre as embarcações estrangeiras arribadas por motivos humanitários, de salvação de vidas, para aquisição de medicamentos, água, víveres, material de custeio, reparos necessários, desembarque de naufragos ou doentes, não realizando receita no porto.

§ 4.º Sobre as embarcações de instrução ou de guerra, desde que não façam operação de carga ou descarga, e sobre os navios que conduzirem expedição científica, sempre que não façam operações de comércio.

§ 5.º Sobre as embarcações de lotação inferior a 1.000 (mil) toneladas de carga.

Art. 3.º A Lei Orçamentária incluída, anualmente no anexo do Ministério da Marinha (Verba 3.0.00.

— Desenvolvimento Econômico e Social — Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento: Subconsignação 3.1.09 — Fundo Naval), parcela correspondente ao produto do imposto de faróis, com destinação específica para a construção e manutenção do balizamento marítimo e fluvial, a cargo da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E' o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 3.733, DE 1963, NA CÂMARA

(N.º 3.733, DE 1963, NA CÂMARA)

Altera o imposto de faróis fixado no Decreto-Lei n.º 5.408, de 14 de abril de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os navios estrangeiros que demandarem os Portos do Brasil, precedentes de portos estrangeiros ou nacionais, com carga ou em lastro, conduzindo passageiros ou não, arribados ou em franquia, ficam obrigados ao pagamento do imposto de faróis, na importância de Cr\$ 10.000.00 (dez mil cruzeiros).

Parágrafo único. Esse imposto será devido tantas vezes quantas forem as entradas que derem ditos navios em qualquer porto nacional, tanto na viagem de direitura como na torna-viagem.

Art. 2.º O imposto referido nesta lei, não incidirá:

§ 1.º Sobre as embarcações estrangeiras arribadas ao Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

§ 2.º Sobre as embarcações estrangeiras, que saídas de um porto onde

haja-m pago o imposto, tocarem ou darem entrada em outro do mesmo Estado ou regressarem ao mesmo porto donde tenham saído por motivo de arribada ou força maior.

§ 3.º Sobre as embarcações estrangeiras arribadas por motivos humanitários de salvação de vidas, para aquisição de medicamentos, água, víveres, material de custeio, reparos necessários, desembarque de naufragos ou doentes, não realizando receita no porto.

§ 4.º Sobre as embarcações de instrução ou de guerra, desde que não façam operação de carga ou descarga, e sobre os navios que conduzirem expedição científica, sempre que não façam operação de comércio.

§ 5.º Sobre as embarcações de lotação inferior a 1.000 (mil) toneladas de carga.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1962 (n.º 1.474-B-39, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interesse concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Fausto Cebral, tendo: Parecer favorável, sob n.º 359, de 1962, da Comissão de Finanças).

Em discussão o projeto (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer como se encontram (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 31, DE 1962

(N.º 1.474 de 1962, na Câmara)
Autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel da União à Prefeitura Municipal de Maranguape, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Maranguape Estado do Ceará, o prédio em que funcionava a Sociedade Artística Maranguapense, situada naquela cidade, à Rua Major Agostinho, esquina com a rua Afro Campos, medindo 7 m e 40 cm de frente por 75 m e 90 cm de fundos.

§ 1.º — A Prefeitura de Maranguape procederá, no prazo de um ano, a contar do recebimento do imóvel, a sua remodelação, a fim de que nele seja instalada a biblioteca municipal e outros serviços da edilidade, e bem assim aqueles que, mediante entendimento com a União, também possam ali funcionar.

§ 2.º — O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da União independente de qualquer indenização, se no prazo estabelecido, não estiver remodelado e nele funcionando a biblioteca municipal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

No expediente foram lidos requerimentos que devem ser votados nesta sessão.

Em votação o Requerimento 478, pelo qual os nobres Senadores Daniel Krieger e Jefferson de Aguiar solicitam, nos termos do art. 330 letra c do Regimento Interno, urgência espe-

cial para o Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1962.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer como se encontram. (Pausa).

Está aprovado.
Em consequência, passa-se imediatamente à apreciação da matéria.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra pelo ordem o nobre Senador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, no início da sessão foram lidos dois requerimentos. Agora, V. Ex.ª submete-os à aprovação na ordem em que foram lidos ou alterou essa ordem? Salvo engano, foi lido primeiro o requerimento de urgência para o projeto Anti-truste. — Pediria a V. Ex.ª que examinasse a questão.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência informa ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho que os requerimentos foram apresentados na ordem em que no momento estão colocados: em primeiro lugar foi apresentado o requerimento de urgência para o projeto que dispõe sobre a cédula única, e em segundo lugar o requerimento de urgência para o projeto de lei que regula a repressão ao abuso do poder econômico.

Foi lido em primeiro lugar o requerimento de urgência para o projeto de repressão ao abuso do poder econômico; entretanto a ordem de entrada desses requerimentos é aquela que no momento está sendo anunciada.

A circunstância de ter sido lido em primeiro lugar um requerimento não retirou aos autores do outro requerimento a precedência que possui na apresentação do mesmo.

Passa-se à apreciação do projeto de lei que se refere o requerimento recém-aprovado.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço conste da Ata que de acordo com a informação prestada pela Presidência da Mesa, os requerimentos foram lidos no início da sessão, primeiro o de urgência para o projeto que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e depois o requerimento de urgência para o projeto que modifica a lei da cédula única.

Se assim foram lidos, presumo, com razão, que esta teria sido a ordem da apresentação à Mesa.

Somente agora, com o esclarecimento prestado pela Presidência, pude saber que a entrada dos requerimentos foi diversa da anunciada.

Conformo-me, Sr. Presidente com a orientação dada pela Presidência mas peço conste da Ata que a Mesa observou critério diferente na ordem estabelecida pela leitura do segundo requerimento, o que tem muita importância dado que o Regimento estabelece limite quanto ao número de apresentação e votação de requerimentos de urgência na mesma sessão.

O SR. PRESIDENTE:

A declaração do nobre Senador Aloysio de Carvalho constará da Ata. — O Sr. Aloysio pede desculpas ao Plenário por não ter sido lido pelo Senhor

2.º Secretário o requerimento que deu entrada em segundo lugar na Mesa por um natural equívoco da Presidência, que o fez evidentemente sem qualquer intenção de prejudicar os seus autores. Mantive, entretanto, para a votação, a ordem de entrada na Mesa.

Tem a palavra o nobre Senador Afrânio Lages, Relator da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 131 de 1962 "introduz alterações na Lei número 4.109, de 27 de junho de 1962, e dá outras providências".

A referida Proposição pretende corrigir a citada Lei n.º 4.019, de 27 de julho de 1962, que institui a cédula única também para as eleições proporcionais e dá outras providências. Foi a referida Proposição formulada na Câmara dos Deputados, visando a atender a uma situação que se apresentava muito séria, diante das informações e pronunciamentos dos Presidentes do Superior Tribunal Eleitoral e de alguns Tribunais Regionais Eleitorais, no sentido de que a Lei número 4.109, como havia sido votada, impossibilitaria a adoção da cédula única nas próximas eleições de 7 de outubro.

Outras providências, além da parte referente a cédula única, adotou o Projeto de Lei n.º 131, com o que diz respeito às Seções Eleitorais existentes, circunstância esta objeto de críticas dos Juizes eleitorais, no sentido de que tornaria quase impraticável a adoção, porque estava prescrita na aludida Lei.

Diante deste fato, somos forçados a reconhecer de suma gravidade, para o País, o adiamento das eleições marcadas para o dia 7 de outubro, que traria consequências imprevisíveis, a ponto de afetar a ordem pública e talvez até o próprio regime democrático.

Na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, não encontrando nada, no projeto de lei da Câmara n.º 131, de 1962, que o eivasse de inconstitucional, e sua juridicidade também se apresentando sem qualquer dúvida opinio favoravelmente a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, para emitir parecer pela Comissão de Finanças.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para emitir parecer) (Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, avoco o Projeto para dar parecer.

O Parecer da Comissão de Finanças restringe-se apenas ao art. 14, do Projeto, assim redigido:

Art. 14. Para ocorrer às despesas com as eleições de 1962, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao referido Tribunal.

A Comissão de Finanças do Senado não poderia negar a sua aprovação a crédito desta natureza, porque é indispensável à elaboração das cédulas e ao atendimento às despesas com as eleições.

Nenhuma importância, no regime democrático, será gasta com maior proveito para a defesa das instituições, do que esta que propiciará a verdade do voto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Os pareceres são favoráveis.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Brasília, 15 de agosto de 1962

Eminente Senador Auro Moura Andrade,

DD. Presidente do Senado Federal.

Estando submetido à deliberação dessa Alta Câmara o projeto que regula o uso da cédula oficial nas eleições majoritárias e proporcionais de que fui, na Câmara dos Deputados, o coordenador junto às lideranças dos diversos partidos e comissões técnicas, cumpre-me rogar-lhe faça retificar a publicação do respectivo avulso, no sentido de que se leia, no elenco de requisitos da cédula, "desacompanhado do suplente correspondente", em lugar de "acompanhado do suplente correspondente".

Com os protestos de minha consideração. — *Oliveira Britto*.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(*Para uma questão de ordem. Não foi revisto pelo orador.*) — Senhor Presidente, aceito que V. Exa. informe ao Plenário qual a consequência que a Mesa vai atribuir a carta que acaba de ser lida.

Essa carta me parece não representar uma retificação em ordem. Não é uma retificação seria. O texto do projeto que vai entrar em discussão declara que "constarão da chapa" os nomes dos candidatos a Senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente.

Segundo entendo, pelos termos da carta este inciso ficará redigido do seguinte modo: "Os nomes dos candidatos a Senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente..."

Chega a ser ridículo, Senhor Presidente. E eu lavo meu protesto contra essa maneira de se modificar um projeto no Senado da República!

O SR. PRESIDENTE:

Em resposta à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho informo que existe emenda na Mesa para atingir o mesmo objetivo que foi solicitado pelo ofício que acaba de ser lido.

O SR. BARROS DE CARVALHO:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Antes de conceder a palavra a Vossa Excelência, a Mesa explica que o ofício solicitando retificação da redação e consequência do disposto no art. 3º do projeto, em que se declara que o voto dado a candidato a Senador entender-se-á dado também ao suplente correspondente.

Sendo o voto dado ao Senador, voto dado também ao suplente, resultou no entendimento de que o suplente não é, na verdade, submetido à votação. O entendimento das expressões contidas no artigo 2º, que se refere aos requisitos da cédula, na letra "b", onde está escrito — "os nomes dos candidatos a Senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente" — desde que, pelo art. 3º, o suplente respectivo não seria votado, é o de que os nomes dos candidatos a Senador deverão estar desacompanhados dos respectivos suplentes.

Por esta razão o coordenador desta matéria na Câmara dos Deputados ofereceu os esclarecimentos que aca-

bam de ser lidos, no sentido de que se coadunasse a redação da letra b do art. 2º com aquilo que é desejado expressamente pelo art. 3º.

Entretanto, na previsão de que algum Senador tomasse a redação a ser atribuída ao projeto como modificação não desejada pela Casa, há sobre a mesa emenda para ser submetida à apreciação do Plenário. Caso o Plenário não aceite a retificação proposta apenas quanto à redação, será posta a votos a emenda modificando o dispositivo; sendo aprovada, voltará o projeto à Câmara e, sendo rejeitada, irá o Projeto à sanção.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Barros Carvalho.

O SR. BARROS DE CARVALHO:

(*Para uma questão de ordem. Não foi revisto pelo orador.*) — Sr. Presidente, pretendia argumentar precisamente com as palavras explicativas que V. Exa. ofereceu, sobre o ofício que foi remetido pela Câmara ao Senado.

Realmente, a redação do art. 2º, letra a, não fica perfeita com a expressão "cada qual".

Mas, é evidente que aquela do artigo 3º, item I esclarece perfeitamente o ofício que veio da Câmara. De maneira que aceito as explicações de V. Exa., perfeitamente razoáveis (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Emendas que vão ser lidas pelo Senhor 1º Secretário.

São lidas e aplaudidas as seguintes:

EMENDA Nº 1

Art. 2º, n. I alínea b.

1) Suprimam-se as seguintes palavras:

"... cada qual acompanhado do respectivo suplente ou nomes de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante".

2) Consequentemente:

Acrescente-se, onde convier, uma alínea, assim redigida:

— os nomes dos candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante.

Justificação

Esta emenda tem por fim destacar em dois itens a matéria da alínea b do n. I do artigo 2º. A parte inicial dessa disposição diz respeito a eleição majoritária (de Senador) ao passo que a parte final se refere a eleição proporcional (deputados).

São matérias distintas que não podem figurar reunidas no mesmo item.

Sala das Sessões, em 15-8-1962. — *Guido Mondin*.

EMENDA Nº 2

1) Acrescente-se onde convier:

"Nos eleições para o Senado Federal o nome do candidato será votado acompanhado a Justiça Eleitoral para o seu suplente diploma, em que se incluirão as seguintes expressões:

"Suplente de Senador que obtiver votos".

Substitua-se no modelo 1 o anverso pelo seguinte:

Justificação

No atual sistema eleitoral o suplente não concorre à eleição, mas apenas o candidato a Senador. Não importa qual seja a votação do suplente a eleição do candidato a Senador — que faz surgir a figura do suplente — não é mais indicada através do sistema eleitoral para essa função. Por isso obter votação superior a todos os de-

mais suplentes e não ver consubstanciada a sua situação, pela circunstância a não haver sido eleito o candidato de quem era suplente.

Sala das Sessões, em 15-8-1962. — *Guido Mondin*.

EMENDA Nº 3

Art. 3º:

Suprima-se o inciso I do sétimo artigo.

Justificação

O n. I do art. 3º, disposto sobre eleições nos Territórios, inclui as do Senador, o que implicaria em várias situações extra-constitucionais e daria margem a controvérsias quanto à aplicação, com a admissão da possibilidade de se elegerem representantes dos Territórios no Senado.

Sala das Sessões, em 15-8-1962. — *Guido Mondin*.

EMENDA Nº 4

Exclua-se do art. 1º as seguintes expressões:

"Reservado o disposto no art. 10 e seus parágrafos da Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962", citada, substituindo-se a expressão "pela presente lei" por "nesta lei".

Justificação

A ressalva contida no artigo primeiro é discriminatória, devendo o processo nela instituído abranger todo o Território nacional.

Excluído o texto a ressalva iniqua e contraditória não se poderá incluir no preceito a palavra "cidade".

Melhor se ajusta à técnica legislativa a expressão *nesta lei* do que a proposição *pela presente lei*.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1962. — *Jefferson de Aguiar*.

EMENDA Nº 5

Os artigos 16 e 17 (*caput*) terão a seguinte redação:

Art. 16. O parágrafo único do artigo 14 da Lei número 4.109, de 27 de julho de 1962, vigorará com a seguinte redação:

Art. 17. O art. 65 da Lei número 3.550, de 23 de julho de 1955, vigorará com a seguinte redação:

Justificação

Parece-me que as emendas apresentadas ao projeto, na sua tramitação na Câmara dos Deputados, foram transplantadas integralmente para o texto aprovado afinal, sem qualquer modificação, na aprovação da redação final do vencido.

Dai a emenda, que restabelece no texto aprovado a consagração das emendas aprovadas, segundo a melhor técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1962. — *Jefferson de Aguiar*.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto, com a proposta de retificação redacional, e as respectivas emendas.

O SR. PAULO FENDER:

(*Sem revisão do orador.*) — Senhor Presidente, ao discutir este Projeto, não posso deixar de assinalar, com certa melancolia, a discriminação que se faz na votação entre Deputados e Senadores, isto é, entre eleições majoritárias e eleições proporcionais.

Para votar em Senador basta o leitor saber ler. Para votar no critério proporcional é preciso saber ler e escrever. Não importa que se escreva o prenome, não importa que se escreva o cognome, o que importa é que o eleitor escreva. E para a eleição de Senador basta que o eleitor assinie e ao lado do nome em quem quer votar o sinal característico do voto.

É uma discriminação, Senhor Presidente, contra a qual me insurgi nesta tribuna porque me bate pelo voto do analfabeto. E toda discriminação que implique em complicar o voto, em

distinguir o analfabeto do alfabetizado, encontrará da minha parte o mais formal protesto.

Nada posso fazer, Senhor Presidente, nem me caberia, licitamente, lançar mão de recursos obstructionistas que visem a retardar a tramitação do projeto porque, dos males o menor. Este é um mal menor. Com ele me conformo porque, do contrário, — reconheço — não haveria tempo material para que se processassem as eleições.

Senhor Presidente, assinalo este ponto a fim de que conste dos nossos Anais a odiosa discriminação, em nome do Movimento Trabalhista Renovador.

Por outro lado, Senhor Presidente, congratulo-me com os Senhores Deputados pela elaboração do art. 13, que fiscaliza, de maneira real, a apuração do pleito.

Desta tribuna, fiz um apelo, até à Justiça Eleitoral, no sentido de que nenhuma apuração subsequente fosse feita sem que a imediatamente anterior estivesse perfeitamente concluída, isto é, ata lavrada e mapa elaborado.

O art. 13 oferece o remédio que, desta tribuna propus, ignorando estivesse sendo elaborado na Câmara dos Senhores Deputados.

Apelo, também, aos nobres eclegas, no sentido de que rejeitem as emendas e se conformem com o critério encontrado pela Câmara dos Deputados, que oficiou à Presidência da Casa nos termos que acabamos de ouvir e apenas coloca a questão do Suplente na cédula de Senador em termos de emenda de redação, isto é, a palavra "acompanhado" seria substituída pelo vocábulo "desacompanhado".

O fim será atingido de qualquer forma, quer aceitemos a retificação que a Câmara mesma nos propõe — e a responsabilidade, neste caso, é da outra Casa do Congresso Nacional; quer aceitemos as emendas retificadoras. Mas, se aceitarmos as emendas retificadoras, correremos o risco de retardar a tramitação do projeto. Para evitar esse retardamento, a solução será aceitar a retificação da Câmara dos Senhores Deputados, nos termos em que o faz.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (*Pausa*).

Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, declarou encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo as emendas.

O projeto está sendo votado com a proposta de retificação de redação da letra b do art. 2º. Solicito o parecer das Comissões competentes.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra pela ordem o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(*Pela ordem. Não foi revisto pelo orador.*) — Senhor Presidente, pedi a palavra para solicitar um esclarecimento: se o Plenário aprovar o projeto com a retificação da Câmara dos Deputados, ficam prejudicadas as emendas?

O SR. PRESIDENTE:

As emendas ficariam na sua matéria prejudicadas, porque se referem ao mesmo assunto.

Apenas prevaleceria uma emenda de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar, tipicamente de redação. Trata-se de equívoco de redação no projeto original.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Senhor Presidente, seria mais ou menos a mesma emenda de redação?

O SR. PRESIDENTE:

Não haveria emenda porque o objetivo que pretende ser alcançado pela emenda estaria realizado com a votação da emenda, salvo com a rejeição da Câmara dos Deputados.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Muito obrigado a V. Ex., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para designar relator.

O SR. JEFFERSON DU AGUIAR:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, designo o nobre Senador Afrânio Lages para relatar as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Afrânio Lages para relatar as emendas.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

Sr. Presidente, os Pletos foram recebidos e as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Art. 2º, nº I, alínea b.
Supraumentando as seguintes palavras:

"... cada qual acompanhado do respectivo suplente ou nome de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas representante".

Consequentemente, acrescentando, no inciso I, do Art. 2º, a seguinte redação:

"... os nomes dos candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas representante".

Justificação

Esta emenda tem por fim destacar, em dois itens, a matéria da alínea b do nº I do artigo 2º, a parte inicial dessa disposição diz respeito a eleição majoritária (de senador ou de deputado federal) e a parte final refere-se à eleição proporcional (deputados).

Seu propósito é distinguir que não podem eleger senadores os mesmos itens.

Sr. Presidente, embora não podendo ocorrer o caso de constitucionalidade da emenda, na qualidade de relator da Comissão de Constituição e Justiça não posso deixar de manifestar-me quanto à sua conveniência, desde que a supressão pretendida, bem como o propósito, vá eliminar da cédula o nome do Suplente, o que já vem sendo feito há algum tempo. A disposição da cédula é hoje muito mais favorável ao permitindo ao eleitor qualquer escolha, já que o nome do Suplente está colocado ao lado do do candidato a Senador, quem votar no Senador votará, necessariamente no seu Suplente.

Há ainda um aspecto a considerar: a permanência do nome do Suplente representando, naturalmente, uma interferência no próprio candidato a quem, concorrendo em uma eleição, deseja seja seu nome eleito de constituição, embora seus votos sejam os mesmos atribuídos ao candidato a Senador.

Além do mais, o nome do Suplente, em determinadas circunstâncias, pode ser usado para fins de propaganda política. Muitos votos ao eleitor se inclinam a votar em determinado candidato a Senador por saber que seu Suplente é pessoa de sua confiança, ou porque sua simpatia. Também se dá o caso de o eleitor votar no Suplente por não conhecer o nome do candidato a Senador, quando verifica que, além do candidato, estará também votando um Suplente, a quem, de forma alguma, não conhece, dar seu voto.

O Sr. Milton Campos — V. Exa. Estou aqui?

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tambores):

— Lembro aos nobres Senadores que o Senador Afrânio Lages está, no momento, relatando o Projeto e não são permitidos apertes. Oportunamente, o nobre Senador Milton Campos poderá ocupar a tribuna para discutir o Projeto.

O Sr. Milton Campos — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. AFRÂNIO LAGES — Sr. Presidente, da maneira como está redigido o Art. 2º, inciso I, letra b, o eleitor naturalmente poderá contar, desde que figure na cédula também o nome do Suplente, com os elementos necessários a preferir o voto de acordo com sua consciência. Assim como Relator da Comissão de Constituição e Justiça sou contrário a Emenda nº 1, pelos motivos já expostos.

Consequentemente, a Emenda nº 2 não merece meu apoio, pois dá respeito à Emenda nº 1, a qual está intimamente entrelaçada.

A Emenda nº 3 manda suprimir o inciso I do Art. 3º, assim redigido:

I — O eleitor assinalará os quadriculados correspondentes a seus candidatos a governador, vice-governador, senador e deputado federal nos Territórios que só elegem um representante de qualquer modo que torne expressa a sua intenção de apoiar os nomes de sua preferência. O voto dado ao candidato a senador, bem assim a deputado federal nos Territórios que só elegem um representante, entender-se-á dado também ao suplente correspondente.

A Emenda nº 3 também está intimamente ligada às duas outras, com as quais me pronunciei, de modo que ainda quanto a esta meu parecer é no sentido de que seja rejeitada.

A Emenda nº 4 de autoria do nobre senador Jefferson de Aguiar, manda excluir do Art. 1º, as seguintes expressões: "Reservado o disposto no Art. 10 e seus parágrafos, da Lei nº 9.119, de 27 de julho de 1962, "entenda", substituindo-se a expressão "pela presente lei" por "nesta lei".

Esclareço o autor da Emenda que a ressalva no Art. 1º é discriminatória, devendo o processo nela instituído abranger todo o território nacional, atendido o texto a ressalva e a única contradição não se poderia incluir no preceito a palavra "cidade".

Na qualidade de relator, voto contra esta Emenda. O assunto de que trata foi debatido na Senado, na oportunidade em que votamos a Lei nº 4.108 e razões ponderáveis nos levaram a rejeitar as emendas que mandavam entender a cédula única a todo território nacional.

Não vejo, portanto, como se possa considerar conveniente ascender, a esta altura, a cédula única a todo território nacional. Se adotada, naturalmente, motivos de alta monta impediriam que as eleições se realizassem a 7 de outubro.

Parece mais conveniente que o Projeto seja enviado ao corpo voto da Câmara e mais tarde, após as eleições de 7 de outubro, ou mesmo agora, qualquer Senador apresente projeto de lei instituído a cédula única em todo o território nacional, mas para eleições que se realizarem depois de 7 de outubro, já não poderia.

A última emenda, de autoria do nobre Senador Jefferson de Aguiar, é de caráter administrativo e não toca no Projeto na sua natureza.

Procedo apenas corrigir erro no texto do Art. 17.

Naturalmente, a Comissão de Relatores e a Comissão de Deputados elegerão o Sr. Milton Campos para o Art. 17, tornando-o de caráter administrativo. Não toco, portanto, no conteúdo da matéria a ser votada.

Comissão de Constituição e Justiça

— Sr. Presidente, em face do exposto, na qualidade de relator, dou parecer contrário às Emendas de nºs 1, 2, 3, e 4 e favorável à de nº 5, este, tanto como Emenda puramente de redação. E' o meu parecer, (Muito bem).

O SR. MILTON CAMPOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quando há pouco desceji apartar o nobre Senador Afrânio Lages, meu propósito era o de não prolongar os debates. Bem, então, não breve nas minhas palavras, como se estivesse apresentando a V. Exa.

Estou de inteiro acordo com o parecer que o nobre colega acaba de oferecer à Casa. Irei, contudo, em pouco alar, covido apenas pelo escrúpulo de desejar, como sei o desejam todos os Senadores, que as próximas eleições se firam sem qualquer irregularidade. Atenho-me, como ponto de partida, ao texto constitucional, que diz o seguinte: "Substituirá o Senador o Suplente com ele eleito".

Há que eleger, portanto, um Suplente de Senador.

Nestas condições concebo-se que alguém seja eleito sem que seu nome seja apresentado ao eleitorado? Parece-me que seria muito estranho se alguém eleito, em um Plecto sem que o controle do eleitorado se exercesse. Dir-se-á que a Lei determina se condiz o eleito o Suplente do candidato a Senador que obteve a maioria de votos para Senado. Mas ainda aí, existe o controle do eleitorado.

A lei é imperfeita, a meu ver. Mas, agravariamos a imperfeição se suprimissemos da cédula o nome do suplente. O Suplente é o nome que o eleitor examina ao votar; não só pode não o consagrar com a sua preferência, como pode até ser influenciado pela presença do suplente para julgar do merecimento do Senador.

Ora, o suplente é um elemento que vem ao Senado, possivelmente ao Senado, frequentemente ao Senado. Por que, então, deixarmos de mencionar seu nome, a fim de que o eleitor o aprecie devidamente, quando vai votar?

Estas considerações que, como vê o Senado, se inserem no texto constitucional, é que levam a pedir a alteração dos Srs. Senadores e a explicá-lhes pelo menos, que a única razão do meu voto é o receio de que as eleições para o Senado possam até ser consideradas irregulares por não ter figurado, na cédula, o nome de um eleitor. Com franqueza, não concebo que seja eleito aquele cujo nome não foi apresentado ao eleitor. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a discussão.

O SR. AFRÂNIO LAGES:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente pedi a palavra apenas para declarar que sub-reviro inteiramente, as razões aduzidas pelo nobre Senador Milton Campos.

Elevadamente, ao falar de momento, e apanhado de surpresa, aleguei que, sob o ponto de vista constitucional, nada teria a objetar. Mas o nobre Senador Milton Campos trouxe um argumento ponderável, pois, a Constituição federal determina que o Suplente seja eleito com o Senador.

As outras razões apresentadas pelo ilustre colega também são de alta relevância. Diante disto, considero como incorporados ao parecer que prolatel, as brilhantes razões aduzidas pelo nobre Senador Milton Campos.

O Sr. Milton Campos — V. Exa. muito me honra.

O SR. AFRÂNIO LAGES — Era o minha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. VIVALDO LIMA:

Sr. Presidente, passei as vistas, muito rapidamente sobre o projeto, e, acompanhando os debates chego a seguinte conclusão: o Projeto está correto; foi formulado dentro do espírito para atender a uma conveniência em relação ao próximo pleito.

Nas eleições passadas votava-se no senador e no suplente, também, e, a prova é que há inúmeros casos em que a votação deste último, foi baixa, enquanto que a do senador, espetacular.

A Alínea b, do Art. 2º, diz:

b) os nomes dos candidatos a Senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente ou os nomes de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas representante;

E no inciso I, do Art. 3º, diz:

O voto dado ao candidato a senador, bem assim a deputado federal nos Territórios que só elegem um representante, entender-se-á dado também ao suplente correspondente.

Na fórmula da cédula do nome do senador, apenas menciona o nome do suplente. Se o espírito do legislador quisese, também, fazer votar, figurar a votação do suplente, teria de ser tirado, nesse caso, um novo quadriculário, quando, na espécie, implicitamente, está sendo votado juntamente com o senador.

E' necessário, desse modo, que seu nome figure, a fim de que o eleitor, além do mais, possa saber em quem está votando para suplente, considerando que, posteriormente, ele deverá substituir ou suceder o titular.

O Sr. Mem de Sá — Do que já temos exemplo.

O SR. VIVALDO LIMA — E pode, inclusive, verificar-se a hipótese do eleitor deixar de votar no senador por causa do suplente. Esta a razão, portanto, pela qual se torna necessário mencionar o nome do Suplente ao lado do nome do candidato a Senador, porque assim o eleitor ao votar neste, estará votando, também, no Suplente.

Dessa forma, o que consta do Art. 3º, Alínea I está certo, porque apenas confirma, com quase redundância, o que está na alínea b do art. 2º, quer dizer, o nome do Senador não poderá ser desacompanhado do de seu suplente, que de tal modo receberá os mesmos sufrágios, dando-lhe, é claro, honrosa autenticidade.

Tenho a impressão, data vária, de que o Projeto está muito bem formulado e não há razão para que as emendas a ele apresentadas sejam acolhidas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a discussão. (Pausa) Mas nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra declarei encerrada a discussão.

Está encerrada.

Presta-se à votação do projeto, salvo as emendas.

Previamente, votar-se-á o projeto, salvo as emendas, em seguida, consultar-se-á o Plenário sobre se aceita a redação solicitada pelo Ofício procedente da Câmara dos Deputados; e, finalmente, votar-se-á as emendas.

Na votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, salve emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprova-se.

Os Senhores Senadores que consideram que o projeto está bem formulado, não tenham de Ofício procedente da Câmara dos Deputados, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O SR. VIVALDO LIMA:

(Faro que quer fazer o orador) — Não foi revisado pelo orador — Senhor

Presidente, solicita de V. Ex.^a informe-se o Ofício a que V. Ex.^a se refere é da Mesa da Câmara.

O SR. PRESIDENTE:

A leitura do Ofício foi feita. E o Senhor Deputado Oliveira Brito, ao ordenar da matéria junto às lideranças das diversas Partidos e das Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados. Por isso, está encaminhado à consideração da Mesa.

Se no entanto de Ofício da Mesa da Câmara, há outra matéria encaminhada como modificadora.

Esta matéria, embora não tenha sido encaminhada ao Plenário, está sendo encaminhada para a Mesa da Câmara, para que seja encaminhada emenda.

O SR. MEM DE SA:

(Pela ordem) — (Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, minha questão de ordem é neste caso, no sentido de saber se a carta do Deputado Oliveira Brito vale como emenda, o que é complementamente regulamentar, não previsto no Regimento Interno.

O Deputado Oliveira Brito, a quem rendo esta homenagem, com o respeito que me merece, no caso é apenas um Deputado. Foi o coordenador. Pode ser equiparado a um relator. A carta de S. Ex.^a, portanto é apenas uma carta, uma manifestação pessoal. Embora a intenção de S. Ex.^a fosse essa, mesmo que o propósito da S. Ex.^a fosse esse, no momento em que a Câmara votou o que temos que considerar, vindo da Câmara são os autógrafos enviados pela sua Mesa.

A proposta que V. Ex.^a anuncia submeter ao Plenário, a meu ver transforma a carta de um Deputado em verdadeira emenda, porque a nada mais corresponde senão a isso.

Essa carta, modificadora do texto do projeto, equivale a emenda. E até deveria ser considerada, como as emendas apresentadas e aqui relatadas. Seria preciso, neste caso, que houvesse parecer sobre a mesma para sabermos se vale como emenda, porque, de fato, produz efeito de emenda.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores Senadores têm oportunidade de deliberar sobre se consideram necessário retificar a redação da letra b, segundo solicita o Senhor Coordenador junto às lideranças das diversas Partidos e às Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados e também autor do projeto, que solicita do Senado retifique o respectivo avulso no sentido de que se leia na cédula: "desacompanhado do suplente correspondente".

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Senhor Presidente, desejaria saber quais são os termos exatos em que o nobre deputado Oliveira Brito propõe ao Senado a presente emenda modificativa.

O SR. PRESIDENTE — O nobre deputado Oliveira Brito não propõe qualquer emenda ao Senado.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — No caso, propondo da carta de S. Ex.^a V. Ex.^a, a meu ver, o orador não está dando a palavra em favor da emenda, mas sim, está dando a palavra em favor da emenda. Desejo, portanto, saber em que termos está sendo a presente emenda.

O SR. PRESIDENTE — Esta matéria, embora não tenha sido encaminhada ao Plenário, está sendo encaminhada para a Mesa da Câmara, para que seja encaminhada emenda.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Carta!

O SR. PRESIDENTE — E o seguinte o ofício:

(Lê):

Brasília, 15 de agosto de 1962.

Senhor Senador Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Estando submetido à deliberação da Alta Câmara o projeto que regula o uso da cédula eleitoral nas eleições majoritárias e nas eleições proporcionais, de que fui, na Câmara dos Deputados, o coordenador, e as lideranças dos diversos Partidos e das Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, e o propósito de que se leia na cédula: "desacompanhado do suplente correspondente". Com os pleitos de minha consideração, Oliveira Brito.

Como verificam os Srs. Senadores a solicitação é no sentido de considerar a republicação dos avulsos nos termos em que propõe a nova redação.

A Presidência, não podendo aceitar de plano, nenhuma solicitação desse sentido, submete ao Plenário o pedido que faz o coordenador junto às lideranças e às comissões técnicas, e autor do projeto, para que diga o plenário se a Presidência deve ou não retificar os avulsos, diante da circunstância apontada, de contradição entre a redação do Art. 1º e a redação da letra b do Art. 2º.

Esta a questão que está sendo submetida aos Srs. Senadores. Não se está submetendo emenda alguma. O Plenário dirá se a Presidência deve ou não retificar os avulsos, a fim de serem lidos conforme estão publicados ou alterados como solicitado.

O SR. MEM DE SA:

(Pela ordem) — Entendo que o Deputado Oliveira Brito, ao dirigir esta carta, poderia, como se vê de seu contexto, dirigir ao Senado a expressão do que entende deveria ter sido votado; e o pedido, o apelo, a sugestão de S. Ex.^a foi atendida através das emendas apresentadas e sobre as quais as Comissões já se manifestaram.

O alcance da carta do Deputado Oliveira Brito, só poderia ser o de advertir o Senado e solicitar-lhe então...

O Sr. Viraldo Lima — Sugerir.

O SR. MEM DE SA — ... sugerir, propor e corrigir o que não foi votado como deveria ter sido. Esta sugestão, apelo ou proposta foi atendida através de emendas. Não vejo possibilidade de a Mesa submeter ao exame do Plenário esta carta, para que consideremos retificado o projeto. Só poderia haver retificação do projeto por duas formas: ou através do Ofício da Mesa da Câmara dos Deputados ou através de emenda de Plenário, que o Senado aprovasse.

Sr. Presidente, a proposta que V. Ex.^a faz abarca completamente o Regimento e cria os precedentes mais variados à elaboração legislativa. Então, quando por diante a Mesa do Senado não mais poderá ocupar todas as cartas que os quatro senadores e quatro Deputados da primeira legislatura, de 1954, solicitando a retificação da cédula, quando se tratar de eleições.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados, neste momento, está votando a Lei sobre Eleições de 1962. E a lei da cédula eleitoral, que V. Ex.^a está submetendo ao Senado, é a Lei de 1954, que já está em vigor. E, portanto, com todo o respeito ao Deputado Oliveira Brito, não se pode considerar esta carta como emenda.

tado Oliveira Brito, não se compreende essa modificação;

É possível fazê-la através da supressão de frases, de expressões da letra b), como aliás, a emenda apresentada ao Senado propõe. Através da supressão dos termos em que veio, não há retificação de redação, porque essa retificação consistiria em uma redação verdadeiramente monstruosa, ridícula, que seria esta: "os nomes dos candidatos a Senador, e o qual desacompanhado do seu suplente". Onde se viu essa redação numa lei?

Não posso aceitar esta carta, com o conteúdo, sob o ponto de vista do Plenário. O que pode ser objeto de deliberação do Plenário são emendas que desacompanhem a cédula do Deputado Oliveira Brito.

Sr. Presidente, quero, desde logo, manifestar meu protesto à forma de encaminhamento a votação adotada por V. Ex.^a (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa deve declarar que, por consequência, diante dos argumentos do orador que acaba de ser formulada pelo nobre Senador Mem de Sá, no ponto em que S. Ex.^a afirma que já está atendida a solicitação do Sr. Deputado Oliveira Brito pela apresentação de emendas.

Deu, portanto, por procedente a questão de ordem de V. Ex.^a, passando à votação das emendas, porque, realmente, foi atendida a solicitação do Sr. Deputado Oliveira Brito, pela maneira regulamentar possível, com o oferecimento de emendas tendentes a alcançar o mesmo objetivo.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a submetesse as emendas, uma a uma, ao Plenário, depois de lidas pelo Sr. Primeiro Secretário, a fim de facilitar sua discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aguardará requerimento de V. Ex.^a nesse sentido, a fim de submetê-lo à deliberação do Plenário.

O SR. DANIEL KRIEGER — É o que farei, Sr. Presidente. Agradecido a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Daniel Krieger, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e sem debate aprovado o seguinte

Requerimento nº 483, de 1962

Nos termos dos arts. 212 letra n, e 310, letra a, do Regimento Interno, requiero destaque, para votação em separado das emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1962.

Sala das sessões, em 15 de agosto de 1962 — Daniel Krieger.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Pela ordem) — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, essa questão apresenta aspectos bem interessantes, um dos quais, a meu ver, data de um dos respeitáveis Plenários, ainda não foi focalizado.

Logo de início o propósito de diversos das considerações formuladas pelo eminente Senador Milton Campos.

A Constituição preceitua, com efeito, que o Senador será substituído pelo suplente, com ele eleito, mas sabemos que em face da legislação atual, que é a vigente no País a eleição do suplente pode-se verificar

com um número insignificante de votos. Creio mesmo que o suplente que tiver um voto está eleito. Não encontro lei alguma ou dispositivo na legislação vigente que diga que o suplente, com dois votos ou três não esteja eleito. Isto significa que a votação direta para suplente não tem tanta expressão como se pudesse atribuir. Talvez, por esta razão, o legislador do atual projeto tenha evoluído para o preceito constante do inciso 1º do art. 30 ao dizer que o voto dado ao candidato a Senador entender-se-á também dado ao suplente correspondente.

Sr. Presidente, se assim não se devesse entender o modelo da cédula, anexo ao projeto, não atenderia às exigências do nobre Senador Milton Campos, porque o eleitor encontraria, no ato da votação, apenas diante de um retângulo, em frente ao nome do Senador, sem um outro para votar no suplente. E como se sabe, o eleitor não seria obrigado, segundo interpretação do nobre Senador Milton Campos, a votar obrigatoriamente no suplente. Poderia votar, como poderia deixar de votar no suplente, negando-lhe, portanto, a assinalação do nome.

Por esta cédula, o eleitor que não quiser votar no suplente não tem como fazê-lo. Não existe retângulo indicando o nome do suplente.

Sr. Presidente, assim vemos que o espírito do legislador desse projeto, é o de consignar, nesta lei, precisamente o fato já conhecido, já admitido na legislação anterior, de se atribuir ao suplente a votação dada ao Senador.

É um tipo de votação novo que se cria, ele não deixa de ser votado. Quando a Constituição diz que o Senador será substituído pelo suplente com ele eleito, evidentemente que esta eleição se há de admitir aquela que corresponda ao do Senador, portanto o suplente eleito é aquele que foi registrado com o Senador.

Sr. Presidente, se assim não se entender, a emenda não deve ser feita apenas à letra b do inciso 1º do Art. 2º para suprimir, ou esclarecer o sentido da cláusula existente, cada qual acompanhada do respectivo suplente, mas também para modificar o próprio modelo da cédula.

Este modelo — como sabemos — já está aprovado pela Câmara e se o Senado o modificar, o projeto retornará àquela Casa.

Sr. Presidente, diante da situação em que nos encontramos, às vésperas de um pleito, não sei por que nos atermos a feticismos regimentais.

Quando com estas ligeiras palavras a V. Ex.^a e ao Senado que, conduzido talvez por esta situação especialíssima o meu liberalismo me anima em concordar com a retificação proposta. Não encontro base nas argumentações formuladas para deixar de atender ao espírito que se contém na retificação sugerida por um elemento altamente evidenciado para formalizá-la. Não se trata de uma emenda enviada ao Senado por um Deputado. Trata-se de uma correção, de uma retificação pleiteada junto à Mesa do Senado ou ao Plenário do Senado por um coordenador do Projeto que estamos agora discutindo e que será dentro de poucos minutos objeto de votação.

Espero, Sr. Presidente, que não tenhamos em cânones tão consagrados e tão respeitáveis, admitindo essa retificação, uma vez que ela vem ao encontro de objetivos claros do Projeto que se aplicam nos antecedentes da prática da legislação eleitoral vigente no País.

Poderia a V. Ex.^a, em tais condições, que insistisse, ou submetesse ao Plenário a votação a retificação proposta pelo Deputado Oliveira Brito. (Muito bem.)

SR. PRESIDENTE:

A Presidência acolheu a última questão de ordem formulada pelo nobre Senador Mem de Sá, anunciando que se convencerá de que não se deve insistir, junto ao Plenário, no sentido da reificação proposta pelo eminente Coordenador das Lideranças e das Comissões técnicas, neste Projeto, o Deputado Oliveira Brito. Isto porque, a existência de emendas, já lidas e submetidas ao apoio da Casa, realizavam os objetivos que tinha em vista, aquele eminente Coordenador embora estivesse evidente, — e isto tivesse sido declarado sobre a questão de ordem levantada pelo Senador Victorino Freire, — que a reificação, se aceita pelo Plenário, implicaria na desnecessidade de emendar, neste ponto o projeto.

Passa-se à votação das emendas. Foi apresentado Requerimento de autoria do nobre Senador Daniel Krieger para votação, uma a uma, das cinco emendas apresentadas.

Em votação, a emenda n.º 1 que tem a seguinte redação:

“Suprimam-se as seguintes palavras:

... cada qual acompanhado do respectivo suplente ou nomes de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante.”

Em consequência, o que propõe na emenda n.º 1 é que subsista da letra b, apenas as expressões: “os nomes dos candidatos a Senador”.

A mesma emenda manda acrescentar uma alínea com as seguintes expressões:

“os nomes dos candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante”.

Assim, a emenda ao art. 2º, n.º I, letra b, tem duas partes: em vez de considerá-lo apenas no conjunto, o subdivide em duas partes. Conserva toda a redação a partir das palavras — “os nomes dos candidatos a deputado federal e seus suplentes...” — mas suprime as expressões: “cada qual acompanhado do respectivo suplente”.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, inicialmente congratulo-me com V. Exa. pela decisão que teve na questão de ordem levantada pelo eminente Senador Mem de Sá.

Se se admitisse como retificadora dos projetos oriundos da outra Casa do Congresso uma carta do Relator, teríamos suprimido o princípio essencial na vida do Parlamento que é a decisão da maioria.

A maioria poderia decidir num sentido, mas o relator com ele não se conformar, e dizer que o seu objetivo, o seu propósito, o seu princípio era totalmente contrário àquele aprovado pela Casa a que pertence.

Sr. Presidente, seria a subversão total do bom senso. Seria, mais do que isso, a subversão total do princípio democrático de que a maioria, o Plenário, é que resolve nas Casas do Poder Legislativo.

Congratulando-me, pois, com V. Exa. pelo acerto da decisão, não teria eu dúvidas em aceitar — e o Regimento o consagrava, a prática o aconselhava, os costumes o retificavam — se a emenda viesse da Mesa da Câmara dos Deputados, porque a retificação da Mesa representava que aquilo não tinham sido votado na Casa do Congresso; o votado teria sido a outra disposição, e só viera a primeira por equívoco, por engano. E a

Mensagem da outra Casa do Congresso corrigia o engano e o equívoco.

Sr. Presidente, quero afirmar que nenhuma contradição existe entre os dois dispositivos, O que determina:

“os nomes dos candidatos a Senador, cada qual acompanhado do respectivo suplente ou os nomes de todos os candidatos a deputado federal e seus suplentes, nos Territórios que elejam apenas um representante”; não colide, Senhor Presidente, Srs. Senadores, com o Art. 3º, que assim determina:

“O voto dado ao candidato a senador bem assim a deputado federal nos Territórios que só elegem um representante, entender-se-á dado também ao suplente correspondente.”

Pelo contrário, um dispositivo completo o outro. Porque se o voto dado ao Senador se estende ao Suplente, deve o Suplente, naturalmente, acompanhar o Senador. O nome do Suplente deve ser pôsto ao lado do nome do Senador.

Isto porque ao Senador é lícito recusar. E eu exerceria esse direito sempre; nunca abdicar de meus direitos. Se o Suplente, indicado para mim, não correspondesse aos meus ideais, à minha votação de servir ao Brasil, eu não aceitaria nunca esse Suplente. Recusaria, então, a candidatura pelo meu Partido, que não tinha o direito de me impor um Suplente que não correspondesse à minha devoção ao Brasil e ao meu desejo de servir à Democracia e à Pátria.

Por isso, Sr. Presidente, congratulo-me com V. Exa. que, nesta hora, esteve à altura do Senado da República; V. Exa. resolvendo a questão de ordem, e talvez sopitando no íntimo desejos em contrário, correspondeu à confiança do Senado da República, quando o elegeu para presidir os seus destinos.

Por isso, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, nesta grande hora, nesta hora trágica que a democracia está vivendo — porque contra ela se assanham adversários de todas as espécies, de todos os quadrantes — os homens que pertencem ao Parlamento, que é a corporação que indiscutivelmente representa a vontade nacional, devem sempre decidir com a galhardia e elevação, correspondendo àquele conceito admirável do político francês, *Viviani*, que dizia, “Acima os corações!”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho dúvida alguma de que precisamos aprovar, e aprovar rapidamente, essa lei que é o instrumento com que se vai demonstrar a vontade e a consciência liberal do Brasil.

Para mim a necessidade desse Projeto ser aprovado sem emenda, é relativa; não é absoluta. Se existisse uma elemento que determinasse seu retorno à Câmara dos Deputados, eu não vacilaria um instante em fazer com que ele retornasse. Não vejo, entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a necessidade de se fazer com que retorne àquela Casa Nacional, por que a decisão tomada pela Câmara dos Deputados corresponde, indiscutivelmente, à Constituição à Lei e às aspirações do povo brasileiro. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PAULO FENDER:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ouvi as ponderações aqui trazidas pelo nobre Senador Nogueira da Gama que, de certa forma, deram significação jurídica, com a autoridade que tem, àquela argumentação que anteriormente havia expedido nesta matéria.

Entendia, a princípio, Sr. Presidente, que a carta do Deputado Oliveira Brito, tinha sido referendada pelo menos, pela Presidência da Câmara dos Deputados. Conhecendo, entretanto, como todos os nobres colegas conhecem, a respeitabilidade do parlamentar que teve sobre os ombros a pesada missão de coordenar Depu-

tados e Senadores — porque S. Exa. esteve aqui, embora não oficialmente, pelo menos particularmente, ouvindo os Srs. Senadores, na elaboração do Projeto — com essas responsabilidades, S. Exa. jamais poderia cometer a levandade de entregar documento, de tamanha responsabilidade, à Presidência desta Casa.

Acredito que S. Exa. esteja autorizado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a proceder da forma por que procedeu. Se, entretanto, a correspondência não foi a que deveria ter chegado aqui, isto é, um ofício formalizado da Presidência da outra Casa legislativa, nem por isso se deve admitir, *a priori*, que a Presidência da Câmara desautorou o Deputado Oliveira Brito. Esta é a questão preliminar.

Examinando, agora, Sr. Presidente, as considerações aqui trazidas pelos nobres Senadores Mem de Sá e Nogueira da Gama, com relação às eleições para suplente, teria um argumento novo a aduzir, do ponto de vista estritamente legal. É que a lei eleitoral em dos seus dispositivos, autoriza a inscrição de mais de um suplente de senador, desde que o partido político, a que se registrou e o próprio candidato a senador, concordem no registro de mais de um suplente.

Este é um argumento que não foi trazido ao debate. Mas é fato que existe na Lei Eleitoral a possibilidade de mais de um suplente concorrer a eleição com o Senador.

Então, chega-se à conclusão de que este projeto, revogando disposições em contrário, como todo projeto, revoga naturalmente esta possibilidade, consagrada na Legislação Eleitoral até aqui vigente. Então, fica claro que o objetivo do projeto é admitir apenas um suplente de Senador para cada Senador, cumprindo assim a letra constitucional que determina que “o Senador será eleito com o suplente”. E o art. 3º também não tem outra inteligência, quando reza: “... voto dado a candidato a Senador entender-se-á também dado ao suplente correspondente”.

Como vê V. Exa., Sr. Presidente, nova lei limitou de mais a possibilidade do eleitorado de escolher os suplentes de Senador, como que jungiu definitivamente a candidatura do Senador. Prevalece, assim, o argumento de que com qualquer votação se elegará o suplente.

Nestas condições, se o suplente está eleito com o simples registro do Senador, se este for eleito não há por que fazer-se divergência inconciliável em torno da inscrição ou não do nome do suplente na cédula. O que prevalece, isto sim, é o registro do suplente junto com o Senador porque de qualquer forma este suplente estará eleito com a votação do candidato a Senador.

Com esta argumentação, expresso o pensamento do meu Partido, no apoio que dará nesta Casa à consagração da emenda que estamos discutindo, pela sua aprovação (Muito bem).

O SR. VICTORINO FREIRE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Antes de dar a palavra ao nobre Senador Victorino Freire, devo informar ao Plenário que estou solicitando aos autores das emendas a gentileza de retirá-las a fim de abreviar os trabalhos de votação deste projeto. Se porventura não forem retiradas, darei a palavra ao nobre Senador Victorino Freire para encaminhar a votação.

Enquanto aguardamos que os autores das emendas providenciem os requerimentos indispensáveis, tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Acompanho o voto já manifestado pelo Senador Milton Campos. S. Exa. afirmou, e muito bem, que ninguém pode ser eleito sem ser submetido ao eleitorado.

Ademais, Sr. Presidente, há também o aspecto dos melindres de cada um; o suplente de Senador, mesmo com o registro do Tribunal Eleitoral desde que não faça parte da cédula, se sentirá diminuído.

Votarei, pois, contra a emenda, a fim de que o suplente faça parte da cédula.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário:

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 484, de 1962

Requeiro, nos termos do art. 212, letra s, do Regimento Interno, a retirada das emendas de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1962.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 485, de 1962

Requeiro, nos termos do art. 212, letra s, do Regimento Interno, a retirada da emenda n.º 4, de minha autoria, oferecida ao Projeto 131-62.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1962. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação da Emenda n.º 5, emenda de redação que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MEM DE SA:

Tratando-se de emenda de redação — Creio que o momento próprio para sua apresentação seria quando do encaminhamento do projeto à Comissão de Redação. Seria mais conveniente, para bem caracterizar que a emenda é simplesmente de redação, que ela fosse votada agora, mas sim por ocasião da redação.

O SR. PRESIDENTE — Se não for votada a emenda nesta oportunidade, o projeto não terá por que ir à Comissão de Redação, irá à sanção.

O SR. MEM DE SA — O objetivo da questão de ordem foi plenamente alcançado. Queria tornar bem claro

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. sempre alcança os melhores objetivos.

O SR. MEM DE SA — Alcanço quando o Espírito Santo nos ilumina.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 5. Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa)

Está aprovada. O projeto vai à Comissão de Redação.

Votação do Requerimento 479, subscrito pelos Srs. Senadores Jefferson de Aguiar, Daniel Krieger, Lima Teixeira e Afrânio Lages, de acordo com o Art. 330, letra “c”.

Diante da questão de ordem levantada no início da sessão pelo Sr. Senador Alcides de Carvalho, em que S. Exa. indagou sobre a ordem em que os requerimentos haviam sido lidos, devo esclarecer que o Requerimento 479 foi lido e pedida a urgência nos termos do art. 330, letra c, do Regimento. Posteriormente à leitura, os seus autores substituíram a letra “c” do artigo 4º pela letra “b”. Não podiam fazê-lo senão por emenda apresentada ao requerimento. Consequentemente, se não vir à Mesa emenda ao requerimento, a matéria será colocada nos termos da letra “c”, conforme foi lido.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, enviarei imediatamente à Mesa requerimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguarda a apresentação da emenda ao requerimento para submetê-lo à votação. (Pausa).

Vem à Mesa e é lida a seguinte

EMENDA

Onde se diz: letra "c", diga-se: "letra "b".

Daniel Krieger - Jefferson de Aguiar

Em votação o Requerimento número 479, salvo a emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Em consequência, passa-se imediatamente à discussão e votação da matéria.

O SR. SERGIO MARINHO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tendo em vista o adiantado da hora e o esforço físico despendido pelos Senhores Senadores, consultaria V. Exa. sobre se há algum dispositivo regimental que permita o adiamento da discussão desta importantíssima proposição — o Projeto de Lei número 144, da Câmara dos Deputados — para amanhã, em sessão extraordinária matutina.

Jamais o Plenário poderá ficar esclarecido quanto à magnitude da proposição a esta hora e na disposição de espírito em que está quanto à magnitude da proposição.

Estou certo de que o Plenário, nestas circunstâncias, aprovando ou rejeitando o projeto, o fará de maneira que não satisfará, absolutamente, nem o propósito da Mesa nem os interesses maiores do País.

Nestas condições, pediria a V. Exa. que, consultando o Plenário, se isso for necessário, ou dando ao Regimento a interpretação que a conveniência sugere, transferisse a discussão da proposição para uma sessão extraordinária matutina, amanhã. — (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Informo ao Sr. Senador Sérgio Marinho, que, diante da circunstância de ter sido aprovado o requerimento de urgência, nos termos da letra "b" do Artigo 330 do Regimento Interno, a matéria deverá entrar imediatamente em discussão e votação.

Naturalmente, se o tempo normal da discussão não for suficiente para se concluir a apreciação da matéria, haverá prorrogação da sessão, se requerida, em face do regime de urgência em que se acha o Projeto.

Entretanto, V. Exa. encontra no Regimento Interno, o recurso de transferir a discussão e votação do assunto: basta requerer diligência a ser cumprida mediante aprovação do Plenário.

O SR. SERGIO MARINHO — Sr. Presidente, vejo que o império do Regimento Interno prevalece sobre quaisquer outras circunstâncias, sejam elas quais forem, inclusive a da capacidade física de os Srs. Senadores votarem em consciência proposição desta importância.

Como, porém, V. Exa. sugeriu um adiamento, tentarei tribulá-lo, mas não sei se será bem sucedido.

O parecer elaborado pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa acerca de inconstitucional o substitutivo que apresentei e que mereceu aprovação unânime da Comissão de Economia.

A Comissão de Constituição e Justiça não se deteve, "data vênica" num aspecto de inconstitucionalidade transbordante existente na proposição oriunda da Câmara dos Deputados. Essa inconstitucionalidade diz respeito à violação de princípio universalmente consagrado — o princípio de irretro-

atividade da Lei Penal, frontalmente violada no Artigo 74 da proposição da Câmara dos Deputados.

Acolhendo a sugestão de V. Exa. requiero seja o Projeto submetido à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa a fim de que ela se pronuncie sobre a constitucionalidade do referido Artigo 74 da proposição oriunda da Câmara dos Deputados. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Acha-se a matéria em regime de urgência, o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, ou de qualquer outra Comissão da Casa, se daria imediatamente. Apenas seria adiada a matéria se a diligência requerida por V. Exa. se relacionasse com outros órgãos, estranhos ao Senado.

Fora disso, qualquer diligência será cumprida no momento, em face do regime de urgência em que se encontra o Projeto. Não obstante, V. Exa. poderá requerer qualquer outra diligência, até o instante da votação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 144, dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Economia, da Comissão de Serviço Público Civil e da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura dos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia. São lidos os seguintes:

Pareceres ns. 372, 373 e 374, de 1962

Nº 372, DE 1962

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 1961, QUE REGULA A REPRESSÃO AO ABUSO DO PODER ECONÔMICO.

Relator: Senador Heribaldo Vieira

A instabilidade da conjuntura econômica em que vem vivendo o País, cada vez mais agravada por um conjunto de causas, que têm atingido o mecanismo da produção, da circulação e da distribuição da riqueza, causando o desequilíbrio econômico da coletividade, tem sido calado de cultura dos abusos do poder das pessoas e empresas que concentram grandes capitais com os quais dominam os mercados, eliminam a concorrência e obtêm lucros excessivos.

Madison proclamou na América do Norte e hoje ninguém nega que "os poderes políticos coincidem com os poderes econômicos da sociedade". Por isso mesmo as leis não podem deixar de ter conteúdo social ou falhará como instrumento da ordem jurídica. Neste pensamento se contém a afirmação de Pêre Lacordaire, que já dizia em 1848: "em um sistema em que existem desigualdade de poder e riqueza, é a liberdade que oprime e a lei que liberta". O Poder Público precisava pois de se armar com uma legislação rigorosa para conter as concentrações econômicas, que se voltam contra os interesses gerais, ou não poderia lutar contra essas organizações. Ora tem de se utilizar de uma legislação tributária adequada, usando os clássicos métodos de incentivos positivos e negativos da ordem fiscal, que atinja as rendas e os lucros extraordinários e taxa mais fortemente os lucros provenientes do aumento de preços e mais atenuadamente quando ocorra aumento da produção sem acréscimos de preços; ora terá de dispor de normas e providências policiais mais enérgicas, embora com o indispensável cuidado para não sufocar a iniciativa privada ou afugentar os investidores comprometendo o desenvolvimento do País.

Despertando o Poder Público para tão complexo problema que lhe exigia aquelas medidas, várias exigências

fiscais vêm incorporadas à nossa legislação tributária e o constituinte de 1934, indo mais além, chegou a inserir no corpo da nossa Constituição Federal o seguinte dispositivo:

"Art. 116. Por motivo de interesse público e autorizado em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria da atividade econômica, asseguradas as indenizações devidas, conforme o art. 112, nº 17, e ressalvados os serviços municipalizados da competência dos poderes locais".

Este dispositivo não chegou a ser completamente em lei especial.

A Carta outorgada de 1937, adotou o princípio da intervenção estatal no domínio econômico, apenas para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar a produção a bem do interesse público. Está assim estabelecido no

"Art. 135. Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representadas pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle do estímulo ou da gestão direta".

Em 1945, no governo ditatorial de Getúlio Vargas foi promulgado o Decreto nº 7.666, dispondo contra os "trusts", de autoria do eminente brasileiro Agamenon Magalhães, que sofreu o impacto da crítica mais feroz sendo apelidado de "lei malalaia". Desdobram-se origens totalitárias, quando na verdade, inspirou-se no Sherman Anti-Trust Act, reconhecido a custo pela Suprema Corte Norteamericana quando predominou a chamada "norma da razão", e também na "lei Clayton", que tentou definir a concorrência da má-fé.

O Decreto-lei nº 7.666 não chegou a ser regulamentado, nem a vigorar face à timidez do Governo, ante a repulsa geral e, ainda, porque, logo após caía, sendo sucedido pelo Ministro Linhares, que o revogou.

Na Constituinte de 1946, o brilhante deputado Agamenon Magalhães reabriu o debate e a sua tese, vitoriosa, foi contida no artigo 148, que assim dispõe:

"Art. 148. A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

Esse dispositivo passou a orientar a nossa estrutura jurídico-econômica anti-capitalista, sem aquela por algum erroadamente denunciada incoerência com os §§ 12 e 14 do mesmo diploma que garantem a liberdade de associação para fins lícitos e o livre exercício de qualquer profissão observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer. Associações que abusam de poder econômico não podem ser consideradas lícitas e o que exerce uma profissão que atenta contra a economia popular e o interesse coletivo não tem condições para gozar das franquias legais.

Várias leis foram sancionadas a seguir, no sentido de proteger a economia popular contra os abusos do poder econômico, para controlar os

preços, reprimir a usura, conter os fabulosos encaixes bancários, etc.

Destacamos, dentre elas, as de números 1.521 e 1.522, ambas de 26 de dezembro de 1951, a primeira alterando dispositivos da lei vigente sobre crimes contra a economia popular, como a usura, cobrança de aluguéis além do valor permitido em lei fraude de produtos, etc. e a segunda autorizando o Governo Federal a intervir no domínio econômico (artigo 146 da Constituição) para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

O professor Hermes Lima, em depoimento, na Câmara dos Deputados afirmou que aquelas duas leis, a 1.521 e a 1.522, com ligeiras alterações, nos dias seguintes ao Projeto ora em estudo, pois, ambas armam o Estado para intervir no domínio econômico tomar as medidas corretoras da concorrência e punir os crimes de abuso do poder econômico.

Mas o deputado Paulo Magalhães reviveu o Projeto de seu ilustre pai e deputado Agamenon Magalhães, em 1955 e a proposição depois de numerosas investigações e profícuos estudos que propiciaram refundi-la totalmente, é aprovada, na Câmara dos Deputados, constituindo o Projeto número 3-E, de 1955. Enviado ao Senado, tomou o número 144-1961, que passamos a examinar.

No artigo 2º do Projeto são anunciadas as formas por que se caracteriza o abuso do poder econômico.

Diante das dificuldades e perigos que decorreriam da conceitualização rígida de todos os tipos de abuso adotou-se um critério flexível que liberta o intérprete e aplicador da lei das fórmulas herméticas do sapato chinês das definições fechadas, permitindo surpreender o delito inclusive nas suas contraditórias caracterizações subreptícias.

De modo geral o abuso está configurado em toda e qualquer ação de pessoa, empresa, ou grupos de pessoas ou empresas que, isoladamente ou não, através de monopólios, duopólios, oligopólios, natural ou artificialmente criados, ou por qualquer outro meio que, de qualquer maneira reventem prejudicialmente aos interesses dos consumidores, ou vise criar dificuldades ao comércio ou à produção de bens e serviços em geral.

Os *holdings*, *trusts*, *pools* ou *cartéis* *konzerns*, todas as formas de organizações monopolísticas, concebidas no ventre do liberalismo, para eliminar a competição nos mercados, através de uma oferta monopolística, repressam, não restam dúvidas, a antítese daquela concorrência concretizada na atonicidade e fluidez da oferta e da procura, de tal forma que o vendedor ou comprador nenhuma influência exerça sobre o preço. Para defender essa concorrência, que é a base mais consistente e duradoura do bem-estar dos indivíduos, das sociedades do Estado, impõe-se aliar e até mesmo sobrepor as leis da economia às regras jurídicas para demolir os tiranos detentores do poder econômico.

O Projeto condensa nas suas disposições essas regras, mas, como afirmamos, num sistema de generalidades visando evitar qualquer omissão perniciosa. Todavia, dentro desse critério, que adota, se excede ao considerar anteriormente forma de abuso do poder econômico todas as concentrações de empresas art. 2º, letra "c" sobre qualquer aspecto, seja de caráter pecuniário, técnico ou cartéis, em que se reúnem os produtores para suprir a concorrência, assegurando o mercado consumidor, mas difundindo a elevação dos preços de modo a obter lucros excessivos, seja a concentração de empresas com o objetivo de assegurar uma produção em quantidade maiores do que as obtidas individualmente. Neste último tipo de concentração os consumidores em vez de prejudicados são favorecidos, pois a pro-

dução em larga escala é sempre uma garantia de preços decrescentes, ou, no mínimo, estáveis, diante da lei da oferta e da procura. Daí a Alemanha, já sob a influência da chamada "economia social de mercado", haver realizado uma política de incentivo a esse tipo de concentração, sujeitando-a, embora, a um disciplinamento legal.

Como se vê, não é possível considerar-se em termos absolutos os fenômenos econômicos. Na lei da oferta e da procura inclusiva, para que regule os preços, mister se faz criar uma série de circunstâncias pré-determinadas e controladas. Por isso, George J. Borjas (La Teoría de los Precios) diz que "a ciência econômica é a ciência da condução lógica de certos fenômenos ou fenômenos no sentido mais do que uma ciência a priori".

O processo econômico é algo que se realiza através de pressupostos e hipóteses, de condições lógicas subjetivas, de condições que se modificam, pelo que as suas leis são mutáveis, como o próprio comportamento humano.

Não é demais recordar a advertência de Lord Tarsh (Elementos de Economia Política, pág. 72), ao acentuar que o primeiro passo que se deve dar para entender a economia é procurar entender os motivos das ações econômicas, as causas que levam, em cada situação particular, a um resultado distinto. Uma imposição jurídica pura e simples, indiferente aos vários parâmetros dos fatos econômicos, operará, às vezes, levar a consequências desastrosas.

Apresentamos emenda corrigindo esta falha do Projeto.

Verificamos também que não há, no Projeto, qualquer referência sobre cartéis ou monopólios estatais, que se constituem através de sociedades anônimas, que asseguram elevados lucros sem possibilidade de rigoroso controle ou por meio de sociedades mistas, que centralizam serviços do maior interesse público, como luz, energia, gás, água, esgoto, telefone, transporte, os quais interessam de perto a vida das populações e cujos preços e lucros o Estado fixa soberanamente mais das vezes para cobrir desvios desonestos com locupletações, peculatos ou empeculismo.

Há outras formas de abuso do poder econômico não mencionadas no Projeto, mas que lá são previstas em leis vigentes, que dispõem sobre crimes e contravenções contra a economia popular, tal como a nº 1.521, de 26-12-1951 e a 1952 da mesma data, etc.

Em que pese a fixação dos margens de lucros ser ponto vital do controle da atividade econômica, contra os abusos, não há, no Projeto, delegação de poderes ao CADE, neste sentido, provavelmente, por preocupação contra qualquer incidência do artigo 35, § 2º da Constituição Federal, que impede a qualquer dos Poderes delegar suas atribuições.

Nam tão pouco estabelece desde logo, as percentagens consideradas legítimas, para lucros lícitos, o que deixa o órgão controlador no dilema de determiná-lo a seu arbítrio, ou não saber defini-lo e tornar-se vacilante, sendo inoperante. Por outro lado, deixa as empresas intranquillas, por não saberem a margem de lucros que lhes é permitida.

Atizura-se-nos, todavia, irrelevante e presumido temor, diante do que passa a dizer o parágrafo único do artigo 2º do Ato Adicional nº 4, de 1961, segundo o qual:

"Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei e votada na forma deste artigo".

O artigo 17, letra r, está estabelecido que ao CADE compete "instruir ao público sobre as formas de abuso do poder econômico". Como poderá instruir quanto ao limite percentual de lucros ou sobre a especulação legal da especulação? É verdade que o artigo 21 determina ao CADE efetuar

pesquisas e estudos que habilitem a determinar margens de lucros e sua aplicação em lucros distribuídos e lucros reinvestidos, para sugerir ao Presidente e do Conselho de Ministros as providências legais ou administrativas necessárias. Mas esse processamento evidentemente, tem uma tramitação demorada, incompatível com a demanda, que exige medidas e providências neste setor, não somente rápidas como também imediatas, numa época de agitações sociais, como a em que vivemos, para não permitir que o lucro e o poder se tornem instrumentos de dominação e de exploração.

O Projeto prevê a criação de um Conselho de Administração do CADE, composto de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Este Conselho terá a função de coordenar a organização e a administração do CADE, bem como de representar o CADE perante os demais órgãos do Poder Judiciário.

O princípio da legalidade, segundo o qual todos os atos devem ser pautados pelo art. 1º da Constituição Federal, assim como o próprio princípio constitucional de que deve haver igual regime investidor, para todos os delitos, expresso no § 3º do mesmo artigo e segundo o qual "não haverá foro privilegiado, nem juízo e tribunais de exceção", não são molestados com a criação deste Conselho pois não se trata de órgão destinado a repressão de certos crimes praticados em dado momento.

A sua competência se define *ratione materiae*, atinge fatos e delitos e não pessoas. Seus membros não são juízes *ad hoc*, de exceção, para um determinado caso mas com jurisdição para delitos contra a economia.

O CADE é composto de um Presidente e quatro membros, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Presidente do Conselho de Ministros, depois de aprovados pelo Senado Federal, dentre brasileiros maiores de 30 anos, de notório saber jurídico ou econômico e de reputação ilibada.

O artigo 63, I da Constituição Federal enumera os casos de nomeação dependentes da prévia aprovação do Senado. Esta competência pode ser altamente moralizadora, no caso, criação Anticorrupção, que nos serviu de modelo, quase todos os cargos públicos só são providos com o prévio assentimento do Senado. É uma medida altamente moralizadora no caso criada para elevar o nível dos membros do Conselho.

O Presidente do CADE exercerá o cargo como delegado do Conselho de Ministros e será exonerado quando o Conselho assim decidir, daí só lhe ser atribuído, nas deliberações, o voto qualitativo de juremte. O mandato dos demais membros é de quatro anos renovada a sua competência pela quarta parte, anualmente, sendo permitida a recondução. As primeiras nomeações serão por 4, 3, 2 e 1 ano. A perda do mandato só ocorrerá através de processo administrativo do acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, em que sejam apontadas irregularidades, praticadas no exercício da função. Perderá automaticamente o mandato o membro do CADE que faltar a três reuniões ordinárias consecutivas, sem licença, sendo nulas as deliberações de que participar, com voto decisivo, o membro que tenha incorrido nesta sanção.

Nas reuniões do CADE participará, com direito a voto, um Procurador-Geral designado pelo Presidente, dentre os Procuradores ou constituição a Procuradoria. Esta será composta de Procuradores escolhidos e requisitados, por dois anos, renováveis, dentre os assistentes, assessores jurídicos e procuradores da União, entidades parastatais e parastatais, ou a quem de estabilidade, bem como, nas mes-

mas condições, entre os membros do Ministério Público da União ou dos Estados, os quais ficam privados de exercer a advocacia e funcionarão em regime de tempo integral.

Os membros do CADE e o Procurador terão vencimentos de Cr\$ 100.000,00 mensais. O Procurador somente funcionará na esfera administrativa. Na judicial, os interesses do CADE são defendidos pelo Ministério Público.

O CADE terá sua sede no Distrito Federal, com jurisdição em todo o País e estará subordinado, administrativamente, ao Conselho de Ministros. Depois de instalado, examinará a realidade econômica do País e, após 5 (cinco) dias, o Conselho de Ministros o nomeará de Mandato do Congresso Nacional, sob a criação de Insetos das Regiões da Defesa Econômica, sua organização e competência.

O CADE exercerá o seu poder de fiscalização através do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, Juntas Comerciais nos Estados, as câmaras correspondentes, com o também através das autoridades locais, diretores das autoridades federais e de sociedades da economia mista, que são obrigadas a prestar-lhe todas as informações, assistência e colaboração, que importem à prevenção ou repressão de abusos do poder econômico, ou infrações sancionadas.

Como se vê, não há critério fixo, correspondente a cada forma de delito, para aplicação da pena. Todo e qualquer abuso, seja qual for a capacidade do infrator ou o mal que resulte à economia popular a multa oscilará entre 5 a 10 mil vezes o maior salário-mínimo do País. Fica ao exclusivo arbítrio do CADE estabelecer a graduação dentro daqueles limites mínimo e máximo fixados no artigo 47. Em regra, não há penas corporais, salvo as que adiante mencionaremos. Só existem as penais apontadas, salvo em se tratando de crimes ou contravenções previstos no Código Penal que acarretarão as cominações estabelecidas neste diploma.

A intervenção será concedida por sentença proferida pelo Juiz dos Fatos da Fazenda Pública, a requerimento do CADE, em petição fundamentada e com os requisitos exigidos para petições iniciais, no artigo 558 do Código de Processo Civil. Da sentença cabe recurso de embargos, que será processado com uma alegação probatória. Julgados procedentes os embargos recorrerá de ofício o Juiz, se improcedentes caberá agravo de instrumento, com o rito a estabelecer no Código de Processo Civil. Os processos estabelecidos no Projeto terão preferência para julgamento, salvo os de "habere-corpus" e mandado de segurança. Verificada a impossibilidade da normalização da atividade econômica, o Juiz, a requerimento do CADE, determinará a sua liquidação judicial nos termos do Código de Processo Civil a menos que a União ache ser do interesse público a sua desapropriação.

A despesa com o pessoal do CADE correrá à conta de dotações incluídas no anexo da Presidência do Conselho de Ministros no Orçamento da União.

O Poder Executivo é autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas decorrentes do Projeto.

Pode ser que ao CADE não seja reservado o mesmo destino melancólico da COFAP, pois não lhe é atribuída função manipuladora de preços, do abastecimento, de compra e distribuição de gêneros, à custa de verbas fabulosas que aguçam a cobiça. O CADE tem caráter permanente, que falta aquele organismo, cuja concepção é política e transitória. Mas os "hurdles" têm muitas tentações, em poderosos ventos que têm vindo a mudar os obstáculos e conquistas da legislação.

Conclusão

O projeto não contém excessos, que possam atenuar os investidores e prejudicar o crescimento do país. Apresenta-se como um instrumento da defesa da economia e dos interesses coletivos. Em tese, nada temos a censurar, no Projeto, quanto ao sistema de repressão que adota, não fora o disposto contida no parágrafo único do artigo 6º que está a, numa maneira incoerente, das linhas mesmas que, sob esse aspecto o norteiam.

"Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas que possuíam empresas serão civil e criminalmente responsáveis pelos abusos do poder econômico por elas praticados".

Tal dispositivo não se compadece com a sistemática do Projeto, que considera delitos os métodos de negócio contrário à economia popular, praticados pela atividade econômica, a ela cabendo a responsabilidade criminal e as sanções correspondentes. Já está o artigo 7º ditando a regra e estabelecendo o sistema:

"Art. 7º As empresas que praticarem os atos de abuso do poder econômico definidos no artigo 1º ficarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 43 e 47".

A prevalecer aquele parágrafo haverá, pelo mesmo delito, penas impostas a atividade econômica, ser imitado que funciona através de agentes e penas impostas a estes agentes. Aquela a pena é aplicada de acordo com o artigo 7º em conexão com os artigos 43 e 47. A estes de conformidade com o parágrafo único do artigo 6º.

Padecer da mesma censura o parágrafo único do artigo 30 que comina pena de detenção por um a três meses, aos diretores administrativos ou de empresas que se recusarem a prestar informações ao CADE ou as fornecerem inverdades com dolo ou má-fé. Se as empresas, face ao artigo 7º, são obrigadas a exibir a sua contabilidade, nela compreendidos, livros, documentos, papéis e arquivos à fiscalização, sob pena de multa de 5 a 30 vezes o maior salário-mínimo porque mais essa pena corporal, quando aplicada a multa já é talvez excessiva por uma simples recusa de informação? Sobre a falsidade da informação, já existe punição no Código Penal, pois que se torna desnecessário operar-se de outro modo.

Essas esferas de atuação não devem caracterizar. Assim, o artigo 30, parágrafo único, comina penas de prisão, com os artigos 7º e 8º.

Estipulada a indigência anônima, o sistema de repressões afizura-se-nos mais indicado. Não abuse de medidas punitivas, preferindo providências preventivas, através de uma fiscalização ostensiva, indispensável para que o delito polimorfo possa ser subvertido nos seus atos mais escusos.

Ao CADE é conferido o direito de conhecer os balanços, a contabilidade do custo, os dividendos e fundos de

órgão administrativo, o repúdio de semelhante solução.

Nessas condições, preferiu-se, à criação do extenso e oneroso sistema, formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a respectiva Procuradoria e as Inspetorias Regionais de Defesa Econômica, utilizar simplesmente órgãos já existentes, seja do Judiciário (Ministério Público e Juízo de Vaga da Fazenda Pública), como elementos executivos da política econômica, seja do Executivo (Conselho Nacional de Economia e demais órgãos da Administração Pública), como elementos caracterizadores do abuso do poder econômico e instrumentos dos dados para isso necessários.

Desse decorrem, pelo menos, as seguintes vantagens:

a) um aumento de despesa mínimo, com a quota estritamente indispensável ao atendimento dos atribuições administrativas do Conselho Nacional de Economia e os posteriores aumentos, apenas na medida em que a demanda dos processos de repressão ao abuso do poder econômico, anular a atuação dos órgãos dos organismos e das entidades, fazendo-as entrar em sobrecarga;

b) o emprego, como elementos executivos, de profissionais habilitados, em preparo, experiência e especialização, a executar as tarefas que lhes seriam cometidas;

c) a utilização como elementos informativos, de técnicos dos mais variados campos e especialidades, como causa a multiplicidade dos assuntos que são abrangidos na aplicação da lei;

d) o andamento muito mais preciso, rápido e objetivo dos processos administrativos e judiciais que tiveram lugar, como consequência natural do que foi dito nas alíneas b e c;

e) a aplicação efetiva, em mais prazo, das medidas combativas, uma vez que não se irá planejar a implantação de organismos novos, nem selecionar e treinar o respectivo pessoal;

f) eliminação da falha da solução anterior, em que um órgão administrativo, investido das funções de tribunal de execução, aplicava diretamente as sanções penais.

Transformando em números algumas vantagens que foram acima apontadas, qualitativamente, e com base em sondagem extra-oficial, pode-se dizer que a eliminação do pesado sistema anteriormente previsto proporcionaria uma economia anual de, aproximadamente, dois bilhões de cruzeiros, e, ainda, que o recurso a organismos já existentes impede uma falha provável de uns cem milhões.

Essas razões, aliadas à forma mais justa, racional e eficiente do processamento das ações repressivas, tornam clara a vantagem da solução adotada.

É de notar que a fórmula preferida apresenta ainda as vantagens secundárias não só de ser mais móvel e fácil de regulamentar, posteriormente, mas também de ser mais simples e sintética, facilitando uma discussão conscienciosa, no breve lapso de tempo disponível.

Convém, ainda, chamar a atenção sobre as alterações mais importantes introduzidas em pontos restritos do projeto.

Na parte relativa à Fiscalização foram suprimidas, por desnecessário dispositivos que já constam da legislação específica, como aquelas que estipulam exigências para o arquivamento de atos constitutivos de empresas.

Também por desnecessários ou redundantes, foram eliminados os preceitos tendentes a compellir pessoas físicas ou jurídicas a fornecerem do-

cumentos e informações, pois que tal obrigação já consta dos capítulos referentes ao processo administrativo com a necessária remissão aos preceitos da lei penal.

Finalmente, suprimiram-se os parágrafos do artigo 74, do Projeto por incompatíveis com o princípio de irretroatividade da lei penal e por representarem sobrecarga desnecessária para os serviços do Conselho Nacional de Economia, em prejuízo do bom andamento da missão que ora lhe é confiada.

A vista do conteúdo, apuramos favoravelmente ao projeto, nos termos do seguinte:

PROPOSTA

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º. A repressão ao abuso do poder econômico, determinada pelo artigo 148 da Constituição Federal, rege-se pelas disposições da presente lei.

Artigo 2º. Para os efeitos do disposto no artigo 148 da Constituição Federal, entende-se pelo poder econômico a ação de pessoas físicas ou jurídicas e paradamente ou agrupadas, que, através do exercício do monopólio ou do encasqueamento à liberdade de livre empresa ou de livre concorrência, produza prejuízo econômico aos consumidores ou terceiros, afetando, de forma nociva, a quantidade ou a qualidade ou o custo de bens ou serviços.

Artigo 3º. São forma de abuso do poder econômico as ações praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em conjunto que, em se enquadrando nas finalidades e características estabelecidas no artigo 2º, se traduzem nas seguintes práticas:

I — Domínio de mercados nacionais ou eliminação total ou parcial da concorrência, por meio de:

a) ajuste, acordo ou entendimento entre empresas ou entre pessoas vinculadas e tais empresas ou interessadas no objeto de suas atividades;

b) aquisição de acervos de empresas ou de cotas, ações títulos ou direitos;

c) coalisão, incorporação, fusão, integração ou qualquer outra forma de concentração de empresas;

d) concentração de ações, títulos, cotas ou direitos em poder de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas;

e) cessação total ou parcial de atividades de empresa, por ato próprio ou de terceiros;

f) dificuldades opostas à criação ou no funcionamento de empresas concorrentes ou não;

g) obstáculos ou impedimentos à produção ou ao comércio de qualquer bem ou serviço.

II — Eliminação deliberada, total ou parcial, da concorrência em determinado ramo de atividades, com elevação sem justa causa de preços e aumento arbitrário de lucros, sem acréscimo de produção.

III — Provocação de condições monopolísticas ou exercício de espremer a elevação temporária de promover a elevação temporária de preços, por meio de:

h) destruição ou inutilização, por ato próprio ou de terceiros, salvo autorização do Governo ou motivo relevante, de bens de consumo ou de produção;

i) acambramento de matéria prima, produtos semimanufaturados ou mercadorias;

j) Recusa da prestação de serviços, retenção de bens ou sonegação destes ao comércio;

k) utilização de meios artificiais para provocar a oscilação de preços, em detrimento de empresas concorrentes ou de vendedores de matérias-primas ou de produtos semimanufaturados.

IV — Formação de grupos econômicos por agregação ou acordos de empresas em detrimento da livre deliberação dos compradores ou dos vendedores de bens, ou dos usuários dos serviços mediante:

l) discriminação de preços entre compradores ou dos vendedores de bens, ou dos usuários dos serviços, mediante:

m) discriminação de preços entre compradores ou vendedores de bens ou de serviços entre usuários de serviços, sob as formas de características, de condições de utilização, de quantidades adquiridas ou de condições da prestação;

n) favorecimento da manutenção de um ou mais bens, ativos ou de âmbito regional, inclusive pelo tratamento discriminatório, preferencial ou cabido a determinadas empresas, em relação a outras ou outras que explorem atividades iguais, semelhantes ou análogas;

o) subordinação ou vinculação da venda de bens, ou da prestação de serviços, à compra, venda ou prestação de outro bem ou serviço, ainda que relacionadas entre si, ressalvadas as causas de conexão natural entre bens e serviços e seus componentes.

V — Exercício de concorrência desleal, mediante:

p) exigência de exclusividade para propaganda publicitária;

q) burla, mediante ajustes, acordos ou entendimentos, de concorrências governamentais, sejam públicas ou administrativas, através da combinação de preços ou outras quaisquer condições.

VI — Uso indevido de patente ou marca de indústria ou comércio conjugação nociva de patentes e marcas, ou licenciamento abusivo a terceiros, contribuindo para cercar o mercado ou elevar excessivamente os preços.

Artigo 4º. Entendem-se por condições monopolísticas aquelas em que uma empresa ou grupo de empresas controla em tal grau a produção, distribuição, venda ou prestação de determinado bem ou serviço, que passa a exercer influência decisiva sobre os respectivos preços ou a provocar a paralisação de indústrias que dela ou delas dependam por inexistência de outras fontes de suprimento.

Artigo 5º. Considera-se empresa toda organização civil ou mercantil, com fins lucrativos, explorada por pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 6º. Quando, em um setor de atividades, existir uma empresa em relação à qual as demais empresas não tenham condições de fazer concorrência na venda de bens ou prestação de serviços, e, além disso, houver indícios veementes de que a primeira infla preços excessivos, poderá ficar a mesma sujeita a comprovar seu custo de produção, perante o Ministério Público ou o Conselho Nacional de Economia.

Parágrafo 1º. Ao Conselho Nacional de Economia caberá definir, após metódicas análises, o que se entende por preços excessivos, para os efeitos deste artigo.

Parágrafo 2º. Enquanto o Conselho Nacional de Economia não se pronunciar nos termos do parágrafo anterior, considerar-se-á como preço excessivo o que exceder o de similar estrangeiro importado.

Artigo 7º. As empresas que praticarem atos de abuso do poder econômico, para as quais no artigo 2º e discriminações no artigo 3º, ficarão sujeitas às penalidades previstas nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Competência do Conselho Nacional de Economia

Artigo 8º. Compete ao Conselho Nacional de Economia (CNE):

I — Orientar a repressão aos abusos do poder econômico;

II — Decidir sobre a existência ou não do abuso do poder econômico, nos casos que lhe forem submetidos para julgamento.

III — Solicitar ao Ministério Público as providências administrativas e judiciais cabíveis;

IV — Requisitar dos órgãos do poder executivo federal e solicitar dos Estados e Municípios as informações e providências necessárias para o cumprimento da presente lei.

V — Requisitar de todos os órgãos do poder público serviços, pessoal, diligências e informações necessárias ao cumprimento desta lei.

VI — Autorizar as despesas necessárias ao cumprimento das diligências ordenadas pelo Ministério Público, as quais serão pagas pela empresa, se vier a ser punida nos termos da presente lei.

VII — Requerer a intervenção nos termos desta lei.

VIII — Indicar ao Poder Judiciário os intervenientes.

IX — Solicitar ao Ministério Público que, nos termos da lei número 3.522, de 21 de dezembro de 1958, promova o sequestro e perdimento dos bens ou valores por enriquecimento ilícito de membros da CNE seus auxílios ou do pessoal nele lotado.

X — Preparar aplicação de multa, nos termos desta lei.

XI — Preparar a desapropriação do acervo das empresas nos casos previstos nesta lei.

XII — Instruir o público sobre as formas de abuso do poder econômico.

Artigo 9º. Os servidores e os administradores de empresas que exercem função delegada do poder público ou de empresas de economia mista, que praticarem atos civis de abuso do poder econômico, ficarão sujeitos, além da sanção penal em que incidirem, à destituição do cargo ou função, a qual poderá ser promovida pelo Ministério Público ou pelo lesado, perante a autoridade administrativa superior ou do Poder Judiciário.

Artigo 10. Independente da responsabilidade de que trata o artigo anterior, poderá a parte lesada por abuso do poder econômico exigir do órgão e seus administradores ou quaisquer responsáveis, solidariamente, a satisfação das perdas e danos na forma do direito comum.

Artigo 11. O CNE efetuará pesquisas e estudos que habilitem:

I — Determinar a influência que, sobre a economia nacional, exercem as manobras de lucro obtidas pelas empresas e sua aplicação em lucros distribuídos e lucros reinvestidos.

II — A definir os métodos de concorrência desleal.

Parágrafo único. Concluídos as pesquisas e estudos de que trata este artigo, o CNE enviará suas conclusões ao Presidente do Conselho de Ministros, que não só adotará as providências cabíveis, como se for o caso, através de Mensagem ao Congresso Nacional, solicitará as necessárias medidas de caráter legislativo.

Artigo 12. Por proposta do CNE o Presidente do Conselho de Ministros enviará, no prazo de noventa (90) dias, ao Congresso Nacional, Mensagem, acompanhada do anteprojeto de lei, dispondo sobre normas gerais de contabilidade a serem adotadas pelas empresas objetivando a padronização dos balanços e a racionalização das contas.

CAPÍTULO III

Do Processo Administrativo

Artigo 13. A existência de abuso do poder econômico será apurada em processo administrativo, instaurado pelo Ministério Público da União ou dos Estados, por iniciativa própria ou de qualquer pessoa física ou jurídica interessada na apuração dos fatos, mediante representação escri-

ta, devidamente fundamentada e com firma reconhecida.

Artigo 14. De posse da representação, o Procurador Geral da República ou o Procurador Geral da Justiça, nos Estados, designará, para proceder a averiguações preliminares, um dos Procuradores da União, dos Estados ou das entidades autônomas e parastatais.

Parágrafo único. O Procurador designado ficará a disposição do Procurador Geral até a conclusão do processo administrativo.

Art. 15. O Procurador procederá às averiguações preliminares e terá por missão verificar se há real motivo para instauração de processo administrativo.

Parágrafo único. No despacho nessa matéria, o Procurador poderá requisitar, dos órgãos do poder público, todas as informações e providências de que necessitar.

Art. 16. Concluídas, dentro de 33 (trinta) dias úteis, as averiguações preliminares, o Procurador submeterá seu parecer conclusivo ao Procurador Geral, propondo a instauração do processo administrativo ou o arquivamento da representação.

Art. 17. Se o Procurador Geral decidir pela instauração do processo administrativo, o Procurador oferecerá, desde logo, hora e local para o início da prova e fará notificar os indicados.

§ 1.º A prova será iniciada dentro de 15 (dez e 15) dias, a contar da instauração do processo administrativo.

§ 2.º A notificação será feita aos indicados por meio de aviso de recepção ou através do cartório de registro de títulos e documentos.

§ 3.º Esgotados os recursos de notificação pessoal, por não ter sido possível encontrar os indicados, será feita notificação por edital, publicada no *Diário Oficial* da União e em um jornal de grande circulação na capital do Estado em que residam ou estejam sediados os indicados.

Art. 18. A notificação conterá:

I — Inteiro teor da representação e da decisão que determinou a instauração do processo administrativo;
II — Indicação do dia, hora e local em que terá início a prova e poderá ser apresentada a defesa.

Art. 19. Considerar-se-á revel o não comparecimento do indicados ao processo, bem como a falta de comparecimento dos demais partes independentemente de notificação. Qualquer que seja a fase em que se encontrar o processo não poderá intervir o revel.

Art. 20. O processo administrativo deve ser conduzido e concluído com a maior brevidade compatível com o pleno esclarecimento dos fatos, não se esmerando o Procurador e seus auxiliares, sob pena de promoção da respectiva responsabilidade.

Art. 21. Na instauração do processo observar-se-á o disposto no Livro II, Capítulo III, Título I, do Código do Processo Penal, com alterações constantes do art. 1.º.

Art. 22. Na instrução do processo serão inquiridos todos os testemunhas convocadas pelo Procurador para depor, o arrolamento de 8 (oito) testemunhas no máximo pelos indicados.

§ 1.º Não comparecendo a testemunha, por doença ou outro motivo, o juiz, no art. 212 do Código do Processo Penal a fim de que seja apresentada dentro de 5 (cinco) dias.

§ 2.º Constitui crime e será punido, na forma do art. 22 do Código Penal, fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha perito, tradutor ou intérprete.

§ 3.º Também será punível, na forma do parágrafo anterior, o denun-

ciante, pessoa física ou jurídica, quando evidente for o intuito de prejudicar o denunciado.

Art. 23. A prova determinada pelo Procurador, inclusive a requerida pelo indiciado e a inquirição de testemunhas e realização de diligências inclusive periciais, serão produzidas no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 24. O Procurador poderá determinar a realização de diligências complementares e conceder dilação para a conclusão da prova, dentro do prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 25. A empresa indiciada poderá acompanhar o processo por seu titular e seus diretores ou advogados, podendo manifestar-se em qualquer fase do processo.

Art. 26. Concluída a instrução do processo, o Procurador o remeterá com suas conclusões, ao Procurador Geral, que determinará as diligências adicionais que julgar necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e, concluídas estas, remeterá o processo ao CNE para conhecimento da Procuradoria Geral da República.

Art. 27. No ato de julgamento em plenário, na forma estabelecida no Regulamento Interno do CNE, o representante do Ministério Público e os indicados ou seus advogados terão, respectivamente, direito a palavra por 15 (quinze) minutos cada um.

Art. 28. Se decidir pela existência de abuso do poder econômico, o CNE assinará nos respectivos prazos fixados de acordo com as circunstâncias para que caia a sua prática, sob pena de multa de 5 (cinco) a 10.000 (dez mil) vezes o valor do maior salário mínimo mensal vigente no País, na data da decisão.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo contar-se-á a partir da data da notificação feita ao interessado pela forma prevista no artigo 17.

Art. 29. A decisão do CNE pela existência de abuso do poder econômico conterá:

I — Fecundação dos fatos que constituem os abusos apontados e a indicação das providências a serem tomadas pelos responsáveis para fazê-los cessar.

II — Prazo dentro do qual devem ser iniciadas e concluídas as providências referidas no inciso anterior.

III — Multa a ser aplicada.

Art. 30. Os indicados declarados dentro de 10 (dez) dias, sua disposição de adotar em ou não as providências ordenadas pelo CNE, para que cesse, no prazo que lhes foi assinado, o abuso do poder econômico apurado. Poderão os indicados, também, apresentar plano de ação alternativo com o mesmo objetivo o qual se não for manifestamente protelatório ou ineficaz, será aprovado pelo CNE.

§ 1.º Não sendo aceita o plano de ação apresentado pelos indicados, o CNE solicitará ao Ministério Público a aplicação da multa referida no artigo 28 a menos que os indicados se comprometam a adotar as providências inicialmente ordenadas pelo CNE.

§ 2.º No caso do art. 30, inciso VI, o CNE solicitará ao Ministério Público a aplicação da multa referida no artigo 28 a menos que os indicados se comprometam a adotar as providências inicialmente ordenadas pelo CNE.

§ 3.º Não execução da multa será considerada infração penal das ações executivas por dívidas fiscais.

CAPÍTULO IV

Do Processo Judicial

Art. 31. A intervenção será requerida ao Juiz do CNE dentro de 10 (dez) dias ao Juiz dos Fatos da Fazenda

Pública da Sede das empresas incriminadas ou uma delas, à escolha do CNE, se tiverem sedes diversas, em petição fundamentada com os requisitos, no que for aplicável, enumerados no art. 158 do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. A petição conterá a indicação precisa dos atos ou fatos com o abuso do poder econômico e o objetivo da intervenção, devendo ser acompanhada dos autos do processo administrativo original ou em cópia autêntica.

Art. 32. Se a petição não satisfizer os requisitos referidos no artigo anterior, o Juiz ordenará que dentro de 10 (dez) dias sejam sanadas as omissões e irregularidades e determinará ao CNE que no mesmo prazo apresente as informações que lhe pareçam necessárias.

Parágrafo único. Verificado o vício de notificação no processo administrativo ou cancelamento do direito de intervir, o Juiz indeferirá a intervenção, se não puder ser sanada a irregularidade.

Art. 33. Se a inicial for recebida o Juiz, dentro de 15 (quinze) dias, deferirá a intervenção.

Art. 34. Decretada a intervenção, o Juiz oficiará ao CNE para que este, pelo interventor que designar, promova a execução de sua decisão.

§ 1.º Se houver impugnação pelas empresas incriminadas e dentro de 5 (cinco) dias, quando a pessoa do interventor designado, sob a pena de inaplicação ou inidoneidade, feita a prova num tríduo, o Juiz decidirá dentro de 2 (dois) dias.

§ 2.º Se a impugnação for julgada procedente, o Juiz obrará ao CNE oportunidade para a indicação de novo interventor, que será feita dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 35. Da sentença que decretar ou indeferir a intervenção caberá, dentro de 5 (cinco) dias, agravo de petição para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 36. Empressado o interventor, mediante termo judicial, o Juiz fará intimar os incriminados por mandado ou por carta.

Art. 37. Dentro de 10 (dez) dias da intimação, os incriminados poderão embargar a sentença.

Art. 38. Apresentados os embargos, dar-se-á vista dos autos ao representante do Ministério Público, por 10 (dez) dias para impugnações.

Art. 39. Terminado o prazo da impugnação dos embargos, se as partes o requererem, conceder-se-á dilação de 10 (dez) dias para prova, findo o qual o Juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento com observância do disposto nos arts. 262 e 272 do Código de Processo Civil.

§ 1.º O Juiz poderá determinar, ex officio a produção da prova que julgar conveniente, simultaneamente com o prazo de 10 (dez) dias assinado neste artigo.

§ 2.º Se a prova tiver de ser produzida fora da sede do Juízo, por precatória o Juiz marcará prazo não superior a 30 (trinta) dias para seu cumprimento.

§ 3.º O Juiz depreendo também está sujeito ao prazo de 30 (trinta) dias referido no parágrafo anterior.

Art. 40. Apresentados os embargos, caberá recurso de ofício, que não terá efeito suspensivo e será interposto por simples declaração do Juiz na sentença.

Art. 41. Julgados improcedentes os embargos caberá agravo de instrumento com o rito estabelecido nos artigos 841 a 846 do Código de Processo Civil.

Art. 42. Os processos e os julgamentos e feitos nesta lei terão pre-

ferência sobre qualquer processo ou julgamento, salvo os de habeas-corpus ou mandado de segurança.

Art. 43. A intervenção poderá ser revogada antes do prazo estabelecido, com audiência do Ministério Público, desde que aprovada a cessação da prática do abuso que tenha dado origem ao processo.

Art. 44. Verificada, no curso das averiguações a impossibilidade de normalização da atividade econômica da empresa, o Juiz determinará a requisição do Ministério Público a uma Inspeção Judicial, reservada à União a finalidade de desapropriação, se couber ao interesse Público.

Parágrafo único. A liquidação se fará nos termos do Livro IV, Título XXXVIII do Código de Processo Civil.

Art. 45. Ao interventor compete praticar os atos necessários a cessação do abuso que tenha dado origem à intervenção.

Art. 46. O interventor é a autoridade que, no curso do processo, vive sob a tutela do Juiz, papéis e documentos da empresa, bem como o conhecimento dos bens e valores desta, incluindo os que se acham em poder de terceiros.

Parágrafo único. Empressado o interventor providenciara, se não for necessário, junto à Administração da Empresa, o inventário dos bens e o seu respectivo valor.

Art. 47. Os responsáveis pela Administração da Empresa permanecerão no exercício de suas funções subordinados ao interventor em tudo quanto diga respeito à prática de atos de competência deste.

Art. 48. Se a maioria das responsáveis pela Administração da Empresa recusar colaboração ao interventor, o Juiz do Feito mandará que este assumira a Administração total da Empresa.

Art. 49. O Juiz do Feito poderá afastar de suas funções os responsáveis pela administração que, comprovadamente, obstem o cumprimento de atos da competência do interventor. A substituição dar-se-á na forma estabelecida no contrato social da empresa.

Art. 50. Se apesar das providências previstas no artigo anterior um ou mais responsáveis pela Administração da empresa persistirem em obstar a ação do interventor, o Juiz do Feito procederá na forma do disposto no art. 49.

Art. 51. O Juiz do Feito arrolará a remuneração do interventor, que não poderá ser superior à do Diretor-mulher remunerado.

Art. 52. O interventor será substituído se renunciar falhar por doença interdito, incooperar sua função ou pedir concordata preventiva ou infringir qualquer de seus deveres.

Art. 53. Além das funções mencionadas no art. 45, compete ainda ao interventor:

a) receber e averiguar reclamações de terceiros;

b) denunciar ao Juiz e ao CNE quaisquer irregularidades ou fraudes praticadas pelos responsáveis pela empresa e dos quais venha a ter conhecimento;

c) apresentar ao Juiz e ao CNE relatório mensal de suas atividades;

d) sustentar todo e qualquer ato da Diretoria da empresa que importe em obstar a ação de normalização dos negócios e b.m. assim a cessação de qualquer abuso do poder econômico definido por esta lei.

Art. 54. As despesas resultantes da intervenção correrão por conta da empresa contra a qual ela foi decretada.

PREÇO DO NÚMERO DE FOLHA: Cr\$ 0,40